



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES - PPGECI

ANDERSON RAFAEL LIMA DA SILVA

NEM TÃO DOCE INFÂNCIA: EDUCAÇÃO ESCOLAR
PARA CRIANÇAS NA USINA DE AÇÚCAR BOM
JESUS (CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE – 1990)

Recife, PE

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES - PPGECI

NEM TÃO DOCE INFÂNCIA: EDUCAÇÃO
ESCOLAR PARA CRIANÇAS NA USINA DE
AÇÚCAR BOM JESUS (CABO DE SANTO
AGOSTINHO/PE – 1990)

Anderson Rafael Lima da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, sob a orientação do Professor Humberto da Silva Miranda.

Recife, PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586n Silva, Anderson Rafael Lima da
Nem tão doce infância: Educação escolar para crianças na usina de açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE - 1990) / Anderson Rafael Lima da Silva. - 2021.
119 f. : il.
- Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2022.
1. Crianças. 2. Desigualdades. 3. Rural. 4. Educação. 5. Trabalho. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Título



ATA DA CENTÉSIMA QUARTA DEFESA DO MESTRADO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO E DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DEZESSETÉ DE DEZEMBRO DE 2021

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um (2021), às 15h, em sessão online, iniciou-se a defesa de Dissertação intitulada “ **NEM TÃO DOCE INFÂNCIA: EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS NA USINA DE AÇÚCAR BOM JESUS (CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE-1990)**”, do mestrando **ANDERSON RAFAEL LIMA SILVA**, na área de concentração *Processos Educativos, Culturas e Diversidades*, sob a orientação da Prof. Dr Humberto da Silva Miranda. O mestrando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES. A Banca Examinadora foi aprovada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, sendo composta pelas Docentes: Silvia Maria Favero Arend (examinadora externa), da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Patrícia Maria Uchoa Simões (examinadora interna), da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluído a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e, por unanimidade, julgou a dissertação **APROVADA**. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 17 de Dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Humberto da Silva Miranda :

Prof^a. Patrícia Maria Uchoa Simões:

Prof^a. Silvia Maria Favero Arend:

Dedico este trabalho a minhas Marias, Tatyane e Petra.

AGRADECIMENTOS

Presentemente, eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque, apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado: Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado¹

Agradeço inicialmente a vida! Enfrentar uma pandemia global como a da COVID-19 é realmente um desafio imenso para qualquer pessoa no mundo e nós, brasileiros, ainda contamos com um presidente corrupto que trabalhou sistematicamente para que os cuidados necessários não fossem efetivos, contribuindo diretamente para mais de 600mil mortes até novembro de 2021 no Brasil. Foram muitos desafios, problemas, esta pesquisa sofreu diretamente com os efeitos que a pandemia causou em nossa sociedade, mas nada disso pode superar a felicidade de poder viver! Não ter perdido nenhum familiar ou amigo próximo e ter conseguido sobreviver, apesar de todas as dificuldades deve ser comemorado e exaltado.

Descrever Humberto Miranda apenas como orientador neste agradecimento é reduzir muito o papel que ele possui na minha construção acadêmica, profissional e pessoal. Em 2016 eu era um jovem trabalhador, tentando conciliar a rotina de trabalho com o curso de Licenciatura Plena em História na UFRPE, até que decidi largar tudo e me dedicar exclusivamente a academia, sem muitas perspectivas e ainda tentando me encontrar, resolvi me inscrever como monitor no evento “XI Encontro Estadual ANPUH-PE 2016”, o presidente da ANPUH-PE era o Professor Humberto e neste evento, comecei como monitor e terminei como organizador. Nos intervalos do trabalho, o Professor me chamou para conversar e perguntou se eu gostaria de ser seu orientando. Sabe esses momentos importante que mudam sua vida? Aquele sem dúvidas foi um deles! Gosto de contar essa história pra mostrar o tamanho da generosidade, do carinho, respeito e compromisso de Humberto com seus colegas de trabalho, amigos, alunos e orientandos. A partir dali nunca mais nos afastamos, além de orientando, considero um grande amigo, um confidente, alguém a quem você admira o suficiente para lhe estimular a ultrapassar desafios, a buscar novos caminhos. Começamos esse trabalho juntos, terminaremos juntos e com certeza, iniciaremos muitos outros. Meus mais profundos

¹ Sujeito de Sorte, Belchior, 1976.

agradecimentos ao melhor orientador que eu poderia encontrar, mas que na verdade, foi ele que me encontrou e ali me achei!

Agradeço a oportunidade de ter sido aceito por um programa de Pós-Graduação tão inspirador e transgressor como o Educação, Culturas e Identidades – UFRPE/Fundaj. Todos os professores com que tive oportunidade de construir meu amadurecimento acadêmico, teórico e epistemológicos ficarão gravados na minha memória e nos meus melhores pensamentos, em nome de todos eles, agradeço a Coordenadora Patrícia Simões, que sempre foi extremamente carinhosa, respeitosa e parceira enquanto estive como representante de turma e não poderia esquecer da nossa Marcinha, secretária que sempre com um sorriso no rosto nos ajudou a enfrentar todos os desafios burocráticos possíveis. Este trabalho também teve financiamento da Capes, importante agência de fomento a pesquisa que hoje está sendo completamente sucateada, mas que merece meus profundos agradecimentos por ter me permitido caminhar mais tranquilamente por esse período.

Outro privilégio na qual devo agradecer é a oportunidade de ter em minha banca de qualificação e defesa, duas pesquisadores referências em suas áreas, a professora Patrícia Simões e Silvia Arend. Agradeço a leitura carinhosa, cuidadosa e as contribuições fundamentais para este trabalho.

Agradeço a generosidade de todos os entrevistados deste trabalho, receber uma foto via WhatsApp com um desconhecido perguntando se tinham estudado em determinada escola, em determinada década e pedindo para entrarem em contato já é algo bastante incomum, mas ainda assim, eles me contactaram e alguns ainda buscaram outros possíveis entrevistados. É nessas horas que a esperança se renova, esse trabalho é fruto também da generosidade e da confiança que todos eles depositaram em mim. Também não poderia deixar de agradecer a toda a equipe de estagiários do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste, sem a ajuda deles a tarefa de buscar e selecionar as documentações seriam muito mais difíceis.

Agradeço a Escola de Conselhos de Pernambuco, programas de extensão ligado a reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, lugar que me permite constantemente impactar na formação de membros do Sistema de Garantia de Direitos, ser um pesquisador da área das infâncias e poder diariamente impactar, mesmo que pouco, na busca pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes me faz possibilitar sonhar. Humberto, Edleuza, Almir, Maciel, Lucas, Antônio, Mário, Emmanuel e tantos outros que passaram nessa jornada.

Nessa jornada acadêmica ter amigos com quem compartilhar nossas frustrações e alegrias é fundamental: Arthur, Samantha, Wilck, João, Jack, Aninha, Lusca, Heverton, Renato,

Paula, Petros, Antônio, Sidney, tales... Amigos que compartilham muitos momentos especiais comigo, vocês também fazem parte dessa história.

Agradeço a minha família, estrutura importante que me possibilita buscar meus objetivos de vida. Agradeço a meu pai, João, minha irmã, Tatyane, meu cunhado Luciano, minha linda sobrinha Maria Vitória, minha madrinha Geane e meu padrinho Emanuel e estendo esse agradecimento a família que me acolheu como seu membro a 13 anos. Agradeço a meu sonho, Petrônio, minha sogra Enesiane e meu cunhado Petros.

Por último agradeço a duas mulheres da minha vida, primeiramente a minha noiva Petra, que sofre e vibra comigo e está ao meu lado em todos os momentos, a vida que eu construo só faz sentido se for ao seu lado. Agradeço por último a mulher mais importante da minha vida, que abdicou de tudo para possibilitar que pudesse me educar e até hoje é o motivo de minhas vitórias, a ela tudo!

RESUMO

Localizada no Nordeste Brasileiro, Estado de Pernambuco, a cidade do Cabo de Santo Agostinho tem sua história marcada pela *plantation* de cana-de-açúcar. Uma relação iniciada com a instalação dos primeiros Engenhos na região, permanecendo até a chegada das primeiras Usinas de Açúcar, marcando o processo de industrialização da produção açucareira em Pernambuco no século XIX. A Usina de Açúcar Bom Jesus se insere nesse contexto. No seu entorno, uma vila de operários foi estabelecida. Nela, crianças circulavam, brincavam, estudavam e eram exploradas no uso de sua mão-de-obra no corte da cana. O objetivo deste trabalho é analisar a construção de desigualdades dentro da desigualdade no cotidiano escolar das crianças que experienciaram sua infância naquele espaço durante a década de 1990, separados entre “Infâncias dentro da Escola” e “Infâncias fora da Escola”. O recorte temporal se justifica pela primeira década da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, última década da Escola sob administração da Usina, passando para o Estado em 1999, além de todas as mobilizações de organizações da sociedade civil na luta contra a exploração do trabalho de crianças e adolescentes na zona rural. Buscamos debater as questões relacionadas a escolarização e iniciação ao trabalho precoce a partir de *Narrativas Orais*, pesquisas relacionadas a exploração do trabalho infantil e arquivos do *Jornal do Commercio*. Os resultados obtidos nos mostram a construção de duas estratégias no território da Usina Bom Jesus, uma seria a “Educação para o trabalho” e outra “Trabalho sem Educação”, para as crianças e adolescentes que viviam na Usina bom Jesus.

Palavras-chave: Educação, Crianças, Desigualdades, Rural.

ABSTRACT

Located in the Brazilian Northeast, State of Pernambuco, the city of Cabo de Santo Agostinho has its history marked by the sugar cane plantation. A relationship started with the installation of the first mills in the region, remaining until the arrival of the first sugar mills, marking the process of industrialization of sugar production in Pernambuco in the 19th century. The Usina de Açúcar Bom Jesus is inserted in this context. In its surroundings, a village of workers was established. In it, children were circulating, playing, studying and being exploited in the use of their labor in the cutting of the cane. The objective of this work is to analyze the construction of inequalities within the inequality in the daily school of children who experienced their childhood in that space during the 1990s, separated between “Infances within the School” and “Infances outside the School”. The temporal cut-off is justified by the first decade of the approval of the Statute of the Child and Adolescent, last decade of the school under the administration of the Usina, going to the State in 1999, in addition to all the mobilizations of civil society organizations in the fight against the exploitation of the work of children and adolescents in the rural area. We seek to discuss the issues related to schooling and initiation to early work from oral narratives, research related to the exploitation of child labor and Archives of the *Jornal do Comercio*. The results show us the construction of two strategies in the territory of the Bom Jesus Plant, one would be “Education for Labor” and another “work without Education” for the children and adolescents who lived in the Bom Jesus Plant.

Keywords: Education, Children, inequalities, Rural.

LISTA DE FIGURA

Figura 01 – Mapa da Região Metropolitana de Recife. Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil, Brasil: IBGE, 2010.....	29
Figura 02 – Mapa Cabo de Santo Agostinho (Usina Bom Jesus – Distritos – Centro), Fonte: Google Earth, 2020	34
Figura 03 – Espacialidade da Usina Bom Jesus. Fonte: Google Earth, 2020	37
Figura 04 – Frente da Escola Municipal Dr. João Lopes. Fonte: Arquivo Pessoal, 2019	42
Figura 05 – Distribuição das Escolas – Usina Bom Jesus. Fonte: Google Earth, 2020.....	43
Figura 06 – Centro da Usina Bom Jesus – Vila dos Moradores. Fonte: Google Earth, 2020...	60
Figura 07 – Pátio da Escola Dr. João Lopes, Fonte: Acervo Pessoal, 2019	70
Figura 08 – O Quarto Escuro: Escola Dr. João Lopes, Fonte: Acervo Pessoal, 2019	71
Figura 09 – Página Cidades: Jornal do Commercio, 15 de setembro de 1991, Fonte: Acervo LAHIN, 2019.....	79
Figura 10 – Capa da Pesquisa “Trabalhadores Invisíveis”, Fonte: Centro Josué de Castro, 1993.....	82
Figura 11 – Acidentes de trabalho com Crianças e Adolescentes trabalhadoras do corte de cana-de-açúcar, Fonte: Trabalhadores Invisíveis – Centro Josué de Castro, 1993	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade de início da vida escolar, Fonte: Trabalhadores invisíveis, 1993.....	93
Gráfico 02 – Renovação da matrícula escolar durante 07 anos de estudo, Fonte: Trabalhadores Invisíveis, 1993.....	94
Gráfico 03 – Analfabetismo no Mundo Rural, Fonte: Trabalhadores Invisíveis, 1993.....	96
Gráfico 04 – Analfabetismo na Composição Familiar, Fonte: Trabalhadores Invisíveis, 1993.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Crescimento Demográfico da Cidade do Cabo de Santo Agostinho (1970-2001). Fonte: Censos Demográficos 1970-2001, Brasil: IBGE, 2001.....	30
Tabela 02 – Levantamento das Usinas e Destilarias no Estado de Pernambuco (1914-2001), Fonte: (ANDRADE, M. C. De O., 2005); (SUDENE, 1996)	33
Tabela 03 – Distribuição das Usinas de Açúcar em Pernambuco – 2004. Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, 2004.....	36
Tabela 04 – Levantamento das Escolas em Usinas e Engenhos no Cabo de Santo Agostinho – 1960. Fonte: (FELIPE, 1962)	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA	4
1.1 AS TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS A PARTIR DA ORALIDADE – MÉTODO	5
1.2 O COTIDIANO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS – UM CAMINHO TEÓRICO	19
1.3 PERCORRENDO E RE(CONHECENDO) CAMINHOS JÁ TRILHADOS.....	22
1.4 A ÉTICA DO CUIDADO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	24
CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO E INFÂNCIAS.....	27
2.1 – CABO DE SANTO AGOSTINHO: CIDADE E TERRITÓRIO.....	28
2.2 – EDUCAÇÃO RURAL NA USINA BOM JESUS: UMA ECOLOGIA DA ESCOLA DR. JOÃO LOPES.....	39
2.3 – INFÂNCIAS NO MUNDO RURAL – AS MULTIPLICIDADES NO ESPAÇO DA USINA	47
CAPÍTULO 3 – DESIGUALDADE DENTRO DA DESIGUALDADE: EDUCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA USINA BOM JESUS.....	55
3.1 – INFÂNCIAS DENTRO DA ESCOLA.....	57
3.2 – INFÂNCIAS FORA DA ESCOLA	76
3.3 – INFÂNCIAS DENTRO E FORA DA ESCOLA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
FONTES.....	103

INTRODUÇÃO

A cidade do Cabo de Santo Agostinho, parte da Região Metropolitana de Recife, teve até o século XX sua economia predominantemente marcada pela monocultura de Cana de Açúcar, que surge a partir das divisões e formações dos primeiros Engenhos, até a chegada da industrialização no campo com a construção das primeiras usinas adquiridas do Egito no início do século XIX. As estruturas herdadas dos engenhos, possibilitou que as Usinas formassem uma espécie de sociedades paralelas que possuíam suas próprias “leis”; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; e até sua própria linguagem. A Usina de Açúcar Bom Jesus se insere nesse contexto, possuindo uma vila de operários próximas a suas instalações fabris onde famílias foram sendo construídas, onde crianças circulavam, brincavam, estudavam e também tinham sua mão-de-obra explorada para o trabalho no corte da cana. Logo, buscamos compreender o papel da educação escolar dentro desse espaço na vida de crianças e adolescentes que eram explorados no trabalho ou não, trabalhando com a hipótese de que existia ali, desigualdades no interior das desigualdades fazendo com que infâncias tenham trajetória de vida bem distintas, a pesar de compartilharem o mesmo território.

O objetivo deste trabalho é historicizar as desigualdades escolares das crianças que circulavam na Usina de Açúcar Bom Jesus, na década de 1990, buscando debater as questões do cotidiano dentro desse território onde o direito de agir segundo o livre arbítrio era limitado por fatores geográficos e simbólicos. O espaço territorial da Usina Bom Jesus contava com sua sede industrial e outros sete engenhos: Guerra, Santo Estevão, Ilha, Roças Velhas, Matas, Cajabuçu e Cedro. Cada espaço contava com sua Escola de ensino primário até a 4º serie (novo 5º ano), objetivamos analisar como se constrói o cotidiano de crianças que estudavam e viviam no centro da Usina Bom Jesus. Ao perceber os contextos de múltiplas infâncias dentro desse espaço, analisaremos o contexto de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes no corte da cana de açúcar na Usina Bom Jesus. Por fim, analisaremos a construção da desigualdade no interior da desigualdade das infâncias que estavam dentro e fora da escola.

Justificamos o recorte temporal na década de 1990, inicialmente por ser a última década onde as Escolas ainda pertenciam sob a administração da Usina Bom Jesus, que contratava todo o corpo docente da instituição, tendo influência sobre o funcionamento operacional e educacional. Na mesma década, a cidade do Cabo de Santo Agostinho chega no seu número mínimo de moradores vivendo da Zona Rural, resultado da migração proporcionada pelos

avanços nas instalações industriais construídos na cidade entre as décadas de 1960 e 1980. No mundo das infâncias, tivemos em 1989 a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e no início de 1990 a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando essa década a primeira na busca pela efetivação de garantias adquiridas a partir dessas legislações, além de todas as mobilizações de organizações da sociedade civil na luta contra a exploração do trabalho de crianças na zona rural de Pernambuco.

Refletir sobre as infâncias rurais tem se tornado , destacamos o capítulo escrito para o livro *História das Crianças no Brasil (1999)* pelas professoras Ana Dourado, Christine Dabat e Teresa Corrêa de Araújo com o título *Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco*, onde refletem sobre todo o contexto de exploração do trabalho vivido por crianças e adolescentes nas Usinas em Pernambuco no início da década de 1990, incluído relatos e pesquisas que mostram, a falta de fiscalização do Estado sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, as altas taxas de evasão escolar, analfabetismo e da precariedade de moradia e alimentação, apesar da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, revelando um cenário de negação de direitos. O livro, fruto da tese, da professora Christine Dabat intitulado *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais (2012)*, fornece, apesar da centralidade nas condições dos trabalhadores rurais, grandes contribuições sobre o ambiente educacional e da exploração do trabalho vivido por crianças nas décadas de 1960 e 1970. Por fim, destacamos o artigo da Socióloga Theresa Araújo intitulado *Os trabalhadores Invisíveis – crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco* apresentando dados, resultados de uma pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro², com apoio financeiro da Save The Children Fund³, entre crianças e adolescentes que habitavam na chamada Zona da Mata de Pernambuco.

Diante disso, este trabalho se divide em três capítulos, com o objetivo de trazer uma melhor organização e apresentação da pesquisa realizada.

No *Capítulo 01*, procuramos demonstrar os caminhos metodológicos e teóricos escolhidos para trilhar esta pesquisa, discutindo a utilização das narrativas orais para a pesquisa

² Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, fundada em 1979 por pesquisadores pernambucanos, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para a construção e fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social.

³ Entidade Inglesa, criada em 1919, que se destina a apoiar a melhoria de vida das crianças e adolescentes a partir da educação, saúde e oportunidades econômicas. Atualmente é composta por 29 organizações membros que atuam em 120 países.

em educação a partir das contribuições das “trajetórias escolares”. Teoricamente discutimos a busca por uma pesquisa transdisciplinar que parte do campo da Educação, com a contribuição de outros campos do conhecimento como a sociologia, geografia e história das infâncias para pensar a pesquisa em educação, finalizando com os cuidados éticos escolhidos para tratar as contribuições os sujeitos da pesquisa.

A cidade do Cabo de Santo Agostinho e a Usina de Açúcar Bom Jesus são o espaço onde os sujeitos da pesquisa viveram, foram marcados e deixaram suas marcas. O *Capítulo 02*, procuramos apresentar bem que território é esse que chamados de Usina de Açúcar e toda a simbologia e poder que esse cenário apresenta a quem vive, mora, estuda e trabalha. Apresentamos um contexto histórico das Escolas construídas dentro das Usinas na Cidade do Cabo de Santo Agostinho para refletir sobre a Escola Dr. João Lopes e suas cedes nos engenhos, entendendo sua criação e simbologia dentro do espaço da Usina. Também buscamos refletir sobre que Infância é essa? Se as infâncias devem ser pensadas a partir de sua multiplicidade, refletir sobre as infâncias rurais é pensar sobre os modos de ser criança e de viver a infância no mundo da Usina de Açúcar Bom Jesus na década de 1990.

O *Capítulo 03* terá como objetivo descrever como foi construída a desigualdade no interior da desigualdade dentro da Usina Bom Jesus. Inicialmente analisaremos, a partir das narrativas orais, como de construiu o cotidiano de crianças que viveram, circularam e estudavam no centro da Usina, refletindo sobre as estratégias de controle e as táticas de resistências dessas infâncias. Logo após, a partir da análise de uma matéria do *Jornal do Commercio*, a pesquisa *Trabalhadores invisíveis*, realizada pelo Centro Josué de Castro e a pesquisa *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades da zona da mata sul*, realizado pelo FIAM, entenderemos o contexto de exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto dentro dos canaviais.

Assim pretendemos construir um trabalho que visibilize as múltiplas infâncias no contexto rural, refletindo sobre suas trajetórias de vida e as desigualdades no interior das desigualdades na qual são submetidas contexto de extrema pobreza, falta de condições básicas de sobrevivência. exploração da mão de obra no trabalho dos canaviais de famílias inteiras e a ausência e conivência do Estado em invisibilizar essas realidades na década de 1990.

CAPÍTULO 1 – Construindo uma trajetória de pesquisa



Vista da Escola Dr. João Lopes para a antiga senzala da Usina Bom Jesus, atualmente, moradia para os trabalhadores. Acervo pessoal, 2019.

1.1 As trajetórias de crianças a partir da oralidade – Método

O caminho metodológico que faremos uso para historicizar as desigualdades nas trajetórias escolares de crianças que moravam e estudavam dentro da Usina de Açúcar Bom Jesus, localizada na cidade do Cabo de Santo Agostinho, na década de 1990, dialogará com a sociologia da Infância, da educação e nos estudos sobre trajetórias escolares que iniciaram nos anos de 1960 no Brasil.

No campo as perspectivas de análise, duas grandes correntes se constroem: A *genealógica*, que traça uma relação direta entre bagagem social e cultural familiar com a trajetória escolar de sujeitos no processo de escolarização. A *individualização*, entende o sujeito como ser construído a partir de uma estrutura social previamente estabelecida, a partir de uma lógica de reprodução cultural direcionada pelas camadas dominantes, contudo, esse sujeito ainda é logrado de subjetividades que podem direcionar suas próprias trajetórias (NOGUEIRA; FORTES, 2004)

Dentro dessas perspectivas, o conceito de trajetória esteve presente, mesmo não tendo um significado unívoco no campo da Sociologia da Educação, sendo interpretado a partir dos contextos estabelecidos nas pesquisas, considerado sinônimo de caminho, percurso, caminhada e trajeto. Inicialmente a noção de *trajetória escolar* estava atada a busca de evidenciar, na Sociologia da Educação as desigualdades de oportunidades presentes no sistema escolar. Em segundo momento, principalmente na década de 1980, passa-se a dar maior atenção as ações dos próprios sujeitos na construção de suas trajetórias escolares, tendo como campo de análise regiões geográficas ou grupos sociais específicos.

O terceiro momento, busca uma abordagem radical, comparada aos movimentos anteriores: “Os grandes estudos estatísticos e as preocupações macrosociológicas com a questão das desigualdades são substituídos por pesquisas micro sociológicas voltadas para a compreensão de biografias escolares” (NOGUEIRA; FORTES, 2004, p. 61). Em termos teóricos, o grande deságio passa a ser a construção de um modelo analítico que vá além da dimensão da reprodução da estrutura social pelo sistema de ensino e explique simultaneamente os casos em que o sucesso ou o fracasso ocorrem apesar de serem do ponto de vista da teoria da reprodução, improváveis.

Para o, Sociólogo Francês, Pierre Bourdieu (1996) a noção de trajetória tem como finalidade se debruçar sobre os processos sociais pouco compreendidos que estão em prática, e consiste em posições sucessivamente ocupadas por um agente ou grupo em um espaço em

construção, sendo exposto a inúmeras transformações. Os Pesquisadores em Educação Cláudio Nogueira e Maria Fortes (2004), definem trajetórias escolares como o percurso bibliográfico da escolaridade dos sujeitos da pesquisa, assim dizendo, no deslocamento que o estudante percorrerá no interior do sistema de ensino e das interações que se constroem dentro e fora da escola.

A construção sobre a noção de trajetória de Bourdieu se faz a partir de uma crítica a *história de vida*, que para o autor, nasce fruto de uma lógica do senso comum, que busca descrever a vida como uma estrada, uma caminhada, um trajeto, como uma simples sucessão de eventos históricos.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1996, p. 79)

A história de um indivíduo, narrada a partir de uma lógica de acontecimentos lineares e sucessivos assimilada como um caminho guiado, uma história oficial de si mesmo, que para Bourdieu, se aproxima de uma apresentação oficial de si mesmo, fugindo aos interesses de se entender as interações que se reproduzem e se constroem durante a vida do sujeito.

Tudo leva a supor que a história de vida mais se aproxima do modelo oficial da apresentação oficial de si – carteira de identidade, atestado de estado civil, curriculum vitae, biografia oficial – e da filosofia da identidade subjacente a ele quanto mais nos familiarizamos com os questionários oficiais das pesquisas oficiais – cujo limite é o interrogatório policial ou judiciário – e nos afastamos, ao mesmo tempo, das trocas íntimas entre membros da família e da lógica da confiança, corrente nesses mercados protegidos onde se está entre amigos. (BOURDIEU, 1996, p. 83)

A relação entre o *habitus* e a construção oficial de um discurso sobre si, inevitavelmente sofrerá variações conforme se seguem a própria pesquisa. Sendo o objetivo a apresentação de uma oficialização das representações privadas de sua própria vida, implicará em limitações e censuras específicas. “E tudo leva a supor que as leis da biografia oficial tenderão a se impor bem além das situações oficiais, através dos pressupostos inconscientes da entrevista (como a preocupação com a cronologia e com tudo que seja inerente à representação da vida como história)” (BOURDIEU, 1996, p. 84), além da própria dinâmica da entrevista, que mediante a relação estabelecida entre sujeito e entrevistador, pode-se caminhar-se tanto para uma lógica de

interrogatório ou a construção de um espaço de confiança, este, vinculados as representações criadas pelo entrevistado da própria entrevista, que orientará todo seu trabalho de apresentar-se, ou melhor, de produção de si.

A análise crítica dos processos sociais mal-analisados e mal compreendidos que estão em jogo, sem que o pesquisador o saiba, na construção dessa espécie de artefato irrepreensível que é a “história de vida”, não é a sua finalidade. Ela leva à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BOURDIEU, 1996, p. 85)

Sendo assim, não se consegue chegar à compreensão de uma trajetória, sem entender o contexto social (estados sucessivos do campo) no qual ela se construiu. Logo, para entender as ações de um sujeito dentro de um campo, é necessário analisar o conjunto dos outros sujeitos envolvidos que se relacionam dentro do mesmo campo, se constroem e desconstroem no mesmo espaço.

O conceito de *habitus* para Bourdieu é um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (1996, p. 22). Senso assim uma ferramenta conceitual que possibilita a análise das relações entre os condicionamentos sociais exteriores e como eles é interiorizada pelo sujeito. Buscando assim salientar uma rede de esquemas individuais, socialmente construídos de disposições *estruturadas*, no âmbito social, e *estruturantes*, nas mentalidades, formado a partir das práticas e orientado para ações cotidianas.

Bourdieu descreve uma teoria voltada a evidenciar como as possibilidades de participação social dos indivíduos está estreitamente ligada a herança social, que se reproduz constantemente no interior desta sociedade, chamada de estrutura estruturante. Para o autor a sociedade se caracterizaria como estrutura estruturante pois as relações estão sempre sendo reestruturadas a partir das ações dos indivíduos, sendo assim, o acúmulo desses bens simbólicos, como a educação, concentra-se em moldar as estruturas do pensamento dos indivíduos e nas manifestações evidenciadas por suas ações. (BOURDIEU, 1989)

Para analisar as trajetórias escolares de crianças que viveram na década de 1990 na Usina de Açúcar Bom Jesus e estudaram na Escola Doutor João Lopes, faremos uso das narrativas orais, que de acordo com, o Sociólogo Inglês, Paul Thompson (2006) se constrói como um campo interdisciplinar, não sendo exclusivo da história, mas também da Sociologia, antropologia e parte importante do estudos culturais e educacionais, pois se baseia na forma fundamental de interação humana, que transcende as separações criadas das ciências a partir da modernidade.

Ao escolhermos esse caminho metodológico para a pesquisa, reconhecemos a grande contribuição que a história oral, a partir das narrativas orais, têm dentro dos estudos do campo da educação. Assim sendo, podemos analisar a circularidade pela ótica dos sujeitos, uma possibilidade inclusiva de investigação, trazendo a memória dessas crianças para o centro dos estudos. As experiências, resignificação, os sentidos que elas atribuem se tornam elementos essenciais para a investigação das práticas educativas que existiam nesses espaços. Essas lembranças do que foi vivido, guardado e resignificado na memória que podem nos possibilitar analisar situações e acontecimentos que os documentos oficiais não dão conta. Os Historiadores Juniele de Almeida e Everardo de Andrade (2019), nos mostram que, se em nossos múltiplos e contraditórios percursos de identificação somos, de fato, algo mais do que aquilo que narramos, nem por isso nossas narrativas deixam de ser, de certo modo, nossas (auto)biografias.

O tempo só se torna humano ao ser narrado, ao mesmo tempo em que só se pode acessar o tempo pela narrativa. Nos parece sugerir que a reflexão sobre o tempo e a experiência temporal situam-se para além do trabalho historiográfico, ainda que este coloque para si o desafio dessa reconstrução, da reconstrução do tempo histórico entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico. (2019, pp. 19–20)

A trajetória de vida tem sua raiz no conceito de narrativa, pois partimos do pressuposto de que os significados são socialmente construídos e as ações humanas precisam ser entendidas a partir de seus múltiplos contextos. Posto isso, a trajetória de vida é uma compilação de experiência vivida de indivíduos ou grupos no passado e no presente que é analisada por pesquisadores, que analisa essas memórias dentro dos contextos sociais, políticos, econômicos e históricos. Dessa forma, uma metodologia que, reconhecendo essas crianças como sujeitos de sua própria vida, interessa-se por sua voz na pesquisa educacional, entendendo seu contexto

histórico e permitindo a interseção entre indivíduo e estrutura, entre sua trajetória e a história daquele espaço, diante disso:

A história oral envolve a produção, através dos complexos mecanismos de memória e por meio da relação dialógica entre entrevistador e entrevistado, de narrativas autobiográficas. Mesmo quando os nossos entrevistados falam de outras pessoas ou de eventos dos quais não participaram diretamente, eles o fazem a partir de suas vivências e visões de mundo particulares – ainda que socialmente condicionadas -, de seu próprio eu. (SCHMIDT, 2011, p. 83)

Com base em José Meihy (2000), historiador e grande teórico da História Oral, os estudos com narrativas orais têm como principal fundamento a trajetória dos sujeitos históricos, permitindo construir e fundamentar análises a partir da criação de arquivos orais que possuem papel indispensável na articulação entre memória e experiência. As narrativas orais buscam a memória viva, construindo uma imagem do vivido a partir de uma demanda de pesquisa, ou seja, guardando relação direta com a vida e o tempo vivido isso não a torna, necessariamente, um espelho ou reflexo da vida real.

Entendendo que escrever é antes de tudo produzir um texto, as narrativas orais devem ser vistas como práticas discursivas que também movimentam a máquina de produção dos textos. O relato oral deve ser visto e entendido como um texto, que guarda suas particularidades, como desejos, normas e regras específicas, deve ser trabalhado e utilizado como um texto que articula discursos. (GUIMARÃES, 2011, pp. 17–18)

Todavia, a finalidade da análise de narrativas orais dentro da pesquisa não deve ser a de “ressuscitar vozes” ou “salvaguardar o tempo passado”.

O tempo é reconstrução (sem postular por continuidade cronológica), respondendo às questões contidas no presente. Assim os relatos orais não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade (a uma totalidade prévia ou restaurada); são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados. (GUIMARÃES, 2011, p. 18)

As memórias construídas na narrativa oral, se analisadas isoladamente, mesmo que preciosas, são como luzes que se ascendem e se apagam. Mesmo entendendo a riqueza das informações que as narrativas orais podem nos municiar, se faz necessário a busca por outras fontes, documentos oficiais do Estado, pesquisas e levantamentos, fotografias, notícias de

jornais e etc... para entender o contexto social e político dos relatos. Entrecruzamento de fontes enriquece a pesquisa e valoriza as narrativas orais, como nos descreve Montenegro:

Estava diante de uma fonte que me oferecia outra perspectiva historiográfica, ou seja, movimentos, lutas, reflexões, sentimentos, relações de poder e de trampolinagem (como aprenderia mais tarde com Certeau) que as demais fontes não costumam oferecer. No entanto, e ao mesmo tempo, não poderia prescindir das outras fontes, pois de certa forma elas possibilitariam construir um campo projetado em uma rede mais ampla, com informações imprescindíveis para situar os múltiplos vividos que as memórias relatavam. (2011, p. 41)

É a partir desse entrecruzamento de fontes que pretendemos historicizar as trajetórias escolares das crianças que circulavam na Usina de Açúcar Bom Jesus, na década de 1990. Trabalhar os escritos nos documentos e o narrado, que muitas vezes foi silenciado, requer do pesquisador uma atenção para perceber as sutilezas dessas formas de se expressar e analisar a vida. As narrativas orais, expressam, enquanto memória de um passado idealizado, as relações sociais e o cotidiano dessas crianças.

O Entrecruzamento de fontes se dará a partir da utilização dos resultados de duas pesquisas realizadas entre o período de 1987 a 1993, com objetivos que se complementam no diálogo com as narrativas orais produzidas a partir dos relatos de memória desta pesquisa.

A primeira pesquisa é intitulada “*Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades da Zona da Mata Sul*”, com dados levantados no mês de abril ano de 1987 pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM, ligada ao Governo do Estado de Pernambuco. A finalidade da pesquisa era verificar, presencialmente, as condições que se encontraram as populações residentes em distritos e povoados ilhados pela cultura da cana-de-açúcar, levantando seus problemas, carências, bem como as reivindicações emergenciais das comunidades que ali viviam.

O levantamento foi construído a partir de 06 equipes multidisciplinares composta por Sociólogos, Engenheiros, Economistas, Administradores, Arquitetos e Agrônomos. Foram visitadas 77 localidades, em sua maioria engenhos, com aplicação de questionário preliminar para mapeamento dos problemas e posterior análise.

Complementarmente ao levando produzido pelo FIAM, o Centro Josué de Castro, uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1979, No seu Grupo de Trabalho – Condições de Vida e Trabalho de Crianças e Adolescente, realizou a pesquisa intitulada “*Os Trabalhadores Invisíveis*”, com apoio da Save The Children Fund, durante o

período de setembro de 1992 à março de 1993, com o objetivo de analisar as condições de vida e trabalho de crianças e adolescentes dos canaviais na Zona da Mata de Pernambuco.

A pesquisa contou com uma equipe de técnicos nas áreas de Sociologia, Medicina, Direito do Trabalho e Economia. Foram colhidas informações através de entrevistas dos chefes de domicílios e também das crianças e adolescentes que lá residiam e foram segregadas nas categorias: Vida; Trabalho; Trabalho Perigoso; Educação e Cidadania. Os materiais foram coletados em Imagem, Vídeo e vasto acervo fotográfico. Definiu-se uma amostra de 300 crianças trabalhadoras e 300 crianças não trabalhadoras para aplicação de questionários, sorteadas em 07 cidades da Zona da Mata Sul Pernambucana. Também foram objeto da Pesquisa os chefes familiares, com mais 250 questionários também sorteadas entre as cidades.

As contribuições destas pesquisas serão trabalhadas no 3º Capítulo desta dissertação e ajudaram na compreensão do contexto histórico vividos pelos sujeitos deste trabalho e trabalhados a partir das narrativas orais produzidas durante a pesquisa a partir do método de Trajetória de Vida, que para Meihy, o entrevistado é estimulado a narrar com toda a liberdade possível, sobre sua experiência pessoal, de acordo com suas vontades e condições, essas narrativas pessoais podem manifestar inúmeras impressões, sentimentos e até sonhos, já a memória, como questão central da história oral, nos proporciona a formulação de argumentos históricos.

Ao trazer as narrativas orais de crianças que circulavam entre a escola e a casa na Usina de Açúcar Bom Jesus na década de 1990, entendemos ser uma oportunidade de compreender esse cotidiano pelo olhar de quem o viveu e possui propriedade sobre o que viveu, associando dimensões simbólicas da memória, presentes nas narrativas orais, e as dimensões de caráter mais material, documentos oficiais do Estado e da Própria Usina. As narrativas orais produzidas por essas crianças atravessaram toda a análise dos documentos escritos, a dimensão simbólica da memória nos permitirá compreender como essas crianças significam e ressignificam, no tempo presente, algo já vivido no cotidiano.

A memória será analisada como uma recordação ativa do passado que se compreende a possibilidade de entendimento do passado no presente. Na memória, utiliza-se o passado ou faz-se a presentificação do passado, registrando o presente o que permanece como lembrança, a capacidade que nós temos de salvaguardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total (POLLAK, 1989). “Relatos de memória como sinais, em constante movimento de ressignificação e não como prova do vivido” (MONTENEGRO, 2011, p. 46).

Deve-se reforçar que não é nosso objetivo a busca pela memória pura, nem se lançar sobre uma desconfiança dos relatos de memória por não conseguir alcançar esse objetivo, pois deve-se perceber que memória e percepção são indissociáveis pois:

Toda memória seria sempre memória da memória, haja vista que ela se interliga de maneira inseparável às impressões apreendidas pela percepção a qual nos mantém em contato com o mundo ao nosso redor. E esta, em seu devir infundável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, novas situações, novas experiências e, por extensão, outras formas de analisar e refletir acerca do que nomeamos por real. (MONTENEGRO, 2011, p. 46)

Todo ato de rememorar ou relembrar carrega as marcas do presente, compreendidos pela percepção na inevitável relação entre memória e mundo exterior. A vista disso, rememorar está intrinsecamente marcada pelas impressões e experiências do presente. Nessa perspectiva, temos a necessidade de ajustar nossas lentes teóricas para analisar a trajetória dessas crianças, não como um objeto fixado em suas lembranças ou expresso em documentos escritos, mas numa construção social, cultural e histórica, onde eles foram submetidos a experiências e também interviram e se relacionaram atividade no espaço e construíram seu próprio cotidiano.

Lembrar não se trata de reviver o que foi vivido, mas se reconstruir, ressignificar com as experiências do hoje, as experiências do passado (BOSI, 1994), o fato da lembrança do passado implica uma alteração de ponto de vista. Os sujeitos entrevistados não estão meramente a serviço da pesquisa, quando suas memórias são utilizadas na investigação, as experiências vividas nos espaços da Usina não servem unicamente a esse propósito, mas também são construídas por eles, agindo ativamente na própria pesquisa.

É importante destacar que a compreensão da trajetória dessas crianças na Escola e na Usina, na década de 1990, passa pelo entendimento dos conflitos existentes entre a memória individual e a memória coletiva. A memória coletiva, responsável pela manutenção da ordem social e unificação dos sujeitos, fazendo parte do imaginário social da comunidade, ou seja, das crianças que vivem no mundo rural. Por outro lado, a memória individual desses sujeitos, que por muitas vezes estão abafadas, silenciadas, que representam as experiências e impressões individuais, são chamadas de memórias subterrâneas. Identificar fragmentos da memória coletiva nas memórias individuais dessas crianças podem levar a uma conexão a essa memória subterrânea, trabalhada pelo Michael Pollak (1989).

Para nossa pesquisa, não utilizaremos de dicotomia entre as duas modalidades de memória pois existe uma coexistência dessas duas memórias coletiva e individual, ambas, constroem a produção de identidade desses sujeitos. Dessarte, não é possível problematizar as lembranças individuais sem recorrer aos contextos sociais concretos que balizam a reconstrução da memória, ou seja, a memória como uma representação seletiva do passado, nunca é exclusivamente um passado individual, mas de um indivíduo que está inserido em um contexto familiar, social, local... A memória é por definição “coletiva”. Uma das grandes contribuições do Sociólogo Francês, Maurice Halbwachs (1990), é a ideia de que para se construir uma pesquisa com narrativas orais, o pesquisador não deve se preocupar com o volume dos relatos, pois de alguma forma a narrativa oral, por mais particular que possa parecer aos olhos do pesquisador, traz consigo marcas da relação social, profissional, política e cultural do entrevistado. Toda memória individual também é uma memória social ou coletiva.

Para o Sociólogo, é improvável o processo de rememorar acontecimentos em períodos da vida onde ainda não se tinha estabelecido processos sociais com outros sujeitos ou grupos. O exemplo seria a primeira infância, normalmente não se tem lembranças desse período da vida, pois nossas impressões não se ligavam a nada, não éramos ainda um ser social. Quando isso acontece, passamos a viver em grupos, as lembranças se tornam possíveis.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, quanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é se surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social (1990, p. 69)

É preciso destacar outro aspecto muito importante quando falamos de narrativas orais, as histórias rememoradas são suscetíveis de serem contadas pelos sujeitos da pesquisa de várias maneiras, tudo dependerá do contexto no qual são relatadas e da imagem que esses sujeitos queiram construir de si, já que:

Por definição, reconstrução a posteriori, a trajetória de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de

laços lógicos entre acontecimentos chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tenta a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989, p. 13)

O autor, nos adverte que, na maioria das memórias, existem marcos ou eventos que se tornam invariáveis, pois o trabalho de solidificação da memória foi tão forte que se tornou impossível a mudança. Percebe-se isso ao entrevistar, quando o sujeito volta várias vezes aos mesmos fatos, mostrando que esses, se tornaram parte constitutiva do sujeito e não sofrerão variação como outros acontecimentos podem sofrer. Toda essa discussão teórica e metodológica nos leva a entender que, diante do pesquisador na hora da entrevista, o sujeito ao narrar suas memórias lembra se quiser, do que quiser e do modo que quiser, o que pode causar sentimento de frustração ou surpresa por parte do entrevistador.

Para que esses efeitos sejam minimizados e não afetem os objetivos da entrevista e consequentemente da própria pesquisa, é preciso uma preparação pregressa do pesquisador para lidar com essas situações e construir uma sensibilidade para perceber que, até o *não lembrado* ou o *não dito*, carrega grande importância para a análise. O ato do calar e os caminhos para tal ação devem ser passíveis de leitura por parte do pesquisador, ao utilizarmos a entrevista como instrumento nas pesquisas que lidam com as narrativas orais, entramos automaticamente em um processo de negociação que apresenta imensas variáveis na qual o pesquisador precisa estar preparado para lidar.

Ao utilizar as narrativas orais, ainda nos deslumbramos com a possibilidade de “recuperar” a subjetividade dos nossos entrevistados, porém não refletimos o suficiente em como realizar tal tarefa, ou acredita-se que esse resgate se dará de maneira intuitiva. Alguns ainda acreditam que a subjetividade dentro das narrativas orais deve ser encarada como obstáculo e não como uma das variáveis que possui enormes potencialidades de explicitar os fenômenos sociais.

Uma das primeiras bandeiras da história oral foi justamente a possibilidade de trazer à tona a subjetividade dos agentes, suas emoções e sentimentos, de inserir nas explicações históricas a dimensão subjetiva dos processos sociais. Tal expectativa relaciona-se com a crítica aos grandes paradigmas de cunho estruturalista e/ou funcionalista, às explicações macro orientadas e às interpretações que levam em conta apenas os atos conscientes e os discursos racionais dos indivíduos (SCHMIDT, 2011, p. 84)

A Subjetividade do sujeito só pode ser explorada a partir das narrativas orais quando entendemos que, a memória individual traz aspectos sociais, culturais e políticos, e não tão somente ao indivíduo, a um sujeito, sua individualidade e sua subjetividade. Uma dinâmica inseparável entre memória particular e social (HALBWACHS, 1990). Entendendo subjetividade como resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a construção do indivíduo, aquele que “possui” uma determinada subjetividade, o caminho é entender a subjetividade como algo que está ligada completamente as narrativas orais, já que a subjetividade está intrinsecamente ligada ao próprio sujeito (SCHMIDT, 2011).

A linguagem está intrinsecamente ligada ao ser humano e representa justamente a capacidade de se manifestar, de comunicar, da interação com o outro, sendo feita a partir de signos convencionais, sons, gráficos, gestuais e etc. Temos culturalmente uma forte influência da linguagem oral e escrita, seja socialmente ou nas pesquisas na área da educação, priorizando a análise de documentos ou de fontes orais (narrativas orais), porém, o pesquisador, deve estar atendo a outras maneiras de linguagem não verbal: a maneira de se vestir, de falar, de andar, o calar, o comportamento social, ou seja, a linguagem do corpo, que extrapola o escrito e o dito e deve estar dentro do campo de observação do pesquisador, já que os humanos também se comunicam com o rosto, os braços e principalmente por sua postura. Não sendo possível realizar essas observações nesta pesquisa devido ao distanciamento social⁴ por conta da pandemia global do Covid-19, onde as entrevistas foram, na sua totalidade, realizadas a distância por meio do aplicativo Whatsapp de mensagens instantâneas e chamadas via internet.

O ser humano é um vivente da palavra, tudo se traduz e transforma-se em palavra. O que se diz, o que não se diz, a própria maneira de calar-se tudo se é traduzível na palavra. Desse modo, pensamos metodologicamente na utilização da entrevista como método de análise das narrativas orais que foram construídas para a pesquisa. Pensando a entrevista como uma prática de linguagem, um evento onde não só o oral será observado, mas também o modo de oralizar, de calar e todas as possibilidades que a linguagem não verbal pode nos trazer, pensamos entrevista como “eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise” (HALBWACHS, 1990, p. 120).

⁴ Distanciamento social são um conjunto de medidas que visam o afastamento das pessoas a fim de evitar a propagação de uma doença facilmente transmitida. Doenças que podem causar epidemias, mas não são transmitidas de uma pessoa para outra.

Considerando esta definição proposta pelo autor, consideramos a entrevista uma prática conectada ao contexto em que é produzida, não podendo ser desvinculada quando ocorre nem quando se é trabalhada. A entrevista é um gênero discursivo, pois se constrói a partir de uma situação comunicativa realizada por um diálogo entre entrevistador e entrevistado, ou seja, toda fala é direcionada a um destinatário e que todo discurso se produzido levando-se em consideração a situação de fala, o local onde se fala e com quem se fala.

No âmbito da pesquisa, a entrevista também pode ser vista como um campo de negociação e de produção de sentidos, haja vista estarem embutidas na situação muitas questões que vão além do perguntar e responder, ou além do par entrevistador/entrevistado. Trata-se de uma situação de interação verbal e todos os significados extraídos dessa “conversa” são frutos de uma negociação que se estabelece entre os participantes (SELLES; SANTOS, 2019, p. 107)

Assim, não pensamos a entrevista como instrumento de pesquisa onde se é possível questionar os entrevistados pretendendo-se extrair deles a “verdade” sobre o cotidiano que eles viviam na Usina na década de 1990, ou mesmo supor que “a verdade” esteja guardada por eles, cabendo a nós, pesquisadores/entrevistadores “facilitar” sua saída, como uma transferência entre entrevistado e entrevistador. Pensamos a entrevista como uma construção conjunta de sentidos, onde se estabelece um processo de escuta, que não controla o sentido do entrevistador, mas o ressignifica, o amplia, numa teia de inteligibilidade. É importante não cair na ingenuidade de que entrevistador e entrevistado estão distantes de uma agenda comum, negando o contexto em que a entrevista se dá, ou negando a influência que esse contexto tem no depoimento do entrevistado. “somente um mecanismo para reunir informações. São necessárias habilidades, humanas, como paciência, humildade, vontade de aprender com os outros e de respeitar seus pontos de vista e valores, mesmo que você não compartilhe destes” (THOMPSON, 2006, p. 03)

Compreendemos o método de entrevista como um processo de produção que se desenvolve de maneira colaborativa, em um campo repleto de negociações entre entrevistado e entrevistador e não apenas como um instrumento de coleta de dados que passa a ser considerado como “verdade”. Nesse processo de construção coletiva, não temos como objetivo a busca por verdades absolutas, mas sentidos negociados, verdades circunstanciais.

Uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar

suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – e científico, acadêmico, político, etc. – sobre ações passadas, e também de suas ações (ALBERTI, 2004, p. 34)

Outra parte importante na prática da entrevista é estar atento as diferenciações entre os objetivos da pesquisa e os da entrevista, pois o pesquisador, ao entrevistar, pode elucidar o problema da pesquisa, as mudanças ou confirmações de sua hipótese. A não discriminação desses objetivos fará com que o entrevistado seja abordado a partir dos objetivos da pesquisa e não da entrevista, que passa a ocupar o espaço daquele que fornece respostas às perguntas da pesquisa, lugar que, obviamente deveria ser ocupado pelo pesquisador (ROCHA; DAHER; SANT'ANNA, 2004). A entrevista permite compreender elementos que estão presentes nas questões do pesquisador, mas não é responsabilidade do entrevistado responder as questões da pesquisa, esse é o papel do pesquisador.

Durante a entrevista, não se pode negar toda o contexto histórico e social do entrevistado, visto que, se estamos realizando a entrevista com tal sujeito, há uma existência prévia, algo que entendemos que ele viveu ou sabe e que teremos acesso por meio da entrevista. No entanto, isso não significa que a entrevista seja uma mera repetição do que foi vivido. Trata-se de uma nova produção, que reúne entrevistador e entrevistado, situada num certo tempo, num espaço determinado, com objetivos e expectativas particulares. Diremos, deste modo, que a entrevista não é mera ferramenta de apropriação de saberes, representando, antes, um dispositivo de produção / captação de textos, isto é, um dispositivo que permite retomar/condensar várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores (ROCHA; DAHER; SANT'ANNA, 2004)

Após a realização da entrevista, há de se atentar que o que se produz o que “material excedente”, pois para além do que será utilizado na pesquisa haverá menções a outros fatos ocorridos, digressões, retificações e etc. Cabe ao pesquisador fazer recortes no material produzido, não diferente, quando se utiliza de fontes escritas, como jornais ou revistas. Se estabelece entre o pesquisador e a fonte ou o entrevistador um diálogo que resultará em um novo produto.

A intervenção do pesquisador se faz sentir ainda uma vez no momento exato em que, segundo critérios previamente estabelecidos, procede a um trabalho de “priorização” de determinados fragmentos em detrimento de outros que não lhe parecem relevantes. Isto nos mostra que a entrevista não é o corpus de análise, mas sim o campo de circulação de determinados discursos, campo

esse que será recortado conforme os objetivos da pesquisa (ROCHA; DAHER; SANT'ANNA, 2004, p. 10)

A utilização de caderno de campo, na pesquisa utilizando narrativas orais, valoriza bastante o trabalho do pesquisador pois possibilita registrar as circunstâncias que envolvem uma entrevista, tudo que cerca o entrevistado e o entrevistador, e as particularidades que ocorrem durante a entrevista que, só o áudio, não seria capaz de perceber.

O Caderno de anotações pode ser uma ferramenta de grande auxílio. Ele se movimenta no registro do que não foi dito e tem o papel de documentar atentamente o que não foi declarado, mas que se encontra colado às palavras, como os silêncios e os gestos que compõem o conjunto dos relatos na mesma dimensão das entrevistas/testemunhos (ALBERTI, 2004, p. 28)

Durante a realização das entrevistas, que ocorreram de maneira online, alguns entrevistados optaram por não realizar chamada de vídeo, o que tornou as percepções para além da voz impossibilitadas. Essas percepções puderam ser observadas nas entrevistas que foram realizadas por chamada de vídeo, sendo a utilização do caderno de campo, algo imprescindível. A partir desses pressupostos metodológicos, ao entendimento da complexidade da entrevista sobre trajetória de vida, articulamos três momentos distintos: *Momento da preparação da entrevista* a partir dos nossos conhecimentos prévios acerca do outro e dos objetivos da pesquisa, construímos os objetivos da entrevista e produzimos um “roteiro de entrevistas” para nortear a interação entre entrevistado e entrevistador. *Momento da entrevista* que esteve fundamentada a partir dos objetivos da entrevista e do “roteiro de entrevistas”, levando em consideração atualizações que ocorreram a partir da interação entre: Entrevistador, entrevistado e seus contextos históricos e sociais e por último, o *Tratamento da entrevista* onde tivemos possibilidade de trabalhar com o material e fazer os devidos recortes de acordo com os objetivos da pesquisa.

1.2 O cotidiano das práticas educativas – um caminho teórico

Os estudos sobre o *cotidiano* têm se feito presente nas pesquisas no campo da Educação, saindo um pouco das áreas do conhecimento onde este conceito é tradicionalmente trabalhado, o que mostra um maior interesse nas temáticas voltadas para as questões rotineiras que constroem os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo, nos seus hábitos e rituais, seja no ambiente doméstico familiar ou na escola, nosso objetivo de pesquisa. A grande maioria das pesquisas tem como principal foco o cotidiano dentro da sala de aula, com análise principal na formação dos professores. Nesta pesquisa, utilizaremos alguns conceitos trabalhados por Michel de Certeau para debater questões do cotidiano das crianças e suas famílias que circulavam dentro da Usina de Açúcar Bom Jesus, localizada na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, em 1990.

O conceito de *cotidiano* trabalhado nos livros *A invenção do Cotidiano – Artes de fazer* (2014) e *A Invenção do Cotidiano – Morar, cozinhar* (2013), definem que:

é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição com esta fadiga, com esse desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memórias do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou desta ‘não-história’, como diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 31)

Mesmo em volta de várias perspectivas de análise do cotidiano, a originalidade na percepção de Certeau está em como ele subverte a forma de interpretação das práticas culturais na contemporaneidade, resgatando as artimanhas anônimas das artes do fazer, na sociedade de consumo. Senso assim, o ‘homem ordinário’ inventa o cotidiano criando maneiras de “caça não autorizada”, resistindo ao que está posto. A invenção do cotidiano acontece a partir do que o autor chama de “artes do fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência”, que resistindo, alteram os objetos e códigos, promovendo uma resignificação ou reapropriação do espaço.

Quando falamos das práticas, de criações e das artes de fazer das crianças dentro do espaço da Usina de Açúcar Bom Jesus, pensamos a partir da ideia de Cotidiano, cuja proposta

é a de uma inversão de perspectiva, de um deslocamento da atenção. Encontrar sentidos nas artes de fazer dessas crianças é levar em consideração a legitimidade dos saberes e valores que permeiam as práticas subterrâneas do coletivo (doméstico, escolar e dos trabalhadores), suas estratégias e táticas próprias.

O Historiador, Michel de Certeau, entende que essas maneiras de fazer se constituem nas práticas que os sujeitos se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural, alterando assim seu funcionamento. Assim o “homem ordinário” que podemos entender como pessoas comuns, se utilizam de “astúcias anônimas” cirando, inventando o próprio cotidiano, escapando silenciosamente do lugar que lhe é atribuído.

Sendo assim, buscando entender as estratégias utilizadas pelas crianças que circulavam entre a Usina de Açúcar Bom Jesus e a Escola, fugindo e resistindo das regras estabelecidas dentro de um ambiente extremamente repressor como as Usinas. Para fazer esse tipo de análise, o autor nos traz os conceitos de espaço e lugar:

Um lugar é a ordem (seja qual for), segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: Os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (2014, p. 201)

Já o Espaço:

Existe espaço sempre que se tomam em conta os vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais, ou de proximidades contratuais (2014, p. 202)

Assim o espaço para é o lugar praticado. A rua, o shopping, a praia são constantemente transformados pelas pessoas, que neles circulam, e fornecem vida aquele lugar. Partindo dessa concepção, a circularidade das crianças nos ambientes da Usina de Açúcar Bom Jesus e na Escola Doutor João Lopes as transformam em espaços, mas é importante observar que, para além das crianças, nos espaços da Usina transitam professores, trabalhadores, pais e mães, espaço esse que cria vínculos afetivos por quem os vive, são transformados e transformam, as ações dos sujeitos que definem esse espaço, já os lugares, são estáticos, inertes.

Para analisar os mecanismos de resistência utilizados pelas crianças, utilizaremos os conceitos de Tática e Estratégia. No cotidiano dessas crianças, foram construídos e utilizados constantemente artimanhas e burlas, são a partir delas que eles lidaram com situações complexas do próprio cotidiano

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 2014, p. 99).

E Entende tática como:

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...]. A tática não tem lugar senão a do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera, golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 2014, p. 100)

Entendemos a estratégia como algo vinculado ao poder hegemônico e dominante, que se utiliza da estratégia como forma de convencimento, de argumentação e intimidação nas relações cotidianas. Já a tática para Certeau é a arte do fraco, ela é caracterizada pela ausência de poder, quando menor o poder, maior será a possibilidade de produzir efeitos de “astúcia”. No cotidiano das crianças na Usina e na Escola, fazem uso da tática constantemente para assim resistir as estratégias de quem detém o poder, seja na Escola, em Casa ou nos espaços da Usina. Perceber como essas táticas se davam e as práticas educativas que emergem das estratégias dos que detém o poder são, também, objetivos da pesquisa.

Pesquisar as desigualdades nas trajetórias escolares de crianças que circulavam entre a Casa e a Escola na Usina de Açúcar Bom Jesus na década de 1990 é justamente captar as artes

de fazer, operações que acontecem nesses espaços e que são realizadas por esses sujeitos. Significa um caminho de investigação pela sondagem das “vias da lucidez e da ação”, uma sondagem que nos permite entender aspectos e características sociais e políticas que foram o contexto mais amplo desse espaço. As invenções cotidianas que ocorrem nesse espaço representam também as diferentes formas que esses meninos se ajustaram às dinâmicas sociais que lhe são impostas, as diferentes formas de “caça não-autorizada” que vai reorganizando o cotidiano e suas práticas.

1.3 Percorrendo e re(conhecendo) caminhos já trilhados

No campo epistemológico, construímos uma pesquisa de Estado da Arte com o objetivo de compreender, no campo da educação, os trabalhos que dialogam com os objetivos da pesquisa para assim, continuar trilhando um caminho seguro.

A pesquisa “estado da arte” pode significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 36)

Realizamos o levantamento das publicações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, disponível em <http://bdtd.ibict.br> e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Para a pesquisa foram utilizadas as palavras chaves: *Infância, Educação Rural, Usina de Açúcar, Trajetórias escolares, circularidade e 1990*. Como resultado encontramos 76 teses e dissertações, que posteriormente, foram selecionados 14 Trabalhos (09) Teses e (5) Dissertações.

Diante dos resultados, primeiramente foi encontrado a ampla utilização de narrativas orais para as pesquisas que relacionavam *trajetórias escolares, infância e educação*. Na sua totalidade os trabalhos tinham como área a educação e como principal ferramenta teórica a sociologia da educação e sociologia da infância, não foi encontrada nenhuma pesquisa que relacione os conceitos de trajetórias escolares da sociologia da educação com a história do tempo presente, construindo esse diálogo transdisciplinar. As análises das trajetórias eram

focadas nas instituições de ensino e pouca centralidade nos estudantes enquanto, sendo analisados enquanto grupo social. Foram encontrados trabalhos no campo da História da Educação que tinham como objetivo a análise das trajetórias escolares dos alunos, porém a grande maioria ainda focados em instituições escolares.

Quando analisados os trabalhos relacionados a *educação rural*, conseguimos identificar pesquisas que possuem como foco a relação entre educação e movimentos sociais do campo, como o Movimento Sem Terra, assim trazendo outro tipo de complexidade a pesquisa ao se aprofundar na temática de movimentos sociais e em como as crianças se percebem participantes desses tipos de movimento e como isso influencia e no seu processo educacional. Outro grupo de pesquisas tinham sua análise centrada nas políticas educacionais para a educação rural e suas implicações na oferta de educação para crianças e adolescentes rurais. Não foi encontrado nenhum trabalho que trouxesse a complexidade do espaço de uma Usina de Açúcar estabelecendo diálogos com as educações rurais. As metodologias utilizadas são, na sua grande maioria, entrevistas semiestruturadas e observação participante, trazendo não só o papel de protagonismo das crianças como aumento o leque de observação para as famílias, os corpos escolares e membros líderes dos movimentos sociais do campo.

Também analisamos as contribuições da *Red de Estudios Rurales sobre Familia, Infancia y Juventudes*⁵, que reúne um grupo de pesquisadores a América Latina com o objetivo de formar um espaço acadêmico de discussão em torno da família, infâncias e juventudes rurais, de caráter multidisciplinar e transnacional a partir das ciências humanas e sociais. Destacamos os trabalhos da Professora da Universidad Nacional de Quilmes, Celeste de Marco (2018) e (2019), que trabalha com narrativas orais de crianças que moraram, se educaram e trabalharam nas colônias rurais de Buenos Aires, trazendo as contribuições importantes para a construção deste trabalho.

Fizemos a escolha metodológica de delimitar a temporalidade da pesquisa na década de 1990 e durante a pesquisa de Estado da Arte foram encontrados poucos trabalhos que relacionasse trajetórias escolares e educação rural com essa temporalidade. Sendo na sua grande maioria pesquisas da área da sociologia da educação trabalhando questões contemporâneas a própria construção da pesquisa. O ambiente das Usinas de Açúcar é marcado por discussões relacionadas as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da área do campo (cortadores de cana), não foi encontrado nenhum trabalho que relacionasse o espaço da Usina com

⁵ Para mais informações acessar: <https://rerfij.wordpress.com/>

Educação e sua relação com os filhos de trabalhadores da área industrial de do corte da cana, foco desta pesquisa.

A distribuição geográfica das pesquisas também demonstra um esvaziamento de trabalhos com a temática da educação rural e escola na Região Nordeste. No levantamento realizado as pesquisas ficaram entre a Região Sudeste e Sul e apenas uma representava a Região do Nordeste. O que traz algumas reflexões importantes já que a Região Nordeste teve historicamente uma influência bastante significativa na área rural e principalmente no plantio da cana-de-açúcar, entretanto, no levantamento, não foi observado nenhuma pesquisa que trabalhasse as temáticas de Educação Rural e Escola e/ou Usina de Açúcar no Nordeste.

Portanto, a relevância social desta pesquisa, dialoga inicialmente com a possibilidade de novo olhar para pesquisas que trabalham com o espaço da Usina de Açúcar no Nordeste, que historicamente possuem uma importância e poder na Região Nordeste do Brasil, refletindo as desigualdades nas trajetórias escolares de crianças que ali viviam e trabalhavam. Além de poder auxiliar nas discussões relacionadas a educação rural de crianças que ainda hoje são educadas em escolas próximas ou dentro de Usinas de Açúcar que não possuem ligação com movimentos sociais do campo e continuam sofrendo influência direta desse espaço. Refletir sobre as desigualdades nas práticas escolares de crianças na década de 1990 em uma Usina evidenciam a pluralidade das infâncias, inclusive dentro do próprio meio rural e possibilita discussões em relação à educação rural proporcionada pelo Estado atualmente a esse público.

1.4 A ética do cuidado na pesquisa em educação

Quando escolhemos como caminho metodológico a utilização de narrativas orais, é importante entender suas especificidades em relação as fontes escritas, pois trata-se de uma relação direta com seres humanos. É um ofício que se desenvolve a partir da relação entre entrevistador e entrevistado, e como consequência disso, emergem questões políticas e questões éticas que devem ser levadas em consideração durante o processo de construção.

As questões éticas abrangendo fontes orais nos levam a dois caminhos simultâneos. O primeiro é a relação do pesquisador junto as instituições do poder político, cultural e acadêmico. O segundo é a relação entre entrevistador e entrevistado, o sujeito que nos fornece o privilégio de conhecer sua intimidade e possibilita construção de uma pesquisa com um olhar mais amplo do que, apenas, a análise documental poderia nos proporcionar. O professor de Literatura Anglo-Inglesa da Universidade de Roma, Alessandro Portelli (2010), nos diz que o principal

motivo de trabalharmos com fontes orais, não é as informações que podemos obter ao buscar o uso da oralidade, mas porque há uma relação profunda, uma relação intensa, entre oralidade e democracia. Todos os meios de comunicação em sua essência excluem alguma parte da humanidade, a leitura nunca foi democratizada por completo, computadores tão pouco. No fundo é a oralidade a maneira mais democrática que o ser humano possui para se relacionar e comunicar com o outro.

Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente (PORTELLI, 2010, p. 04)

Desta forma a entrevista pode ser olhada como um experimento de igualdade na desigualdade, um momento utópico. Onde, apesar de se almejar o compartilhamento das responsabilidades e do poder na entrevista, evidenciamos a injustiça social que tratamos de trazer ao debate, inclusive com nossas pesquisas. Pensando então que para além das técnicas de entrevista, deve-se pensar na ética na entrevista, trabalhando questões de respeito, paciência, flexibilidade, abertura para conhecer o outro e de estar com ele em uma construção compartilhada de fontes orais.

Diante disto, por conta da Pandemia Global do Covid-19 e das Normas de Distanciamento Social impostas como medida para a diminuição do contágio, realizamos toda a comunicação com os entrevistados de maneira online, se utilizando das Redes Sociais como mecanismo de captação, negociação e realização das entrevistas. As entrevistas foram precedidas de conversas preparatórias, inicialmente explicamos a pesquisa realizada e posteriormente os objetivos da entrevista. Foi explicado todos os direitos garantidos ao entrevistado, como o direito de anonimato e de cancelamento da autorização para uso acadêmico a qualquer momento. As entrevistas foram, todas, realizadas de maneira online, a partir dos programas WhatsApp e Google Meet, respeitando as recomendações do Ministério da Saúde do Brasil e protegendo tanto os entrevistados quanto o entrevistador de qualquer risco a saúde. Foi apresentado o TCLE para assinatura, realizada a partir das recomendações do Ministério da Saúde no Brasil respeitando o distanciamento e com a utilização de máscara e Álcool Gel. Todos os entrevistados consentiram na utilização de seus nomes fictícios,

respeitando o anonimato, e concordaram em ceder posteriormente as entrevistas para o acerto do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste – LAHIN⁶.

A ética da entrevista, não se completa unicamente com a obtenção Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para uso das narrativas orais, apesar da importância legal deste documento, o que se deve ter em mente é o respeito com as palavras vivas com que trabalhamos prosa, de maneira fiel ao que foi construído em conjunto com o entrevistado. Após a entrevista, quando iremos analisar, transcrever e selecionar as informações que utilizaremos para nos auxiliar a responder os objetivos da pesquisa, o "poder", que antes era compartilhado com o entrevistado se transfere unicamente para nós, a escrita é poder, uma vez que possibilita a construção de uma publicação dessas narrativas em meio público.

Diante desde "poder" temos a responsabilidade de representar os entrevistados com sua linguagem, com sua subjetividade, apresentando-os de uma maneira em que eles se sintam confortáveis na esfera pública. No momento em que as palavras se tornam parte do nosso discurso, é preciso que não causemos dano, que os citemos com respeito, sem paternalismo, sem humilhação, sem nenhum tipo de mudança que não seja anteriormente acertada entre pesquisador e entrevistado.

⁶ O Laboratório de História das Infâncias do Nordeste – LAHIN foi criado em 2015 no contexto das comemorações pelos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, numa ação do “Projeto 25 Anos do ECA: Conquistas e Desafios” – com financiamento da Petrobrás. O LAHIN tem como estratégias de ação a produção e salvaguarda dos depoimentos orais e audiovisuais, além da execução de pesquisa e extensão no campo das Histórias das Crianças e dos Adolescentes no Nordeste. O Laboratório também vem desenvolvendo ações de preservação do acervo das fontes orais e escritas, buscando compreender a prática preservacionista para além das técnicas tradicionais de salvaguarda, apostando na divulgação de seu acervo através de seminários e da implantação da Biblioteca Virtual da Escola de Conselhos de Pernambuco.

CAPÍTULO 2 – Território e Infâncias



Vista da Escola Dr. João Lopes para a Casa Grande da Usina Bom Jesus, atual sede administrativa. Acervo pessoal, 2019.

2.1 – Cabo de Santo Agostinho: Cidade e Território

Terra do meu romantismo,
 Dos engenhos patriarcais,
 Do São João de seu Zumba,
 Das Iolas de Inácio Pais,
 Das glosas de Mergulhão
 Chico Taboca e Caju,
 De seu “vigário sem Crôa”
 Dos coqueiros de Gaibu

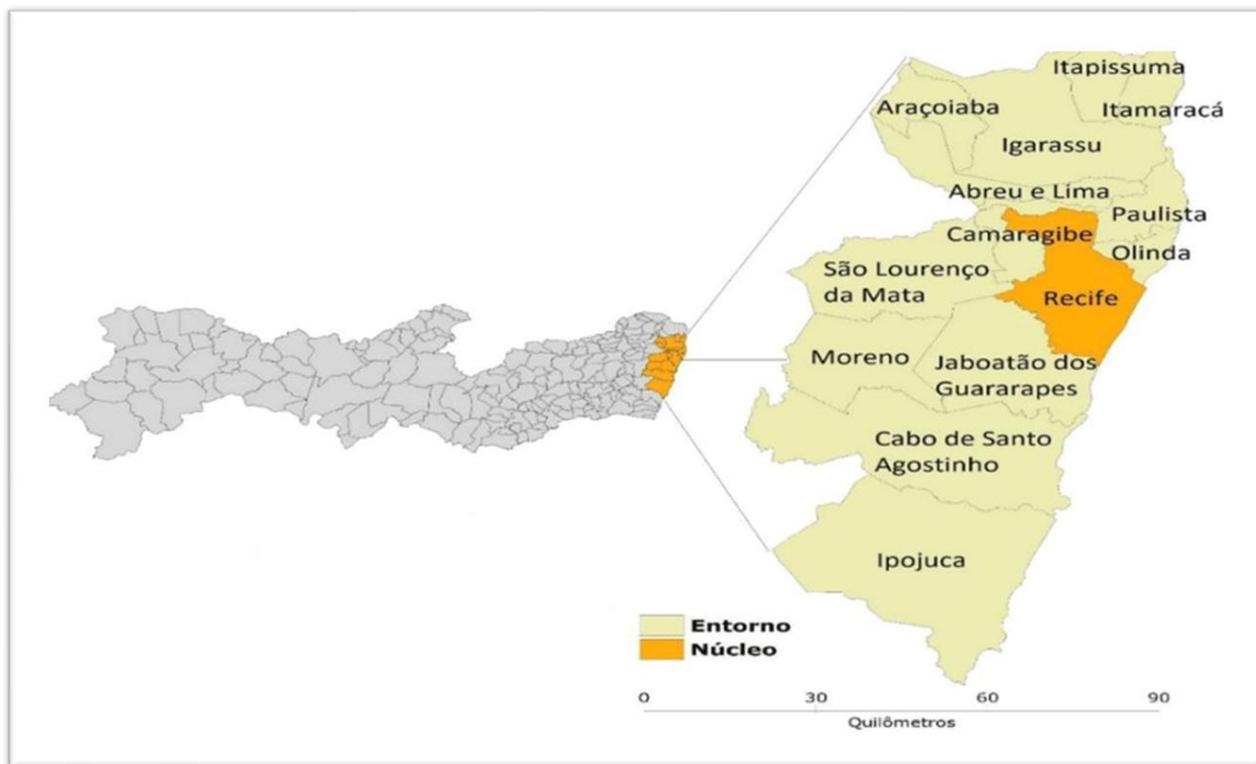
Cidade da minha infância,
 Dos verdes canaviais
 - Minha cidade querida
 Dize-me agora,
 Aonde vais?⁷

Até a metade do século XX, a economia da Cidade do Cabo de Santo Agostinho⁸ era eminentemente agrária baseada na monocultura da cana-de-açúcar a partir da produção de cinco usinas do município: Sibéria, Mercês, José Rufino, Santo Inácio e Bom Jesus. Algumas empresas já haviam se instalado na Cidade como: A Fábrica de Pólvora Elefante (1861), o Cotonifício José Rufino (1926) e a Destilaria Central Presidente Vargas (1940), mas o setor agro açucareiro ainda possuía papel fundamental na economia e conseqüentemente na política municipal.

⁷ Trecho do poema: Um canto em Surdina. Autoria do Poeta Cabense Gabriel Dourado

⁸ Para alguns historiadores, o primeiro europeu a pisar em terras lusitanas na América, teria sido o Navegador Espanhol Vicente Yáñez Pinzón, no dia 20 de ferreiro, desembarcando em um local que batizou de Cabo de Santa Maria da Consolação. A passagem foi breve, mas deixou minuciosos registros escritos por Pinzón, que continuou sua viagem rumando para o norte e voltando para a Espanha em 30 de setembro de 1500. Cabo de Santa Maria da Consolação, seria novamente batizada pelos portugueses por volta de 1911, o nome escolhido foi Cabo de Santo Agostinho. Durante o início da ocupação da Coroa Portuguesa no Brasil, a estratégia utilizada para colonização foi a doação de Capitânicas Hereditárias. Os Donatários, realizaram uma nova divisão doando as terras em Sesmarias. Esses conjuntos de doações de grandes lotes de terras é a origem da fixação do latifúndio na costa Brasileira. Para tornar essas ocupações economicamente viáveis para os donatários e a Coroa Portuguesa, se inicia a implementação de monoculturas com espécies adaptáveis ao solo e clima da nova terra. A escolha da Cana-de-açúcar, com experiências já implementadas em outras colônias, se tornou a escolha óbvia devido a rentabilidade e alta demanda de açúcar no mercado Europeu. Por ser um tipo de cultura pouco eficaz em pequenos lotes de terra, foi fator importante para a manutenção da lógica do latifúndio, permitindo que Pernambuco tivesse um contexto de liderança na economia colonial a partir da produção de açúcar.

Figura 01 – Mapa da Região Metropolitana de Recife



Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil – IBGE-2010

Nas décadas de 1960 e 1970 iniciasse algumas transformações na Cidade, inicialmente sendo parte do grupo de cidades a integrar da RMR – Região Metropolitana de Recife (Figura 01), o que colocou o Cabo de Santo Agostinho, em uma posição estratégica de capitalização de investimentos para o setor industrial e aliado à falência de muitas Usinas na cidade, como a Usina Mercês que decreta falência em 1970, impulsiona um processo de êxodo rural dentro do município, com a instalação do D.I⁹ do Cabo e do CIPS¹⁰, respectivamente. Percebe-se analisando o crescimento populacional da cidade que houve uma migração para o “centro” em busca de oportunidades de emprego, renda e moradia.

Entre 1970 a 2001 a taxa de urbanização soltou de 53% para praticamente 90%, com uma diminuição evidente da população rural e o aumento expressivo da população urbana, passando de 76 mil pessoas para 150 mil (**Tabela 1**).

⁹ Distrito Industrial

¹⁰ Complexo Industrial e portuário de Suape

Tabela 01 – Crescimento Demográfico da Cidade do Cabo de Santo Agostinho (1970-2001)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Crescimento	Taxa de Urbanização	Densidade Demográfica (Hab./Km ²)
1970	76.407	40.801	35.606	4%	53,4%	171
1980	104.157	81.901	22.258	3,2%	78,6%	234
1991	127.036	109.763	17.273	1,82%	86,4%	286
2001	152.807	137.526	15.281	2,07%	89,9%	343

Fonte: Censos Demográficos 1970-2001, IBGE, 2001

Só a partir de 1990 percebemos empresas em espaços antes ocupados por engenhos e usinas, como é o caso da Fábrica de Borracha à base de álcool (Companhia Pernambucana de Borracha Sintética – COPERBO) que ficou na área que antes era da Usina José Rufino. Nesta década, já haviam falidas 4 Usinas de Açúcar no município: Sibéria, Mercês, José Rufino e Santo Inácio; ficando apenas uma em funcionamento, a Usina Bom Jesus, alterando socioeconomicamente o perfil do município, que passa então a ter sua economia a base da indústria.

A partir dos anos 1990 se observou uma estabilização nas taxas de crescimento urbano. Foi a partir desta década que se verificou uma alteração na forma de ocupação do solo na cidade. O que antes era provocado pelas ocupações espontâneas, originando as favelas, deu lugar aos loteamentos populares. Essa é, por certo, uma das características mais marcantes para a cidade, no processo de crescimento populacional relacionado à questão habitacional (BARROS, A. M. D., 2004, p. 71)

Essa organização geográfica e econômica fez com que o Cabo de Santo Agostinho fosse um município, na década de 1990, de transição entre suas áreas geográficas distintas, a RMR – Região Metropolitana de Recife e a Zona da Mata Sul. Tendo espaços delimitados entre o mundo rural, o urbano e o industrial.

Entre o período colonial e o início do século XXI, Pernambuco chegou a ter mais de 2.000 engenhos e 54 Usinas de Açúcar, sua distribuição geográfica se iniciou próximo ao litoral, devido à proximidade com os portos para escoamento da produção, posteriormente se expandindo para o interior, a partir do aumento da malha férrea, do solo e clima favorável do que se chama “Zona da Mata Pernambucana” (ANDRADE, M. C. De O., 2005)

Essa expansão agrícola trouxe grandes prejuízos a vegetação de Mata Atlântica, que no início do século XXI, conta com apenas 7% da sua área original e a própria população rural que se tornou refém dos Senhores de Engenho e posteriormente dos Usineiros para garantir o trabalho e o sustento de suas famílias. Para a Historiadora Francesa, Christine Dabat:

No meio-milênio de sua existência, nenhuma comoção profunda foi capaz de alterar duravelmente as bases dessa sociedade tão desigual. A permanência predominou em todos os aspectos principais. Hoje ainda, a estrutura fundiária altamente concentrada continua beneficiando poucas grandes famílias. Nenhuma reforma agrária redistribuiu o acesso ao principal meio de profissão: a terra (2012, p. 22)

Assim, a indústria do açúcar foi sustentáculo do Estado por centenas de anos e ainda elevou o status dos proprietários para os mais altos de prestígio social e político na Cidade do Cabo de Santo Agostinho e em Pernambuco até o século XXI. Essa indústria se baseou em uma lógica de *plantation*, que é:

Um espaço no qual o direito de agir segundo o livre arbítrio de quem em seu interior vivia era limitado por uma geografia que congregava – ao mesmo tempo e de forma indissociável – elementos ecológicos (geomorfológicos, climáticos, edáficos, hidrográficos, biológicos...); estruturais (rede viária, sistema de transporte...) e também históricos/simbólicos/culturais (relações de classe, omissão do Estado, violência, coerção, medo, honra, esperança...) (FILHO, 2016, pp. 17–18).

Sendo os elementos históricos, simbólicos e culturais tão modeladores quanto os elementos ecológicos. Nesse espaço que foi Engenho, se transformou em Engenho Central e chegou a seu ápice de organização e modernização nas Usinas, é onde centenas de milhares de trabalhadores viveram em condições muitas vezes de miséria extrema, isolados do mundo exterior e sujeitos a violência patronal organizada e legitimada.

O surgimento das usinas em Pernambuco se deu a partir do fracasso dos engenhos centrais e da insistência e interesse das elites locais de modernizar a indústria do açúcar, não vendo outra possibilidade para a sobrevivência do setor agro açucareiro. O Cabo de Santo Agostinho tem relação próxima com a história das usinas de açúcar no Estado de Pernambuco, o Engenho Trapiche, localizado na cidade; o Engenho Firmeza na cidade de Escada; o Engenho Cuyambuca, na cidade de Joaquim Nabuco e o Engenho Tiúma, no município de São Loureço da Mata, foram escolhidos pelo Governo para a aquisição das primeiras usinas centrais de açúcar compradas ao Vice-rei do Egito (EISENBERG, 1977)

Instaladas graças a recursos públicos, as usinas substituíram os antigos engenhos-banguês, concentrando a parte industrial da fabricação do açúcar. Seguindo a abolição da escravidão, essas transformações do parque industrial equivaleram a uma redistribuição das tarefas no seio da classe dominante entre usineiros, de um lado e, do outro, senhores de engenho que passaram, a contragosto, para a categoria de simples fornecedores (DABAT, C., 2012, pp. 23–24)

Usinas essas que foram financiadas pelo governo a partir de vultuosos empréstimos a juros baixos para compra, construção e primeira safra das Usinas que começaram a surgir no Estado. De acordo com o, Brazilianista, Peter Eisenberg a modernização que fez surgir as Usinas, não alterou a estrutura base da indústria tradicional do açúcar, uma *modernização sem mudanças*. Os novos Usineiros eram, muitas vezes, ex-senhores de engenho e membros da antiga oligarquia rural de Pernambuco, que passaram a controlar não só a economia a partir do comércio agro açucareiro como também a política, exercendo cargos políticos durante toda a história do Estado de Pernambuco.

Para o Memorialista Severino Moura (1998), o surgimento das Usinas e posteriormente Destilarias (**Tabela 2**) trouxe aumento na produção de açúcar e diminuição dos engenhos centrais. Os fatores que possibilitaram esses acontecimentos são a formação de uma área industrial dentro do campo, com sistemas modernos e mais eficientes. A descoberta de formas para erradicação de ervas daninhas, aumentando a produtividade das áreas de plantio de cana-de-açúcar a partir de um controle de combate biológico. A mudança do meio de transporte das ferrovias para os caminhões a partir da construção de uma extensa malha viária e a descoberta de novas formas de se aproveitar o que antes era jogado das sobras da produção, fizeram com que o modelo de Usinas se fortalecesse e se consolidasse em Pernambuco.

Tabela 02 – Levantamento das Usinas e Destilarias no Estado de Pernambuco (1914-2001)

Safra	Número de Unidades Produtivas
1914	56 Usinas
1933/34	68 Usinas
1953/54	55 Usinas e Destilarias
1963/64	51 Usinas e Destilarias
1973/74	38 Usinas e Destilarias
1986/87	38 Usinas e Destilarias
1995	33 Usinas e Destilarias
1997/98	33 Usinas e Destilarias
2000/01	32 Usinas e Destilarias

Fonte: (ANDRADE, M. C. De O., 2005); (SUDENE, 1996)

A Usina Bom Jesus (Figura 2-3), espaço de análise deste trabalho, foi fundada em 1891 pelo coronel Augusto Octaviano de Souza, no mesmo local, onde existiu um engenho de mesmo nome levantado antes da invasão holandesa por Pedro Lopes de Vera em 1890. Foi então vendida em 1918 aos senhores José Lúcio Ferreira e Luiz Ferreira Gomes da Silva Filho, na ocasião, Conjunto Agroindustrial da Usina Bom Jesus, já contava com os engenhos: Bom Jesus, Roças Velhas, Guerra, Matas, Cajabussu, partes do Engenho Cedro e São Caetano, localizados no Cabo de Santo Agostinho e o Engenho Rico na cidade vizinha de Jaboatão dos Guararapes.

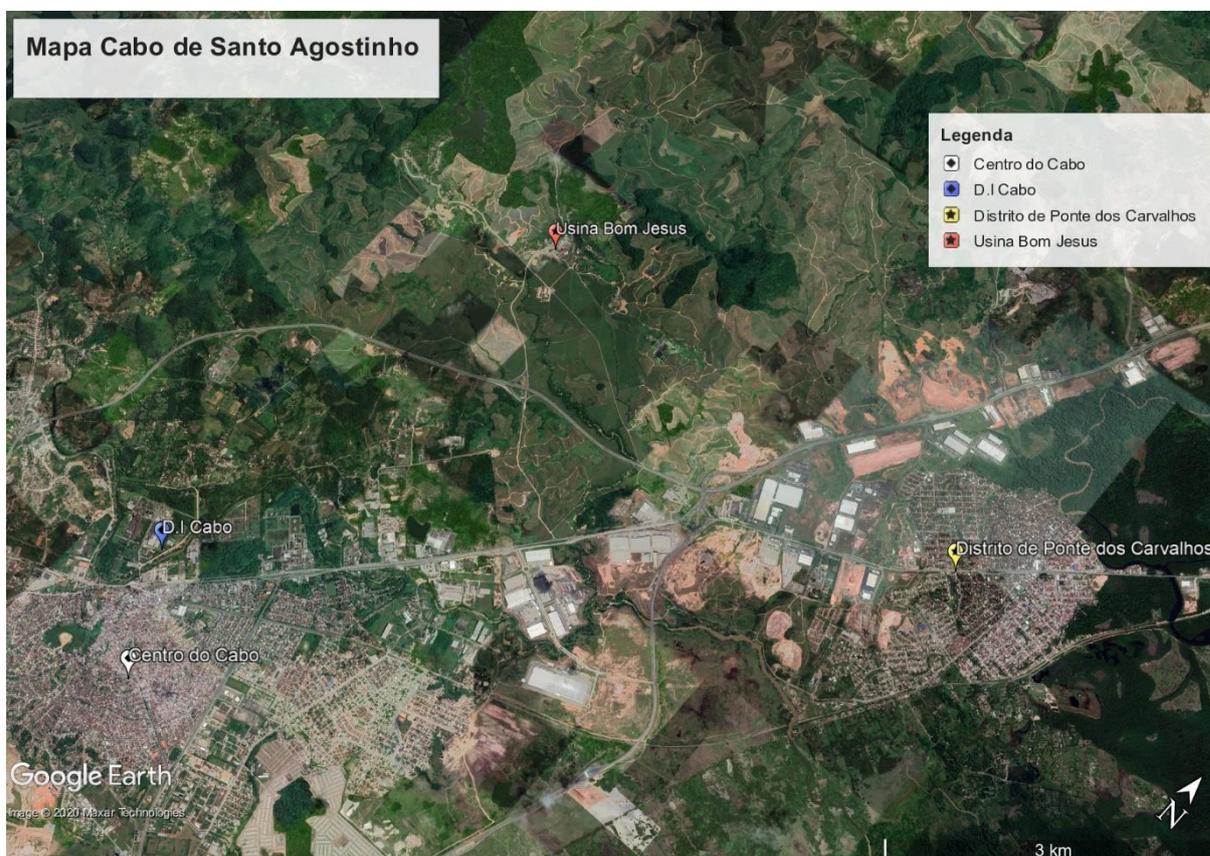
Após um ano, foi novamente vendida englobando todas as maquinarias, oficinas, vias-férreas e outras benfeitorias aos Drs. João Lopes de Siqueira Santos, Hermano Brandão de Siqueira Santos e Cel. Antônio Pedro Soares Brandão.

Em 1957, após a morte dos três sócios e os acordos de herança, a Usina ficou com um único dono, o senhor João Lopes de Siqueira Santos Filho. Que de acordo com Severino Moura, foi um grande empresário no mundo da agroindústria açucareira, alcançando grandes safras na administração da Usina ganhando reconhecimento entre seus pares. Em 1972 foi comprada pelo seu atual dono, o então Deputado Estadual de Pernambuco Clovis José Pragana Paiva. Desde seu surgimento, a Usina Bom Jesus sempre foi líder em produção de açúcar no município e uma das maiores do Estado de Pernambuco, tendo poder econômico e político para influenciar na política regional e estadual

Conforme descrito de maneira exemplar no livro *Senhores de Engenho e Usineiros – A nobreza de Pernambuco*, a história dos senhores de engenho e usineiros em Pernambuco está fortemente ligada com a construção de uma nobreza pernambucana de barões e coronéis, que

inicialmente influenciavam nas eleições e garantiam privilégios e logo após com as futuras gerações começam a se aventurar nos mundo políticos para ocupar de maneira direta o poder e o controle das decisões relacionadas a seus negócios dentro da política.

Figura 02 – Mapa Cabo de Santo Agostinho (Usina Bom Jesus – Distritos – Centro)



Fonte: Google Earth

Do ponto de vista físico, fica evidente pela imagem, que há uma separação entre o que seria o Mundo Externo e um Mundo da Usina bom Jesus. Neste Mundo Externo se encontram a sede municipal do Cabo de Santo Agostinho, o centro da Cidade, o Distrito Industrial, a maior parte dos serviços essenciais como delegacias, hospitais, supermercados, bancos e etc... é nesse mundo também que é possibilitado uma maior liberdade de ir e vir, já que é no Mundo Externo que se encontra uma malha viária pavimentada e um transporte público constante. 11 Quilômetros de distância se encontra o Mundo da Usina Bom Jesus, isolado, formando uma ilha de canaviais, com acesso restrito por vias não pavimentadas, de péssimas qualidades, de difícil locomoção e que foram completos labirintos. (FILHO, 2016) É nesse mundo que milhares de trabalhadores viveram, trabalharam, constituíram famílias.

De acordo com o *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*, realizado pelo Governo de Pernambuco a estimativa em 1987 era de aproximadamente trezentas mil pessoas morando em engenhos e agrovilas. Vivendo muitas vezes ilhados e longes dos centros urbanos, sendo o espaço das Usinas seu único local de convívio e sobrevivência, para além do trabalho. Regularmente era extremamente difícil a locomoção do mundo da Usina até esses centros urbanos, as crianças pouco viam a cidade durante sua infância e essa limitação não se dava exclusivamente pela distância ou falta de meios de transporte. Existe uma dimensão simbólica de poder exercido nesses moradores da usina que os impedia de sair desse espaço isolado de cana-de-açúcar.

Na concepção do historiador José Marcelo Filho, a arquitetura das Usinas de Açúcar era formada tanto por montanhas, rios, mares de morros, pelas péssimas estradas que interligavam o campo a cidade, mas também era formada pelo medo que sempre estava presente entre os trabalhadores. Entender o espaço da Usina é também entender como esse espaço perpassa pelas experiências de violências exercidas sobre os trabalhadores e moradores das vilas e engenhos próximos. Na década de 1990, a Usina Bom Jesus era a única a funcionar na Cidade do Cabo de Santo Agostinho e uma das duas que faziam parte da RMR.

Tabela 03 – Distribuição das Usinas de Açúcar em Pernambuco – 2004

Nº	Unidades em Atividade	Município	Localização
1	Usina Olho D'Áua	Camutanga	Mata Norte
2	Usina Cruangi	Timbaúba	Mata Norte
3	Usina Santa Tereza	Goiana	Mata Norte
4	Usina Laranjeiras	Vicência	Mata Norte
5	Usina São José	Goiana	Mata Norte
6	Usina Pretibu	Carpina	Mata Norte
7	Usina alvorada	Clória do Goitá	Mata Norte
8	Usina Bom Jesus	Cabo	RMR
9	Usina Bulhões	Jabotão/Moreno	RMR
10	Usina Ipujuca	Ipujuca	Mata Sul
11	Usina Salgado	Ipujuca	Mata Sul
12	Usina Estreliana	Ribeirão	Mata Sul
13	Usina Santo André	Barreiros	Mata Sul
14	Usina União Indústria	Primavera	Mata Sul
15	Usina Pedrosa	Cortês	Mata Sul
16	Destilaria JB	Vitória de Santo Antão	Mata Sul
17	Usina Trapiche	Serinhaém	Mata Sul
18	Usina Cucau	Rio Formoso	Mata Sul
19	Usina Pumaty	Joaquim Nabuco	Mata Sul
20	Usina Catende	Catende	Mata Sul

Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – 2004

De fato, não é possível entender as Usinas como espaços homogêneos, não houve um modelo padrão de estruturação e sistematização desses espaços, e com isso, é perceptível as variações das condições dos trabalhadores e habitantes das Usinas que decorria tanto na ordem econômica, quanto das particularidades locais, como a proximidade com o centro urbano municipal. Analisando a espacialidade da Usina Bom Jesus, buscamos entender e perceber esses elementos e particularidades locais.

Figura 03 – Espacialidade da Usina Bom Jesus



Fonte: Google Earth

Com as Usinas, ampliou-se a concentração fundiária e estendeu-se a influência empresarial nos negócios do Estado e com ela veio o poder da classe patronal sobre sua força de trabalho. Todas essas questões impuseram um cenário de completo domínio patronal dentro do ambiente das Usinas. Segundo Amaro Luiz de Carvalho, Apud (FILHO, 2016)

Os usineiros não só [eram] proprietários das usinas, como também das terras, das matas, do gado, [...] da plantação de cana, das casas, dos templos religiosos, dos instrumentos de trabalho [...] do armamento bélico, das rodovias, das ferrovias, dos caminhões e locomotivas, dos barracões e cooperativas, controlando a distribuição do combustível e lubrificantes para veículos e monopolizando a distribuição de alimentos (2016, p. 94)

À medida que os engenhos passavam para às mãos do Usineiro, maior era seu controle sobre seres humanos, aumentando seu domínio territorial e político. Pensando no complexo industrial, o caráter de controle também se estendia da fábrica para a morada dos seus operários. Mesmo com a unidade fabril a 11 km de distância do Centro da Cidade do Cabo, a Usina Bom

Jesus ainda mantinha uma vila operária própria. Aspecto esse que mostra um comportamento característicos das Usinas de Açúcar em todo o Nordeste, exercer o controle na esfera doméstica dos operários através de sua morada, os colocando em situação de isolamento e confinamento. Para os trabalhadores metalúrgicos e rurais do açúcar e sua família, a usina representava um cativeiro que submetia todos à autoridade territorial dos usineiros

A rua dos empregados localizava-se defronte à portaria da usina, a casa dos operários localizando-se em diversos arruados ao lado da planta fabril oposto à portaria (nos fundos da usina). Exatamente defronte à portaria da usina e de seus escritórios administrativos esta[va] a casa do gerente – de dois andares, ao contrário das outras casas de empregados –, como a controlar todo o movimento de entrada e saída de pessoas na planta fabril (LOPES, J. S. L., 1978, p. 176)

Percebe-se como a análise feita por Lopes se assemelha aos aspectos físicos da Usina Bom Jesus. Enquanto as casas dos funcionários com maiores cargos eram espaçosas, percebe-se na rua em frente ao portão da fábrica e do seu lado esquerdo (Figura 03), bem localizadas dentro do território, muitas vezes contendo domésticas, esposas de funcionários, pagos pela usina, a casa dos funcionários comuns eram pequenas, uniformes e coladas uma as outras, percebendo a partir da imagem as outras ruas da vila de operários com casas menores e conjugadas e também a antiga senzala que se transformou em moradia para os trabalhadores. O arquiteto, Geraldo Gomes (2005) o conjunto de habitação de operários livres das indústrias lembra as senzalas, já que é uma persistência do tipo arquitetônico, além de que, muitas usinas usaram os antigos espaços destinados a senzalas para transformar em moradia operária.

Analisar a distribuição espacial da construção da Usina Bom Jesus e suas funções nos permite avaliar a amplitude dos planos da vida social que foram estruturados pela hierarquia da Usina, o espaço materializado objetiva a hierarquia, por sua simples existência. Na figura 03, percebemos que logo na chegada à Usina, avistamos a frente à construção mais imponente, a antiga casa grande, então sede administrativa da Usina, ao lado esquerdo avistamos o campo de futebol, único lugar de lazer construído na Usina, sendo utilizado para as festividades ao ar livre. Também percebemos a antiga senzala, transformada em casa para os operários, que em contraste com a casa dos funcionários de altos cargos, distribui e exerce o poder social. A Escola, o barracão e a capela construídos ao redor da antiga Casa Grande contribuem para redobrar o marco simbólico desde micro espaço como o local onde são concentrados todos os poderes. Seja onde você estiver, sempre poderá ser visto e vigiado.

A usina, portanto, não era apenas uma unidade produtiva. Representava todo um padrão de organização social, modelador de uma sociedade com estrutura social definida. Nada do que se passava em seu interior, como as práticas religiosas, o ensino escolar, o controle dos atos cotidianos, o uso da violência física, as atividades de lazer, de festas, as rodas de conversas entre os homens nos finais de semana, a organização das mulheres durante a lavagem de roupa, nada escapava do controle da classe patronal.

2.2 – Educação Rural na Usina Bom Jesus: uma ecologia da Escola Dr. João Lopes

Conforme Maria Calazans, especialista em educação rural, (1993) o ensino de maneira regular nas áreas rurais do País surgiram logo após o fim do 2º império mas teve sua implantação de maneira ampla a partir da metade do século XX. A monocultura da cana-de-açúcar não necessita de mão de obra especializada, mas a própria evolução das estruturas socioagrárias, dos agrupamentos de trabalhadores que começam a lutar por demandas a educação rural começa a entrar na pauta do governo.

A educação rural no Brasil começa a ser fator de atenção do Estado a partir de 1930, Getúlio Vargas coloca em prática seu modelo de industrialização do Brasil, essa proposta de modernização da economia brasileira causou uma atração da população rural para os centros urbanos em busca de melhores salários e condições de vida para sua família. No Cabo de Santo Agostinho, Getúlio financia a construção da Destilaria de Álcool, que levou seu nome em 1940, além de proporcionar um ambiente para a instalação de outras fábricas na cidade, surgindo então, o D.I do Cabo.

Na própria década, temendo uma migração exponencial para as grandes cidades e o temor das pressões dos grandes latifundiários, Getúlio investe esforços na educação rural com o objetivo de combater a migração na sua fonte, delegando os Estados a responsabilidade do sistema educacional, a partir da criação do Ministério da Educação. A primeira proposta se deu em torno do “ruralismo pedagógico”, com o objetivo de fazer o homem do campo compreender a importância da ruralidade na civilização brasileira e assim reforçar valores para prendê-lo à terra. (CALAZANS, 1993)

As classes de Usineiros sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora, muitas vezes encarando esse desejo como ato de rebeldia. A necessidade de mão-de-obra mais especializada por conta da industrialização do campo,

obrigaram, aos detentores do poder, concordar com algumas mudanças, como por exemplo, a presença da escola dentro das terras das Usinas e de seus Engenhos próximos.

Tabela 04 – Levantamento das Escolas em Usinas e Engenhos no Cabo de Santo Agostinho – 1960

Escolas Públicas	Localidade
Professor Sette	Engenho Olinda
Guiomar Dourado	Engenho Matapagipe
Sem denominação	Engenho Utinga de Cima
Sem denominação	Engenho Jardim
Sem denominação	Engenho Pavão
Sem denominação	Engenho Cajabuçuzinho
Sem denominação	Engenho Vila Real
S. S. de Perpétuo Socorro	Engenho Tapugi de Cima
D. Benvinda de Siqueira Santos	Engenho Santo Estevão
Escolas Particulares	Localidade
Sem denominação	Usina S. Inácio e Engenho Garapu
Sem denominação	Engenho Boa Vista
Sem denominação	Usina José Rufino S/A
Dr. João Lopes	Usina Bom Jesus S/A

Fonte: (FELIPE, 1962)

As escolas particulares instaladas dentro dos ambientes das Usinas e Engenhos no Cabo de Santo Agostinho possibilitaram mais controle por parte dos donos da terra de controlar a educação do filho de seus funcionários. Porém, é importante observar que essas estruturas particulares funcionavam como uma parceria entre público e privado, conforme relata Sebastiana Salgado, filha da primeira diretora da Escola Dr. João Lopes, aluna da escola e posteriormente coordenadora pedagógica e diretora na década de 1990:

A Prefeitura não mandava em nada nas escolas, eram todas de ensino próprio da Usina, quem pagava o salário dos funcionários era todo da Usina. No início existiam o que chamam de "aliança para o progresso" dos EUA que enviavam merenda, depois veio o MEC a partir da Secretaria de Educação. Não tinha relação com a prefeitura, era diretamente como Estado, DERE (Regional que se guardava a documentação dos alunos), recebíamos visitas

das supervisoras para avaliar a escola. [...] a manutenção da escola também ficava sob responsabilidade da Usina.¹¹

Esse tipo de parceria entre ente privado (Usineiros) e o público (Secretaria de Educação), nos mostra o poder que os usineiros detinham na política local, principalmente, quando a condução pedagógica e estrutural das escolas fica sob sua completa intervenção, não cabendo a Prefeitura ou ao Estado apenas uma avaliação periódica com olhos apenas para números e resultados. Esse poder era utilizado, inclusive, quando se tratava de políticas públicas relacionadas a educação, como descreve nesse episódio relacionado ao Bolsa Escola:

Não Existia bolsa escola na usina, aí a diretora de ensino do Bolsa Escola foi até a usina e pediu uma sala para que pudesse acontecer o Bolsa Escola dentro da Escola Doutor João Lopes. Quando começou as aulas a gente percebeu que não havia o mesmo rigor com as normas da escola com o Bolsa Escola. O que aconteceu é que os alunos não faziam atividades no Bolsa Escola, ficavam só passando o tempo e isso era revertido em dinheiro para suas famílias, acabamos percebendo que o rendimento dos alunos estava caindo muito e conversamos com a gestora e com professora do Bolsa Escola, que foram relutantes em colocar atividades para os alunos fazer e com isso a gente acabou o Bolsa Escola na escola¹².

Aos pais dos alunos, cabia a compra dos materiais didáticos e fardamento, como nos diz Maria Josefa, professora da escola na década de 1990:

A princípio a despesa dos livros e fardamento eram dos Pais. Eu lembro, da época que eu fui aluna e professora, que os livros de história, geografia... não se comprava! o foco era no Português e Matemática e quem tava se alfabetizando era a época da cartilha. As outras disciplinas a gente ia aprendendo a partir das anotações que a professora dava, já para evitar mais

¹¹ Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

¹² Ibid.

despesas aos pais dos alunos. O caderno tinha que ser encapado, com papel madeira ou plástico, para manter a conservação dos livros.¹³

A Usina fornecia financiamento, com juros, para compra desses materiais aos seus funcionários que tinham filhos matriculados na escola, esse valor era deduzido no contracheque mensalmente dos funcionários. Apesar da estratégia de baratear os custos de materiais, muitos trabalhadores acabavam recorrendo a esse método, não havia possibilidade de matrícula sem os materiais obrigatórios por parte dos responsáveis.

Figura 04 – Frente da Escola Municipal Dr. João Lopes



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

A construção da Escola Dr. João Lopes que conforme mostra a Figura 03, fica localizada no centro da Usina Bom Jesus foi realizada “na década de 60' (entre 66' e 67') foi construído o prédio que é até hoje a Escola. Antes, ela ficava em um outro prédio dentro da Usina, que virou posteriormente um escritório”¹⁴. foi inaugurada com o nome em homenagem a um de seus donos, o Dr. João Lopes de Siqueira Santos, que adquiriu a Usina em 1919. Na década de 1990, a Escola funcionava com a seguinte equipe:

¹³ Entrevista com Maria Josefa. [out. 2020]. Gravação. VLC [90 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

¹⁴ Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Tínhamos 15 professoras, duas serventes e um zelador. Todas as professoras trabalhavam na escola no centro da usina, fora a escola da Usina existiam escolas nos Sete engenhos que faziam parte do território da Usina Bom Jesus, que ficavam todos sob nossa administração, em cada engenho tinha uma professora e uma merendeira¹⁵

Os sete engenhos que faziam parte do território da Usina bom Jesus são: Guerra, Santo Estevão, Ilha, Roças Velhas, Matas, Cajabuçu e Cedro, conforme abaixo:

Figura 05 – Distribuição das Escolas – Usina Bom Jesus



Fonte: Google Earth

Os alunos iniciavam a partir dos 03 anos de idade e permaneciam na instituição até a 4ª Série do Ensino Básico (Novo 5º ano). Como descreve a Diretora da Escola na década de 90', trabalhavam na sede 15 professoras, em comparação as outras 07 profissionais que cuidavam das escolas nos 07 Engenhos. Essa distribuição só foi possível por conta da estrutura pedagógica que a Escola detinha, enquanto a sede funcionava com serialização, nos engenhos eram Escolas multisseriadas.

¹⁵ Ibid.

O mesmo planejamento que a gente fazia com as professoras da escola na sede também era feito com as professoras das escolas dos Engenhos, não havia nenhuma diferenciação nesse sentido. Todas tinham um caderno todos os planejamentos, preparavam as provas e traziam para a gente corrigir, durante as reuniões pedagógicas traziam todos os documentos, as provas, as notas para gente avaliar.¹⁶

O planejamento das aulas era feito semanalmente pelas professoras a partir de uma grade curricular criada pela Coordenação Pedagógica mais a Diretora, “tinha uma grade curricular, A partir dessa grade cada professora fazia o planejamento semanal das aulas. Algumas professoras já se adiantavam e faziam o do mês inteiro, não tinha nenhum problema, mas sempre cobrávamos para ver a semanal”¹⁷. Esse planejamento era feito a partir de materiais didáticos de referência. “A grade curricular era construída com os livros da FTD, da Moderna... sempre tínhamos livros atualizados. então o livro daquela série que é repassado para a professora e a partir daí ela começava o planejamento semanal das aulas. Desde o jardim da infância já havia material didático disponível para os alunos”.¹⁸ A administração da Usina tinha um papel central no fornecimento desses materiais, não havia nenhum tipo de diálogo entre a Diretoria da Escola com a Secretaria de Educação do Município ou do Estado relativos ao currículo fornecido aos alunos.

[...] quando precisávamos de material didático para escola a gente levava até a dona da Usina, a esposa do dono que ficava mais ligada essas questões da escola e a gente falava da importância de ter o material e ela mandava comprar, não me lembro de nenhum dos nossos pedidos ter sido negado por ela, esses materiais ficavam disponíveis para os professores já que a gente se exigia o de português para os pais as outras disciplinas professores tinham que montar as aulas e aí poderia utilizar todos os materiais de dados disponíveis para ensinar os alunos.¹⁹

¹⁶ Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

É bastante perceptível a relação estreita entre a classe patronal e administração da Escola, ficando sob a responsabilidade da esposa e filha do então dono da Usina, Dr. João Lopes, apesar dos relatos de independência, as ações demonstram que a Escola não caminhava sem a intervenção ou ciência desses responsáveis, que acabavam tendo opinião e peso em toda estrutura escolar, principalmente na Sede, nas escolas dos Engenho como escolas multisseriadas era sabida das dificuldades e da pouca efetividade do ensino, mas não existiu nenhuma ação concreta para melhorias.

Apesar do mesmo planejamento não posso dizer que o desenvolvimento dos alunos era igual porque na usina cada professora ficava com uma série e nos engenhos era uma professora para 4 séries na mesma sala, elas ensinavam: Alfabetização, primeira, segunda, terceira e quarta série. Então apesar de ser menos alunos era difícil era ter o mesmo desempenho das professoras que tinham apenas uma série para ensinar.²⁰

Quando buscamos termos para categorizar escolas que possuem apenas uma professora responsável por vários anos do ensino, em uma mesma sala, somos deparados com algumas nomenclaturas para além de Classes multisseriadas, como Escolas isoladas e Classes unidocentes. Esses termos são sempre empregados para categorizar escolas rurais que possuem características em comum.

Escolas Isoladas, são caracterizadas como escolas em que sua condição era de isolamento geográfico e pedagógico. As Escolas isoladas surgem com a pretensão de suprir não só a demanda educacional de comunidades isoladas, mas também de se tornar um motor de desenvolvimento civilizador a essas regiões. Essas escolas tinham como características classes multisseriadas, mesmo esse termo não sendo empregado utilizado.

Classes unidocentes, descreve o acúmulo de funções dos professores em escolas rurais. Neste sentido, classe surge como um sinônimo de escola, já que nas escolas seriadas, toda a classe é unidocente, porém, a especificidade dos professores de classes unidocentes está na multiplicidade de alunos e de etapas do desenvolvimento educacional ocupando um mesmo

²⁰ Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

espaço, que na sua grande maioria eram improvisados devido ao isolamento e as baixas condições na construção de em comunidades afastadas.

Classes multisseriadas pode ser definida como Organização de ensino nas escolas em que um professor trabalha na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente. De acordo com o Dicionário Interativo da Educação Brasileira:

As classes multisseriadas existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escolar.(MENEZES, 2001)

Esse tipo de definição pode ser aplicado a outras organizações escolares durante a história educacional do nosso País. Quando caracteriza as escolas de primeiras letras no período imperial, (SAVIANI, 2001):

Na estrutura anterior as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E estas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares (2001, p. 24).

O que nos mostra que esse tipo de estratégia organizacional pedagógico e de espaço das escolas é uma construção histórica da Educação Brasileira. Os principais motivos para esse tipo de prática escolar ainda ser utilizada no final do Século XX são sempre relacionados ao afastamento das escolas e o baixo número de alunos matriculados. Em sua grande maioria situadas em regiões rurais, esse tipo de organização educacional também é visto em localidades urbanas.

A escola multisseriada pensada na pré-história de nosso sistema escolar; vista como distante do paradigma curricular moderno, urbano, seriado, vista como distante do padrão de qualidade pelos resultados das avaliações, pela baixa qualificação dos professores, pela falta de condições materiais e didáticas, pela complexidade do exercício da docência em classe

multisseriada, pelo atraso da formação escolar dos sujeitos do campo em comparação com aquela da cidade (ARROYO, M., 2013). Essas escolas dos engenhos da Usina Bom Jesus e seu método diferente de ensino contribuirá efetivamente para a construção das desigualdades na trajetória escolar de crianças que viviam nessas localidades e que muitas vezes também trabalhavam no corte da cana ou em outras atividades relacionadas ao corte dentro dos canaviais.

2.3 – Infâncias no mundo rural – As multiplicidades no espaço da Usina

Refletir sobre as crianças que viviam na Usina Bom Jesus, filhos e filhas de trabalhadores da Usina, debater seu cotidiano, sua circularidade e as desigualdades educacionais construídas dentro daquele território só é possível a partir da quebra da concepção tradicional de infância padronizada e universalista.

No Brasil essa concepção é tencionada, a partir da década de 1980, com uma ampliação no campo de estudos relacionados a infância(s), onde inicialmente era tema de interesse das áreas de psicologia, medicina e pedagogia, passa a ser campo de investigação para a geografia, antropologia, sociologia e história, esses últimos, a partir de uma fragmentação dos estudos relacionados a família ou ao surgimento da família moderna, dentro da história da educação, começasse a também pensar a pesquisa a partir de outros paradigmas, sempre a partir de uma perspectiva multidisciplinar entre as ciências humanas.

Nesse processo de questionar concepções de infância universalista, também se observa a ampliação significativa das temáticas pesquisadas, as crianças em conflito com a lei, uma análise mais profunda do mundo das infâncias em situação de rua, estudos sobre as diferentes violências sofridas pelas crianças e principalmente a percepção da multiplicidade das experimentações das infâncias no Brasil, enxergando as múltiplas experiências de infâncias nos estudos das infâncias do campo, ribeirinha, quilombolas, periféricas, LGBTQ, indígenas, ciganas e etc.

Olhando para a história dos estudos da infância(s), Mery Del Priore (1997), Anete Abramowicz e Andrea Moruzzi (2017), descrevem o Historiador Medievalista Philippe Ariès, em seu livro “*História Social da Criança e da Família* (1981)”. como um trabalho pioneiro para entender a infância como objeto de pesquisa histórica. Neste trabalho, de maneira geral, o historiador traça um perfil da infância a partir do século XII utilizando-se de iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos. O resultado é a

tese de que o sentimento de infância é uma invenção da modernidade a partir das transformações que ocorreram no mundo e principalmente na família, a partir do século XVII.

A partir dos estudos de Ariès, a infância começa a instigar mais atenção e estudos reafirmando ou criticando as teses levantadas pelo autor começam a surgir no cenário acadêmico mundial. De fato, o trabalho mostra algumas fragilidades na metodologia utilizada, nas fontes consultadas e principalmente no caráter generalista que o autor propõe a se identificar o que é infância. Mas é importante salientar a grande contribuição de Ariès aos futuros trabalhos relacionados a infância.

Para o historiador Francês a noção de infância pode ser compreendida com um sentimento social/histórico, um acontecimento que faz com que a sociedade diferencie a criança do adulto, criando, produzindo e sobrepondo-se à criança maneiras específicas de se vestir, de se alimentar, de se estar entre os adultos, e maneiras específicas de cuidado e de educação promovidos pelos adultos para as crianças (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, pp. 25–26).

Para isso, Ariès se voltou para uma análise de duas instituições que, no período moderno, ganham importância e notoriedade para a construção de uma sociedade. Primeiramente a educação, que é construída para controlar e moldar a infância. A escola, como instituição, se constitui como fundamental para a separação da criança do mundo adulto, iniciando a criação de uma série de normas e condutas que seriam exercidas com o objetivo de construção do adulto do futuro, sem perspectiva para a criança do presente. A partir da chegada da educação como mecanismo de separação entre o mundo infantil e adulto, a família, segundo elemento observado pelo autor, sofre grandes transformações com o surgimento do sentimento da infância, onde antes, não havia o cuidado com "os de pouca idade" agora a relação entre pais e filhos se transforma, os papéis sociais dentro da família também sofrem transformações. O pai provedor, a mãe cuidadora do lar e com a responsabilidade de transmissão dos valores éticos e morais para as crianças. se tornam o núcleo da família moderna burguesa.

Com o aumento das pesquisas com a temática da infância como foco principal, começam a surgir pesquisas que levantam questionamentos a algumas teses levantadas por Ariès. As análises levantadas pelo autor das iconografias, são muito questionáveis, pois servem de argumento para a observação das mudanças em relação a infância na modernidade, deixando de lado a possibilidade de que a mudança ocorrida nas iconografias, poderiam ser de ordem

puramente estética no campo da arte e não, necessariamente, fruto de uma mudança no comportamento social dos que são retratados. Outro questionamento se deve ao fato da utilização, como fonte, do diário do médico do rei Luís XIII, sendo uma criança excepcional, criada com todo o luxo e os cuidados dignos de uma realeza, não poderia ser observada como exemplo de comportamento e transformações da infância na modernidade, sem deixar de observar a extrema excepcionalidade de sua infância. O surgimento da educação e as transformações sociais ocorridas na família, podem também ser consideradas como consequências do surgimento desse sentimento da infância na sociedade moderna e não necessariamente as causas do surgimento.

Alguns outros pesquisadores começam a se debruçar a pensar sobre a infância, seu surgimento, suas percepções, alargando as possibilidades de interpretação e possibilitando análises mais diversas sobre esse período específico da vida humana. O Historiador Douglas Braga (2015), faz um balanço historiográfico bastante profundo sobre a infância como objeto da história, ao trabalhar autores europeus e norte-americanos que, a partir da pesquisa do Ariès, começam a discutir outras visões do surgimento da infância e suas possibilidades de análise.

Para o filósofo norte-americano David Archard (2014), julgar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância é uma imprecisão histórica de Ariès, para o autor, as sociedades do passado poderiam não ter uma concepção moderna de infância, o que não as coloca como sociedades que não pensavam nas crianças como fase única da vida, elas poderiam simplesmente ter maneiras distintas da moderna de se pensar esse período, e segue adiante ao diferenciar concepção e conceito de infância.

[...] é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos (BRAGA, 2015, p. 22)

Na percepção de Archard, todas as sociedades possuíram um conceito de infância, que na sua percepção, seria o reconhecimento da particularidade do indivíduo distinto do adulto, entretanto as concepções, ou seja, os atributos que diferenciariam um indivíduo do outro, teriam variado entre culturas. A duração da infância, as dimensões legais que distinguem criança dos

adultos e as próprias divisões internas do período (bebê, primeira infância...) são fatores que podem sofrer grandes variações entre culturas.

A Historiadora Inglesa Michelle Perrot (2009), traz uma contribuição muito importante, a partir de uma análise da infância como objeto de intervenção. Seus estudos se fundamentam a partir de fontes francesas do século XIX, onde se mostra perceptível a mudança no papel do filho dentro da família burguesa, ocupando um espaço de maior importância, sendo então, algo que precise de atenção e investimentos, seja ele afetivo, econômico e educacional. O Estado, começa a enxergar na criança na perspectiva do futuro, um futuro cidadão, surgindo assim uma gama de interessados em formular intervenções, as pregando como extremamente necessárias, sobre esses sujeitos: filantropos, médicos, estadistas, sempre com o discurso de proteger, educar e disciplinar a criança.

Tanto a infância como a adolescência começam a ser percebidas na pesquisa da autora, principalmente nos elementos de intervenção. As primeiras leis de cunho social, tiveram como objetivo as crianças, implantando, por exemplo, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas e mesmo essas medidas não sendo efetivas, era um indicativo do interesse nessa parcela da população, com alcance simbólico e jurídico considerável (PERROT, 2009). Importante perceber que essas pautas não eram levantadas apenas pelo Estado, os sindicatos de trabalhadores também se articulavam para intervir na infância, a partir de demandas para a regulamentação ao trabalho. A adolescência era vista com preocupação, mostrando então já uma divisão interna, estabelecendo concepções de infância e adolescência.

A adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais (BRAGA, 2015, p. 27).

Todas essas contribuições nos levaram para um cenário de visão sobre a infância a partir da multiplicidade de suas vivências. Ser criança e ter infância começam a ser visto e problematizados de maneira distinta, sempre levando em consideração fatores estruturais e estruturantes que interferem e são interferidos por esses sujeitos. Os estudos contemporâneos e pós-coloniais sobre infâncias nos possibilitam refletir para além da multiplicidade de concepções, para o Educador Miguel Arroyo:

Os estudos pós-coloniais convidam a buscar novas formas de pensar, novas epistemologias e novas práticas políticas e pedagógicas e a rever epistemologias persistentes universalistas, subalternizadoras de ver os Outros e ver as outras infâncias. Os estudos pós-coloniais nos alertam de que não existe uma produção única de uma infância única, universal. Nem existe uma concepção epistemológica única, universal de ser humano. (2018, p. 29)

Perceber a infância como potência é entender que sua construção não fica alheia à produção social, econômica, política, cultural e nem história, a infância se constrói e é construída a partir dessas dinâmicas. Não percebemos ser possível entender as infâncias sem reconhecer seus recortes raciais, de gênero e as relações de classe, pois:

A infância faz parte da história. A produção da infância é uma produção histórica, uma produção histórica intrincada na nossa história racista, sexista, classista e os estudos da infância não fogem dessa produção da história da sociedade e da própria infância (ARROYO, M., 2018, p. 44).

Os novos estudos sobre as infâncias nos colocam de frente com uma infância de pensamento crítico, uma criança que se constrói a partir da infância e constrói a infância a partir da sua agencia.

[...] nossa perspectiva é pensar de que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância, quando ela se apresenta como um dispositivo fabricado e, de certa maneira, garantidor de um funcionamento da sociedade (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, p. 34).

Ao pensar na criança que interroga a infância, automaticamente nos coloca sobre uma perspectiva desses sujeitos como ativos na construção de suas experiências, a infância como uma construção social que age sobre a criança, é também interferida, moldada, interrogada por ela. Nesse sentido se constrói uma noção de criança-ator.

[...] o princípio da criança-ator incita a se passar da visão determinista que coloca a ênfase nos fatores estruturais que pesam sobre a ação social para a análise da capacidade de ação (agency) da criança, enquanto que o princípio da construção social da infância questiona a ideia desta como categoria

definida simplesmente pela biologia e passa a entender seu significado como variável do ponto de vista histórico, cultural e social e sempre sujeito a um processo de negociação tanto na esfera pública quanto na privada (MARCHI, 2009, p. 228).

A partir dessa concepção de uma criança-ator, algumas questões se tornam comuns nas abordagens a partir da sociologia da infância. Descolonizar a abordagem sobre a infância, trabalhando novas metodologia e ampliando as fontes utilizadas com novas perspectivas epistemológicas; entender a infância como um grupo de idade de cultura própria e desconstruir o modelo determinista de infância como algo geral.

Outro ponto fundamental de se perceber é que a infância é uma construção social, produzida no interior de uma série de mecanismos de controle, normas, leis, medidas, pressupostos filosóficos, teológicos, jurídicos e pedagógicos e psicológicos. Ou seja, há na infância uma anterioridade do adulto sobre a criança, que é modelada e ingerida a partir de sua imagem, a imagem que o adulto projeta na infância. A infância surge com o objetivo de modelar a criança, quem a cria é o adulto, que a pensa e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. "à criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, por isto também, prisioneira política" (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, p. 34)

Neste sentido a infância é um dispositivo de poder e a própria criança na sua subjetividade resiste e interroga o dispositivo da infância, sendo moldada e moldando a própria infância, pois ao se pensar numa criança-ator é pensar em uma criança que sente, entende, projeta e molda o seu meio. É a partir desses pressupostos que analisaremos as fontes que tem como sujeitos principais de suas construções crianças e adolescentes que viviam no território rural da Mata Sul de Pernambuco na década de 1990.

A historiografia da infância no Brasil, a partir do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude ligado a ANPUH/Brasil, vem produzindo pesquisas importantes sobre crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto, entendendo as infâncias como sujeitos de direitos e refletindo sobre os aspectos plurais da exploração e também dos modos de ser criança e viver a infância nas diferentes regiões do Brasil.

Podemos observar crianças e adolescentes sendo exploradas no mundo do trabalho adulto durante toda a história do Brasil e refletir sobre a construção política de legislações que regulamentaram essa prática e posteriormente avançam na proteção dessa

exploração, temos contribuições importantes nos trabalhos da Historiadora, Silvia Arend (2017) e (2015), onde a autora debate questões relacionadas a legislação instituída pelo Estado Brasileiro nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes durante o governo Vargas, como também analisa como se construiu o debate acerca das relações de trabalho no campo da infância, adolescência e juventude durante a construção da Convenção Universal dos Direitos da Criança entre 1978 e 1989.

Quando pensamos sobre a história dos estudos sobre crianças no mundo das Usinas, temos grandes contribuições de trabalhos como: O Capítulo produzido pelas pesquisadoras Ana Dourado, Christine Dabat e Teresa Araújo (1999), o livro da Christine Dabat (2003) e Teresa Araújo (1994) que analisaram a exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho rural, filhos de trabalhadores do campo, cortadores de cana, que para complementar a renda da família e garantir o mínimo de subsistência em um contexto de extrema exploração do trabalho, foram forçados a trabalhar na zona canavieira de Pernambuco.

No contexto histórico ainda impregnado pela herança escravista, os movimentos sociais no campo sempre tiveram como objetivo a melhoria da situação do conjunto da população trabalhadora rural. Nesta perspectiva, a sorte dos mais novos membros da coletividade era contemplada automaticamente no futuro comum. Tanto mais assim, que, por definição, a condição de criança e de jovem é transitória. Por muito tempo, reivindicações trabalhistas específicas à infância não apareceram em movimentos expressivos dos canavieiros, como as Ligas Camponesas ou o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais até a retomada das lutas coletivas, pois o trabalho das crianças era visto como parte integrante da força de trabalho familiar (DOURADO; DABAT, C. P. Y. R.; ARAÚJO, 1999).

As autoras utilizam, também, como fonte de análise a pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro²¹ entre 1992 e 1993, entre crianças e adolescente que moravam na Zona da Mata de Pernambuco, local onde predominada a *plantation* açucareira em Pernambuco. O resultado preliminar em 1991, estimou que cerca de 60.000 trabalhadores, correspondendo a 25% da força de trabalho empregada na atividade canavieira desta região, são crianças e adolescente com idade entre 07e 17 anos (ARAÚJO, 1994).

As razões dos empregadores utilizarem crianças no corte da cana somaram-se as necessidades de sobrevivência e de complementação de renda

²¹ O Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para a construção e fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social.

por parte das famílias que tradicionalmente trabalharam nas empresas canavieiras – até por falta absoluta de opção, sobretudo pelo monopólio da terra que os grandes proprietários sempre detiveram na região (DOURADO; DABAT, C. P. Y. R.; ARAÚJO, 1999, p. 409)

Sendo assim, buscamos historicizar desigualdades nas trajetórias escolares de crianças que circulavam e viviam na Usina Bom Jesus, filhos dos trabalhadores rurais e dos funcionários da fábrica da Usina (Figura 03), entendendo que dentro do espaço da *plantation* açucareira, haviam infâncias, que possuíam destinos completamente diferentes apesar de compartilharem o mesmo espaço. Logo se torna necessário analisar o impacto do próprio espaço sobre essas infâncias, tanto dos filhos dos trabalhadores do campo, como dos trabalhadores da fábrica e para isso, a geografia da infância nos fornece ferramentas para pensar que “Espaços segregados produzem infâncias segregadas. O espaço não é um palco onde desenvolvem nosso teatro, o espaço nos marca, somos produtos do espaço, o espaço vivido produz nossas formas de viver e de ser” (ARROYO, M., 2018, p. 44).

Dessa forma, se a infância é uma construção social, uma concepção sistematizada em diferentes sociedades, ela apresenta uma dimensão que é plural, pois não me é possível falar em uma única infância, mas na pluralidade de sociedades que cobrem superfície terrestre; existe uma pluralidade de infâncias que se configuram. Localizar, mapear, descrever e interpretar essas infâncias são também pontos pertinentes aos estudos da Geografia da Infância (LOPES, J. J. M., 2013)

Assim, pensar nas complexidades de se viver uma infância dentro de uma Usina de Açúcar não pode estar dissociada com o papel que o próprio espaço tem sobre a infância, que constrói e é construída por ele, onde essas infâncias circularam e se construíram. Pensar infâncias é se desafiar no campo da transdisciplinaridade para buscar uma compreensão aprofundada dos aspectos que envolvem a infância, dialogando entre a partir do campo da educação, com as áreas da história, sociologia e geografia da infância.

CAPÍTULO 3 – Desigualdade dentro da Desigualdade: Educação e exploração do trabalho infantil na Usina Bom Jesus



Criança em situação de exploração do trabalho nos canaviais da Mata Sul de Pernambuco.
Acervo do Cento Josué de Castro, 1993.

Neste capítulo temos o objetivo de apresentar os contextos históricos que construíam e reproduziram desigualdade dentro da desigualdade na Usina Bom Jesus, abordando separadamente cada contexto de desigualdade categorizados por nós como “Infâncias Dentro da Escola” e “Infâncias Fora da Escola”. Por fim analisaremos a partir de duas pesquisas realizadas²² com o objetivo de denunciar uma questão social bastante presente na década de 1990, a pobreza, fruto da extrema desigualdade social, e seus impactos nos diferentes modos de viver infância na zona canavieira.

Antes de problematizar as experiências relacionadas às diferentes infâncias em meio a diferentes desigualdades na Usina Bom Jesus, descreveremos o motivo para classificarmos esses grupos em dois, a partir de um olhar sobre a garantia de acesso e permanência a educação dentro desse espaço rural.

As “Infâncias Dentro da Escola”, descrevem o grupo de entrevistados desta pesquisa, todos moravam próximos a área industrial da Usina Bom Jesus e estudavam na Escola Satélite Dr. João Lopes, eram protegidos da exploração da mão de obra do trabalho, primeiramente, pela profissão de seus responsáveis, que trabalhavam dentro da área industrial, ou em profissões ligadas à área rural, que devido à proximidade com o centro da Usina e da própria Escola, não inseriam seus filhos ao trabalho no corte da cana, apesar de sofrer com péssimas condições de vida. Essas infâncias tiveram acesso e garantia de permanência escolar, enquanto seus responsáveis continuassem a trabalhar na Usina, construindo um cotidiano de vivências escolares e de circularidade pelo território rural, com papel importante no modo de viver a infância.

Quando tratamos de “Infâncias Fora da Escola”, descreveremos crianças e adolescentes que viviam nos engenhos, que faziam parte da Usina Bom Jesus, ou eram de propriedade de Usinas vizinhas e compartilhavam mão-de-obra nos períodos de safra conforme as necessidades desses trabalhadores na busca pela sobrevivência. Os relatos desses sujeitos e os contextos de violações e exploração sofridos serão analisados a partir da Pesquisa: *Trabalhadores Invisíveis – Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco – Centro Josué de Castro Pesquisa (1992/1993)* e pela análise de uma matéria especial publicada no *Jornal do Commercio*²³ em

²² 1 – Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades da zona da mata sul de Pernambuco – Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, 1989/1990 2 – Os Trabalhadores Invisíveis – Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco – Centro Josué de Castro, 1992/1993

²³ O *Jornal do Commercio* nasce no início do século XX, em Recife, com o objetivo político de mobilizar votos para a eleição presidencial do então candidato Epiácio Pessoa. Com clara tendência política ao conservadorismo. Ficou até o fim da década de 1980 nas mãos da família Pessoa de Queiroz, formada também por

15 de setembro de 1991, no caderno Cidades. Definimos essas infâncias e adolescências como “Fora da Escola” por conta de uma série de violações de direitos em que eram sujeitas desde a infância, frutos de uma lógica de profunda desigualdade e exploração da mão de obra de famílias com péssimos salários e péssimas condições de trabalho, aliado a uma oferta escassa e deficitária escolar, que favorecia a inclusão, mas negligenciava o direito a permanência e conclusão escolar.

3.1 – Infâncias Dentro da Escola

A escola é essencial, era tudo na usina porque a usina é importante para os trabalhadores e a escola não era só importante para os filhos, mas para todos os moradores porque ali na escola era o lugar onde além de ser escola era também o lugar de aconselhamento²⁴.

Quando olhamos a geografia espacial do centro da Usina de Açúcar Bom Jesus (Figura 04), percebemos que a construção da Escola Dr. João Lopes aparece com bastante destaque no espaço, se localizando na entrada principal da Usina, em frente à antiga casa grande, ao lado da área industrial. A sua construção mostra uma instituição de grande importância para a vila de moradores e também para a administração da Usina. Como destaca Cristina Pereira, era lugar essencial não só para a educação do filho dos trabalhadores como também para as famílias, colocando a escola como uma estrutura importante no cotidiano do espaço da Usina Bom Jesus.

A família de Cristina Pereira chega na Usina bom Jesus a partir do processo de migração que comumente acontecia entre os espaços rurais “*os meus pais eram de um Engenho vizinho chamado Engenho Caja do Sul e meu pai foi trabalhar na usina Bom Jesus na área rural e depois que casou com a minha mãe eles foram morar lá e ainda hoje continuam morando na Usina Bom Jesus*”²⁵, esse tipo de migração é o mais comum na região, proporcionando uma rotatividade da mão de obra entre usinas vizinhas, “*segundo mamãe ela fala que ele era de Gurjaú de baixo, que também é o engenho em moreno, de lá eles moraram no Engenho Monte, que faz parte da Usina Bom Jesus, onde meu pai trabalhava e depois eles vieram morar na*

Usineiros, mas devido a uma profunda crise financeira foi vendida para o empresário do ramo de alimentos, João Paes Mendonça, e em 1990, disputava com o Diário de Pernambuco a liderança na Região Metropolitana de Recife.

²⁴ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

²⁵ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

usina Bom Jesus”²⁶. Essa migração também ocorria de outras cidades do Estado de Pernambuco, principalmente aquelas que compartilhavam o principal fator econômico, a Indústria Açucareira, “*os meus avós é que aliás foram os que me criaram, são originários de Recife mais precisamente da cidade de Afogados. Vieram de lá para a usina bom jesus em função da escassez de emprego na época e conseguiram se instalar*”²⁷. De fato, diferentemente dos empresários das regiões Sudeste e Sul, que buscaram na imigração europeia uma substituição para a mão-de-obra livre de ex escravizados, também com um objetivo eugenista de embranquecimento da população e marginalização do povo preto, então livre, no Nordeste brasileiro foram adotados outros modelos.

O Nordeste não recebeu, como São Paulo, imigrantes europeus e [...] estes não se adaptariam às condições subumanas de trabalho aqui existente [...] havia aquela formidável reserva de mão-de-obra representada pelos moradores que, devido às suas ínfimas condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar (ANDRADE, M. C. De O., 2005, p. 92).

As tradições orais familiares sobre suas origens, geralmente, terão como ponto de partida regiões próximas a Usina Bom Jesus, de outras cidades do Estado de Pernambuco, e se houver informações de gerações ainda passadas, a origem se remete a Portugal.

A minha família chegou na usina Bom Jesus, primeiro veio de Portugal meu bisavô e ficou no Engenho em Escada [cidade próxima ao Cabo de Santo Agostinho], nesse Engenho Ele casou e teve filhos, um deles, meu avô. Depois que o pai dele morreu, venderam o engenho que ele tinha lá e escada e dividiu a herança entre os filhos e cada um dos filhos se mudou. Com isso meu avô foi contratado pela Usina Bom Jesus²⁸

Essas famílias que chegavam na Usina Bom Jesus só poderiam se instalar a partir das relações de trabalho. A Usina oferecia a moradia gratuitamente enquanto algum membro da

²⁶ Entrevista com Creuza Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [44 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

²⁷ Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

²⁸ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

família permanecesse em contrato de trabalho, outra prática que se mostrou permanente nas narrativas, era a prática da Usina aproveitar o máximo possível da mão-de-obra das famílias ali instaladas, ou seja, era comum mais de um integrante da família estivesse empregado, era uma relação estreita entre a família, como força de trabalho, e a usina, como dona dos meios de produção e de moradia. No centro da Usina moravam trabalhadores da área industrial, de logística e transporte, manutenção, serviços gerais e trabalhadores ligados ao corte da cana.

Na minha família trabalhava meu pai, meus tios [...]. A maioria da minha família trabalhava na área rural no corte da cana, a função do meu pai era cambiteiro, que era trabalhar com cavalo retirando as canas de lugares mais difíceis para que os caminhões pudessem passar e levar a cana. Meus tios trabalhavam dentro da caldeira, eles controlavam a máquina que retirava os caminhões e colocavam na esteira para iniciar o processo de produção. Minhas primas trabalhavam no escritório e no laboratório, era uma família que trabalhava em diversas áreas da usina²⁹

Na família dos entrevistados encontramos trabalhadores do que, eles próprios caracterizavam como “chão de fábrica”, funções mais comum e de baixa remuneração como vigilantes, zeladores, empregadas domésticas, motoristas, jardineiros, caldeireiros e auxiliar administrativo. Muitos deles entravam em funções mais simples, como zelador, e com o tempo iam sendo admitidos em outras funções de maior remuneração.

Inicialmente meu avô e depois o meu tio Givanildo, depois meu tio Givaldo e logo depois meu tio Gilson. na época não existiam muitas perspectivas de formação, era muito complicado, parecia muito elitizado, então os meus parentes acabavam entrando a partir de indicações, quase sempre entraram na vaga de zeladores. Já trabalhando na usina as habilidades acabavam sendo descobertas e eles iam se realocando a partir das suas habilidades. Meu avô se manteve como zelador, meu tio Givaldo conseguiu ser auxiliar de caldeiraria, meu outro tio Gilson entrou para trabalhar com a

²⁹ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

recepção da cana. Eles ficaram nessas profissões e não se desenvolveram muito dentro da Usina Bom Jesus.³⁰

A grande maioria preenchia vagas com baixa exigência formativa para desempenho das funções, as áreas rurais de Pernambuco sofreram historicamente com altas taxas de analfabetismo, que influenciava diretamente nas funções, remuneração e na própria relação entre trabalhador e empregador. Mas naquele mesmo espaço, também moravam trabalhadores de cargos de maior capital simbólico, como engenheiros agrícolas, gerentes, supervisores e técnicos de manutenção. Essa separação também era representada geograficamente pela separação das casas em ruas segregadas de acordo com a ocupação exercida dos responsáveis na Usina Bom Jesus, construindo *habitus* distintos dos “chãos de fábrica”, essa distinção que começava nas funções, passava pelas remunerações e terminava nas casas na vila dos moradores.

Figura 06 – Centro da Usina Bom Jesus – Vila dos Moradores



Fonte: Google Earth

³⁰ Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Um primeiro ponto de observação dessa relação entre moradia e trabalho, é o fato de que os trabalhadores não pagavam aluguel para a Usina enquanto estivessem trabalhando e caso essa relação de trabalho seja perdida, a família inteira teria que sair daquele espaço, o que nos faz caracterizar esse agrupamento de casas como uma Vila de Trabalhadores, “[...]até porque só podia morar próximo da usina quem trabalhava na indústria, por isso tem muita mudança de moradores aqui porque as pessoas eram colocadas para fora e tinha que deixar sua casa”³¹. Esse tipo de relação se configura como uma poderosa estratégia dos donos da Usina de permanecer no controle de seus trabalhadores, tendo eles bem próximos sob sua própria lei. A moradia cedida se tornava inicialmente um objeto de bondade do dono da Usina e conseqüentemente um argumento para baixos salários em troca de exaustivas cargas de trabalho.

Esse tipo de relação entre trabalhador e empregador a partir da moradia foi a estratégia utilizada para que os Donos de Engenhos ainda tivessem controle sobre a massa de trabalhadores libertos da escravidão no final do século XIX, esse tipo de enquadramento da força de Trabalho só foi possível por conta da permanência do monopólio sobre a terra e a completa ausência de alternativa empregatícia, seja nas áreas rurais ou urbanas.

O escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse. Transformou-se em assalariado, em “morador de condição” (ANDRADE, M. C. De O., 2005, p. 94).

Essas relações de trabalho eram marcadas profundamente para herança escravista, mas agora mantendo-se sob o formato de “morada” ou “morador de condição”, garantindo aos donos de Engenho a permanência dos trabalhadores rurais nos locais de trabalho, próximo dos seu controle e possibilitando novos mecanismos de exploração contínua. Esse tipo de relação da “morada” geralmente se caracterizada pela disponibilização da casa por parte dos empregadores em troca de dias de trabalho no corte da cana, nos dias restantes, que geralmente eram dois por semana, o trabalhador poderia plantar na terra cedida ou trabalhar para o engenho em troca de uma remuneração mínima. Lembrando que neste período as Usinas estavam em processo de

³¹ Entrevista com Marinalva Silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

surgimento, conforme discutido no capítulo dois deste trabalho, e muitos engenhos não conseguiam dar conta de toda a produção que suas terras poderiam fornecer.

O fim dessa relação de “morada” se deu a partir dos anos de 1960-1970, com Usinas já em pleno funcionamento e as legislações trabalhistas para a população rural, que já demonstravam avanços a partir das intensas mobilizações dos trabalhadores em sindicatos rurais. Com isso percebesse um movimento de expulsão e/ou saída dos moradores dos engenhos, que já não toleravam a dinâmica da “morada” na relação de trabalho (SILVA, G. G. Da, 2005), mas essas mudanças pouco foram efetivas e como se percebe a partir das narrativas orais na Usina Bom Jesus, esses resquícios da “morada” ainda continuavam em pleno funcionamento, com estratégias parecidas com o final do século XIX.

Essa nova estratégia, que chamaremos de Vila dos Moradores, se caracterizava pela gratuidade do aluguel enquanto houvesse alguém daquela família trabalhando para a Usina Bom Jesus, porém o que ficou bastante evidente nas narrativas orais, é a maneira como a Administração distribuía as casas, que se mostra bastante presente na memória coletiva dos sujeitos entrevistados. O espaço demonstra um elemento fundamental para entender o cotidiano construído por esses sujeitos, não meramente um palco de suas ações, mas que molda e é moldado a partir das táticas criadas para sobrepor as estratégias de separação e controle construídos pela administração.

Havia uma distinção nas casas para quem trabalhava na parte industrial e no campo. Dependendo da profissão você tinha casa maiores como os chefes e os peões moravam em casas mais humildes. Eu morava numa rua em frente é uma estrebaria, lá moravam pessoas que trabalhavam na usina e pessoas que trabalhavam no campo. Tinha uma rua mais acima, chamada de Rua dos Coqueiros, onde só tinha casa dos chefes³².

[...] dentro dos próprios arrumados existia uma separação entre casas para quem tem cargos melhores e para quem tem um cargo os piores. existia a rua dos empregados, rua do urubu, rua da fuba... todos com distinções para com os funcionários da Usina, refletindo até nas casas onde eles moravam.³³

³² Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

³³ Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Conseguimos identificar bem essa arquitetura espacial nas separações de ruas a partir da Figura 06, onde o ponto ‘1’ demonstra exatamente as ruas onde os funcionários de maior cargo moravam, muitos deles com direito a empregada doméstica paga pela usina, “*minha mãe trabalhava de doméstica em casas no Recife e posteriormente conseguiu emprego de empregada doméstica na casa de um alto funcionário da Usina*”³⁴. O ponto ‘2’ guarda uma questão particular, era a instalação da senzala do antigo Engenho e lá era o mais próximo do centro da Usina que um trabalhador ‘do chão de fábrica’ poderia morar, com casas pequenas, coligadas e com péssimas instalações “*minha casa era bem próxima da escola, no arruado onde eu morava as casas eram iguais parede com parede, a casa era péssima e nem banheiro dentro tinha*”³⁵. O ponto ‘3’ e ‘4’ são os locais onde os trabalhadores da Usina moravam, os pontos mais distantes do centro da Usina também existiam sítios, onde além da moradia era possível plantar ou criar animais para suplementação da renda familiar.

O cotidiano dessas crianças que viveram, na década de 1990, na Usina Bom Jesus está marcado por esse espaço, mas todas as ruas davam em um só lugar, a Escola Dr. João Lopes, espaço onde todos os filhos dos funcionários, independente das funções, que moravam na Usina estudavam. Era nesse espaço que o controle patronal se estendia para os filhos dos trabalhadores e muitas vezes para sua família e é a partir dele que conseguimos perceber as desigualdades educacionais produzidas no interior da Usina Bom Jesus.

A Escola Dr. João Lopes é marcada pela disciplinarização e pelo controle rígido dos alunos e sobre suas vidas fora da escola, isso fica latente nas narrativas orais, mesmo com a impossibilidade de se debruçar sobre documentos escolares desta pesquisa³⁶. O controle sobre os corpos de crianças que estudavam até a antiga 4º série se dava desde a entrada na escola.

Quando a gente chegava na escola de manhã tava toda a direção na escola estava esperando a gente no portão, A gente chegava e cumprimentava um por um, e a gente além de cumprimentar com bom dia a gente dava a benção. tinha a Dona Patrícia, que era diretora, Estela e outras professoras...

³⁴ Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

³⁵ Entrevista com Nesiane Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [28 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

³⁶ Por conta da pandemia da COVID-19 e das estratégias de evitar o contágio por distanciamento social e lockdown não foi possível a ida para os arquivos onde seria realizado a busca pelas documentações escolares da Escola Dr. João Lopes na década de 1990.

A gente chegava falava com elas, falava com o zelador pra daí a gente ir para a sala de aula³⁷

Dona Patrícia ficava na porta da escola esperando todos os alunos entrarem. Ela era muito organizada, queria que todos entrassem fila e cada um os para suas salas. lembro que todos os alunos mais novos antes de entrar abraçava e beijava a diretora Patrícia. Os maiores davam Bom dia entravam e os menores abraçavam e beijavam dona Patrícia.³⁸

Esse cotidiano escolar marcado pelo controle e disciplina sempre está relacionada a figura da diretora da escola Patrícia nas narrativas orais. Responsável pela escola desde a década de 1960, Patrícia já era uma senhora na década de 1990 e sua relação com a administração da Usina Bom Jesus era de total confiança. Logo se percebe que a Escola se torna a segunda estrutura de poder sobre aquela população, abaixo apenas do poder patronal da Usina. Nas entrevistas com homens, a palavra ‘militar’ foi referenciada para descrever a série de intervenções exercidas pela diretora da escola, o fator para esse tipo de analogia, refere-se a experiência que todos tiveram ao passar pelo alistamento militar obrigatório posteriormente, trazendo então nas suas memórias similitudes entre as práticas vivenciadas em momentos distintos da vida.

A escola tinha muitos aspectos de uma escola militar, Por que eles olhavam por exemplo, a nossa farda era branca com azul e a fada teria que está impecável, nosso sapato era o kichute todo limpinho, com meia preta e uma calça jeans, nos menores o short azul. Isolar você as unhas estavam cortadas, olhava o seu cabelo estava bem arrumado, olhavam se tinha piolho...³⁹

Essa rigidez, essa autoridade não eram percebidas quando se falava das professoras, por ser a Escola Central da Usina, cada professora ficava responsável por uma única turma e com

³⁷ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

³⁸ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

³⁹ Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

isso estabelecia uma relação mais próxima com os alunos e o desenvolvimento da aprendizagem se tornava mais efetiva. Muitas professoras eram moradoras da Usina, haviam estudado na Escola Dr. João Lopes, foram fazer magistratura no centro do Cabo de Santo Agostinho, muitas vezes financiadas pela própria Usina e voltavam para trabalhar na Escola. Essa relação entre antes aluna, agora professora, pode ser o fator determinante para essa diferenciação na relação com os alunos.

Naquela época tudo era muito organizado, muito certinho. Lembro das professoras que eram muito carinhosas, muito pacientes, elas lidavam com muitos tipos de crianças na escola, [...] lembro que as professoras tinham uma dedicação especial aqueles alunos que tem uma dificuldade familiares, não mostrando o diferenciando, mas tratando com mais carinho mais atenção.⁴⁰

As professoras também desempenhavam um papel de atenuar as desigualdades existentes naquele Espaço, já que todos os filhos dos funcionários da Usina estudavam lá, essas desigualdades dentro das desigualdades só se tornam perceptíveis a partir das narrativas orais de alunos, sendo invisibilizadas nas documentações oficiais da Escola.

Algumas crianças só se alimentava na escola, as classes sociais dentro da escola eram bem diferentes, mas a professora não diferenciava o trato entre todos. [...] lembro muito que as professoras faziam reciclagem de livros, elas pediam para a gente escrever de lápis e depois a gente trocava entre os alunos. eu mesmo já troquei livros porque minha família não tinha condições de sempre comprar livros novos. Teve um período que a Usina oferecia todos os materiais, mas tem um período que ela passou por dificuldades financeiras e não conseguiram dar os livros⁴¹.

Essas desigualdades também se evidenciavam na relação entre os alunos e novamente, a partir das narrativas orais, percebemos a importância das professoras em tentar fazer com que

⁴⁰ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁴¹ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

o ambiente escolar, mesmo conecto a essas desigualdades, não seja um espaço de reprodução e disputa, como evidenciamos nesse relato de uma das alunas da Escola.

[...] no meu caso eu sempre tive relação boa com todos, apesar que assim, aqueles alunos que tinham os pais com cargos melhores, eles ficavam um pouco afastado! Porque a condição deles era um pouco melhor do que aqueles que eram filhos dos trabalhadores do campo. Mas a escola também, eu lembro de uma época e duas coleguinhas estava brigando e uma falou para a outra: - você não pode brincar comigo porque seu pai é pobre, seu pai cortador de cana! e aí eu lembro que a professora veio, chamou essa criança na sala e depois falou para todos os alunos que não admitia esse tipo de comportamento, e todos ali eram seres humanos e precisavam estudar e ela não aceitava essa diferença entre filhos de Trabalhadores de setores diferentes.⁴²

Outro papel importante dentro da estratégia da Escola de controle sobre aquelas crianças era a iniciação religiosa. Conforme a Figura 03, percebemos a construção de uma Igreja da Religião Católica no espaço geográfico da Usina, essa relação entre Usineiros e Religião Católica é marca histórica que remete aos primeiros donos de engenho portugueses que chegaram no Brasil com sua religião e doavam grandes quantias de dinheiro para a Igreja e construía suas próprias igrejas para demonstrar sua devoção aquela religião (SILVA, G. G. Da, 2005). Fazia parte do dia-a-dia escolar práticas religiosas, *“a professora entrava e iniciar a aula com oração, já que a escola era uma escola católica. Então nós rezávamos em seguida nós cantávamos o hino nacional com a mão no peito e não podíamos fazer diferente disso”*.⁴³ Essa prática era estendida para as professoras, como parte de seu trabalho, como nos declara Maria Josefa, que morou, estudou e foi professora até 1987 na Escola Dr. João Lopes *“A gente fazia o papel de professora e também de catequiza, porque era uma escola católica, a gente preparava para a 1º comunhão, passava a responsabilidade da Igreja, os “noiteiros” do mês de Maio, as missas quinzenais eram responsabilidades da gente.”*⁴⁴

⁴² Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁴³ Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁴⁴ Entrevista com Maria Josefa. [out. 2020]. Gravação. VLC [90 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Essa forte ligação com a religiosidade da Escola não ficava apenas restrita ao ambiente escolar, a principal festividade da Usina, na qual a Escola tinha um papel importante, era ligada à Igreja Católica, A “Missa da Butada” era uma festividade católica que marcava o início da moagem da cana-de-açúcar e como maior festividade dentro do ambiente da Usina está marcada na memória coletiva dos alunos que participaram muitas vezes da festa quanto filho dos funcionários.

[...] essa missa era marcada pelo início da moagem da cana-de-açúcar, o padre dava a benção para que fosse iniciada a moagem. Os alunos iam fardados, cantavam o hino nacional e participavam ativamente desse processo. tudo isso no pátio da usina! Nesse dia era liberado para que, se os pais quisessem, poderiam levar seus filhos para visitar o setor em que eles trabalhavam dentro da Usina. Essa atividade só acontecia nesse dia, como um dia festivo. Porque a gente se arrumava e participava da missa e podia ver onde nosso pai trabalhava! Tinha algumas áreas que as crianças não podiam entrar, porque era perigoso, a parte da moenda. Já os outros setores como a desfilaria, o escritório, o pátio, o tráfego, o laboratório industrial, laboratório de sacarose, as crianças que quisessem ver poderiam.⁴⁵

A “Missa da Butada” não era a única festividade que ocorria na Escola, mas era a que mais agradava aos alunos, um fato que marca essa festividade para além da questão religiosa, é a atividade de conhecer o local de trabalho dos pais, isso ocorrendo a cada safra, fazia com que aquelas crianças se familiarizassem e passassem não só a gostar, como também a almejar participar daquele espaço, principalmente se essa participação se desse ao lado de seus familiares e responsáveis. Outras festas também são narradas pelos sujeitos, como a festa do dia das crianças, que contava com a participação ativa de funcionários do escritório da Usina doando brinquedos para distribuir entre os alunos e a *“Festividade do dia 7 de setembro, uma semana antes a gente já usava bandeirinha no fardamento, em cima do emblema da farda da escola, todo dia tinha que cantar o hino nacional em frente a bandeira hasteada”*⁴⁶

⁴⁵ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁴⁶ Entrevista com Marinalva Silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

A relação entre escola e os pais não se limitava apenas as festividades, como a “Missa da Butada”, essa relação era de extrema proximidade, principalmente pelo poder que a Usina tinha sobre os trabalhadores, logo, negligenciar a escola poderia se tornar um problema dentro da administração da usina para qualquer trabalhador, *“Na Escola, quando acontecia reunião de pais, lotava o salão da escola. Era uma relação de confiança e de respeito pela escola, pela direção e pelos professores”*⁴⁷. O principal assunto tratado com pais, além do desempenho escolar, era a higiene dos alunos, a intervenção sobre os corpos era presente, havia um padrão a ser seguido e qualquer desvio era prontamente informada e exigida a alteração para os pais, e para aquelas famílias que, por conta do ofício ou o número grande de membros, tinham necessidades maiores pela pobreza e falta de condições mínimas, a escola também exercia o papel de ajuda em determinadas ocasiões.

Lembro que na época existia um bom diálogo entre a escola e os pais, os boletins eram entregues diretamente a eles, qualquer mau desempenho os pais eram chamados na escola. Elas falaram muito sobre a questão da higiene, enviar revisão de cabeça e de unhas para que elas tivessem sempre limpas e cortadas. muitas famílias não se importavam com a higiene, a escola sempre tinha um diálogo para cuidado com a higiene das crianças, era algo muito presente e muito firme na atuação da escola junto com os pais. Muitas vezes a diretora chamava os pais justamente para falar sobre a higiene e seus filhos, pedindo que olhasse mais atentamente a cabeça por conta dos piolhos, o cuidado com as mãos com as unhas porque isso poderia causar doenças. Muitos pais não tinham condições e a escola fornecia inclusive o remédio para o tratamento de piolho!⁴⁸

Quando trabalhamos com narrativas orais, a percepção do pesquisador sobre os silêncios deve ser presente, nele também encontramos respostas, inquietações e perguntas (GUIMARÃES, 2011). Durante as entrevistas, quando o assunto era a Escola Dr. João Lopes e suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, duas questões despertaram interessante a partir

⁴⁷ Entrevista com Maria Josefa. [out. 2020]. Gravação. VLC [90 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁴⁸ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

do silêncio e das inquietações dos entrevistados quando falavam sobre o brincar e as punições na escola.

[...] minha mãe era muito chamada na escola porque eu era uma criança bem ativa, como a gente era criada muito solta acabamos tendo esse tipo de comportamento que dentro da escola se tornava algo problemático a diretora sempre chamava os pais para conversar sobre as crianças que eram mais ativas eram mais agitadas como eu.⁴⁹

As crianças impõem suas infâncias a partir de táticas, buscando fissuras na estratégia escolar de disciplina e controle, o que necessariamente incorria na resistência da administração da escola a partir das punições. Primeiramente a escola proibiu o brincar dentro da instituição, o que vai gerar comportamentos imediatamente reprimidos a partir de uma série de punições.

Para criança existia o pátio para brincar na escola no intervalo, quando eu estudava lá a gente brincava nesse pátio. Até um dia que uma criança se machucou no intervalo aí a diretora proibiu o brincar no pátio aí a gente lanchava na sala e às vezes a gente conseguia brincar também dentro da sala.⁵⁰

A gente não tinha recreio, tinha o horário da merenda depois das primeiras aulas, depois de um horário de segunda às aulas e aí depois da aula, tinha todo um sermão de Dona Patrícia falando sobre a roupa o cabelo as unhas do material era algo diário⁵¹

O intervalo era o momento do brincar, principalmente no grande pátio que existia na escola, como pode ser observado na Figura 07 deste trabalho, mas a partir da proibição, virou um momento apenas de alimentação entre os alunos, *“escola e o pátio e a minha lembrança era que a hora do intervalo era hora da merenda, a gente era obrigado a merendar e depois dessa merenda em alguns minutos, mas não tinha espaço para brincadeira.”*⁵²

⁴⁹ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵⁰ Entrevista com Marinalva Silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵¹ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵² Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Figura 07 – Pátio da Escola Dr. João Lopes



Acervo Pessoal (2019)

Diante de um contexto de tamanha intervenção sobre os corpos, mentalidades e religiosidade dessas infâncias, era preciso que a administração da escola, exercesse sobre as táticas de resistência dessas crianças, uma série de punições e essas são marcas presentes nas memórias desses sujeitos. Ajoelhar no milho, régua nas mãos, ficar em pé com o rosto colado na parede, permanecer na escola após o horário de largada são alguns dos vários tipos de punições descritos pelos entrevistados, porém, uma chamou bastante atenção, era chamado de quarto escuro (Figura 08).

[...] outra coisa que eu lembro bem era um quarto escuro e Dona Patrícia que todo mundo tinha medo dele. Minha professora sempre dizia que não se comportar-se bem e o quarto escuro, a gente tremia de medo. Todo mundo achava que tinha uma caveira lá, era tipo um quarto dos horrores! [...]

A gente não se sentia confortável de fazer o que a gente queria fazer, a gente via uma rigidez dentro daquele ambiente ali, um tanto que opressor né porque eu perdi as vezes que a gente ficava com medo de fazer qualquer coisa e ser punido. O quarto escuro era uma maneira de amedrontar muito a gente, todo mundo tinha medo de falar, desobedecer, brincar ou de brigar e ser colocado lá, ou então que chamassem nossos pais.⁵³

Tinha também um quarto escuro, que dentro tinha um esqueleto, aí ficava tudo escuro, as professoras ameaçavam gente, que se a gente passasse dos limites ia para essa sala! era a coisa mais temida da escola. A gente morria de medo dessa sala!⁵⁴

Figura 08 – O Quarto Escuro: Escola Dr. João Lopes



Acervo Pessoal (2019)

⁵³ Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵⁴ Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

O quarto escuro era uma das exitosas ferramentas de amedrontamento e terror para os alunos da Escola Dr. João Lopes que descumprisse o cotidiano rígido escolar produzido e supervisionado pela diretora Patrícia, como mecanismo de combate as táticas de resistências que as crianças buscavam para viver suas infâncias no espaço escolar. Se na Escola o cotidiano era marcado por essas práticas, restava então a essas crianças viverem suas infâncias e construir seu cotidiano nos espaços da própria Usina Bom Jesus, nos períodos em que não estivessem na Escola.

Fora do ambiente escolar, as crianças construíam seu cotidiano a partir da circularidade nos espaços da Usina, que apesar de imensa, não disponibilizava nenhum espaço de lazer para os filhos de seus trabalhadores, *“o único espaço de lazer da usina era um campo de futebol, mas eu não frequentava muito porque era mais para os adultos”*⁵⁵. Mas a circularidade também fornecia possibilidades de táticas para essas crianças, principalmente relacionadas ao brincar.

[...] é na usina também não tinha espaço de lazer não, a gente que era criança que acaba criando nossos espaços de lazer, fazendo balanços em pé de manga, mas espaços de lazer não havia na Usina, não parecia ser uma preocupação do dono da Usina.⁵⁶

Os espaços onde eram possíveis viver uma infância e poder brincar eram as ruas da vila dos moradores ou a busca por outros espaços a partir da circularidade exercida por esses sujeitos no território da Usina Bom Jesus. *“A gente brincava muito na frente de casa, eu morava na rua da Graviola. e a gente brincava de pião, bola de gude, amarelinha, sempre na frente de casa”*⁵⁷. Sempre buscando mecanismos de sobrepor as poucas condições financeiras para compra de brinquedos de suas famílias e aproveitando dessa liberdade de circular que era permitido por alguns responsáveis após o período da escola.

⁵⁵ Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵⁶ Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁵⁷ Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Eu brincava na rua, os meus vizinhos e com os meus amigos, Ali a gente brincava a gente tinha um espaço que pudesse brincar, correr, ou então ia até a casa de um colega brincar. [...] eu sempre com as minhas primas e alguns colegas, eu não tenho bicicleta porque meus pais não tinham condições, mas os que tinham a gente se reunia e cada um dava uma volta tá pela usina... Andava pelo campo, pelo barracão, pela igreja... era muito tranquilo.⁵⁸

A palavra “liberdade” se mostrou constante quando os sujeitos entrevistados refletiam sobre o período fora da escola, a possibilidade de circular pela Usina livremente e sem medos é algo muito presente nas narrativas orais. “*A gente andava a usina toda, a gente pescava, a gente nadava, a gente andava de cavalo, lembro que eu e minhas também estudaram lá, a gente ia para o mato pegar frutas, encontrávamos caçadores, pessoas do engenho e isso não era um problema*”⁵⁹. Era um espaço entendido como seguro, sem medos ou preocupações, muitas crianças ficavam o período fora da escola sozinhas sem seus responsáveis, que estavam em horário de trabalho, ou então acompanhados pela mãe ou vizinhos.

Naquela época a gente se sentia bastante livre para circular pela Usina, a gente andava circulava não tinha medo de nada. só não podíamos entrar na parte industrial da usina, mas no resto, a sempre tinha essa liberdade. Lembro que a noite a gente ficava brincando na frente do arrolado junto com outras crianças, a gente brincava de se esconder no meio do mato à noite, era outro momento. A gente não tinha liberdade só de circular pela usina, a gente também tinha liberdade de circular pelos engenhos que fazem parte da usina, a gente saía e ia fazer visita a outras famílias de outros engenhos, sem nenhum medo.⁶⁰

A grande maioria das brincadeiras citadas nas narrativas orais tem como principal característica a atividade física, era a tática utilizada pelas crianças para driblar a falta de condições financeiras de suas famílias de comprar brinquedos, jogos, até porque “não tinha televisão não tinha muitos outros meios de se entreter, televisão mesmo só uma vizinha tinha

⁵⁸ Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho

⁵⁹ Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁶⁰ Ibid.

na rua toda, muito iam para casa dela, outros ficavam da janela assistindo uma novela.”⁶¹ Banho de rio, visita a engenhos e sítios próximos, ida aos canaviais para chupar cana, banho de açude, passeios de bicicleta pela Usina, balanços construídos em árvores, carrinhos de rolimã, pega-pega, pula corda, peão e bola de gude foram levantadas a partir da análise das narrativas, todas brincadeiras que estimulavam o exercício físico e necessitava de pouco ou nenhum aporte financeiro para sua realização.

A história de cada um desses agentes, nos mostra que, frente aos sistemas de disciplina, existe a indisciplina, frente aos mecanismos de ordem, existe a desordem e frente as estratégias de controle, existe a busca pela liberdade (MIRANDA, 2018, p. 6)

Outro ponto de silêncio e inquietação nas entrevistas foi a temática do trabalho, inicialmente todos os sujeitos entrevistados negaram qualquer tipo de exploração do trabalho existentes na Usina durante suas infâncias, com respostas curtas e evasivas, “*não me lembro de ter casos de trabalho quando era criança, até porque principalmente na indústria, você só entra se você tiver um crachá de trabalhador*”⁶². Porém, com a continuidade das entrevistas, algumas entrevistadas relataram atividades que exerciam, reforçando que essas atividades eram exercidas após a escola e que não atrapalhavam em nada seus rendimentos escolares.

[...] aos 08 anos eu comecei a tomar conta da minha casa porque minha mãe começou a trabalhar nessa casa dos altos funcionários da usina, aí eu ia para escola e quando eu voltava ia tomar conta da casa e do meu irmão. Fazia todo serviço doméstico de casa! É comum que todas as filhas cuidassem de casa, cuidava dos irmãos mais novos, ajudar em casa! Os meninos já ajudavam mais na agricultura que alguns pais tinham plantações no terreiro de casa ou retirar lenha da mata porque o fogão era de lenha na época, as meninas também vão muito para o rio lavar roupa, lavar prato, as meninas também vão para cacimba buscar água para casa, os meninos carregavam os carros de água para levar para as casas.

⁶¹ Entrevista com Marinalva Silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁶² Ibid.

Nesta citação conseguimos perceber uma diferenciação de gênero nas atividades exercidas por esses sujeitos. As meninas exerciam atividades domésticas enquanto os meninos exerciam atividades ligada à agricultura ou, nos casos de exploração, no trabalho relacionado ao corte da cana-de-açúcar. Dentro do grupo de crianças em que intitulamos “Infâncias dentro da Escola”, a Cristina Pereira era a mais próxima do próximo grupo que analisaremos, apesar de ter assegurada a possibilidade de frequentar a Escola Dr. João Lopes, concluindo todo seu ensino, seu pai era trabalhador rural, na função de cambiteiro⁶³, que contava com baixa remuneração, o que refletia em péssimas condições de vida para sua família.

também tem uns momentos que não eram tão bons, como meu pai trabalhador rural e só ele trabalhava as dificuldades eram [...] [...] a gente não tinha condições de comprar uma roupa melhor, um calçado melhor e hoje em dia a gente tem mais facilidade. Também questão de alimentação nunca passamos fome, mas às vezes a gente tinha uma necessidade maior, A renda mensal do meu pai não era suficiente para trazer tudo aquilo que precisávamos⁶⁴.

Essa dificuldade financeira fez com que o seu pai buscasse outros meios de complemento na renda familiar, *“meu pai além de trabalhar na usina exercia também a função de agricultor a gente plantava macaxeira, milho, feijão maxixe, quiabo e também pescava. Essas coisinhas que ajudavam no complemento. Minha mãe criava galinhas e pescava, tudo isso ajudava na nossa alimentação”*⁶⁵. Quando perguntada se, para ajudar a família, precisou trabalhar, ela descreve:

não, na minha época as crianças não trabalhavam, poderia se dizer que as crianças trabalhavam assim... se os pais tivessem uma plantação as crianças estariam ali juntas ajudando, junto com os pais. Mas para sair para trabalhar na usina não, eles só trabalhavam na maioridade. Eu não me lembro na minha idade criança trabalhar no campo não, até porque também a escola e a gestão da escola e o Doutor João Lopes era muito rígido para os Pais terem

⁶³ Era a atividade de coletar canas em locais de difícil acesso e levar até as estradas onde os caminhões poderiam recolher e transportar até o centro da Usina para a moagem.

⁶⁴ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁶⁵ Ibid.

compromisso de colocar os filhos na escola para evitar tá no campo. [...] no meu caso mesmo, fui várias vezes com os meus pais para plantação, mas meus pais não me faziam trabalhar, eu ficava encarregada de cuidar da água, pega o nosso lanche, ajuda aqui com isso, mas trabalhar no pesado, na roça eu nunca trabalhei.⁶⁶

Diante desse relato, conseguimos perceber como, apesar de toda a estratégia de controle e disciplinarização exercida pela escola, que negava o viver a infância no ambiente escolar, a Escola Dr. João Lopes e sua administração pela Diretora Patrícia, conseguia o objetivo de evitar com que crianças fossem exploradas no trabalho para complemento da renda familiar. Ali crianças estudavam e muitas delas, na maioria, como salienta Cristina, começavam a trabalhar na Usina. Essa desigualdade dentro da desigualdade é o que começaremos a perceber a partir do olhar sobre as “infâncias fora da escola” dentro da Usina Bom Jesus.

3.2 – Infâncias Fora da Escola

Se eu fosse estudar, não dava para trabalhar. Acho melhor trabalhar do que pegar no que é dos outros.⁶⁷

Rosélio Vicente Ferreira, de 12 anos, estava nas margens da BR-101, no município do Cabo de Santo Agostinho, trabalhando no corte de cana com seus irmãos e amigos, em um horário onde crianças e adolescentes deveriam encontra-se na escola. Eles trabalhavam arduamente durante a manhã, em um serviço perigoso, sem equipamentos de segurança, sujeitos a sofrerem vários tipos de acidente. Foram abordados e entrevistados pelo jornalista Cícero Belmar do *Jornal do Commercio*, tendo partes de seus depoimentos estampando uma matéria especial no Caderno Cidades da edição de domingo, 15 de setembro de 1991. O Cotidiano daquelas crianças e adolescentes estava marcado por uma série de violações de direitos, dentro da Usina de Açúcar Bom Jesus, mostrando que mesmo dentro

⁶⁶ Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁶⁷ Rosélio Vicente Ferreira, 12 anos, *Jornal do Commercio*, 1991.

daquele ambiente de exploração, pobreza e vulnerabilidade, existia desigualdade dentro da desigualdade na vida de Crianças e Adolescentes.

De acordo com, a Professora de Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa, Cristina Ponte (2005) os jornais tiveram significativa contribuição para a construção de discursos relativos a infância, principalmente, no ocidente, a partir da segunda metade do século XX. Até a década de 1970 temáticas relativas à educação escolar, crianças, adolescentes e as múltiplas infâncias não eram recorrentes nem despertavam interesse da mídia tradicional. Foi a partir da década de 1990 e os avanços sociais relacionados a esse público como a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, se tornando o instrumento de direitos humanos mais aceito da história universal, ratificado por 196 países.

No cenário nacional, o século XX, presenciamos a construção de legislações voltadas exclusivamente para o público de crianças e adolescentes, como Código de Menores de 1927, sua atualização em 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. A partir do Estatuto se inaugura a era dos direitos, também relacionados a temática da educação e da assistência a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, além de uma crescente pressão nacional e internacional sobre os altos índices de crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho. Esse contexto propicia o aumento de interesse dos veículos de imprensa, mesmo que abordados de maneira superficial, mas possibilitando uma ampliação de discussões importantes que ocorriam na própria sociedade, reproduzindo suas próprias representações sobre essas infâncias e adolescências.

Realizar pesquisa com Jornal é, necessariamente, trabalhar com o que se tornou notícia, e isso por si só, já carrega várias questões, pois entra em jogo as motivações que levaram a decisão de dar publicidade a tal coisa, daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário (LUCA, 2008).

Neste trabalho, entendemos que a imprensa tem um papel de destaque social, na medida em que veicula ideias, conceitos e propostas que são constituídas pelos interesses dos grupos que as constituem. As pesquisadoras Maria Minayo e Kathie Njaine (2002) descrevem o papel da mídia em dois planos, um seria o papel informativo, ou seja, narrar notícias do dia-a-dia da

região de sua circulação, o segundo seria o de enunciação, onde ali se expressa mais definitivamente, o conjunto de valores associado ao lugar no qual o Jornal quer se colocar diante das questões sociais, políticas e econômicas da sociedade. Sendo assim, podemos analisar suas subjetividades e mais ainda, a produção de representações sociais sobre várias temáticas.

Sendo porta-voz de interesses muito objetivos de classes sociais ou frações de classes sociais, ela procura formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar para o conjunto da não, interesses específicos da classe que represente. [...] Os próprios interesses muito concretos e palpáveis desses jornais, quer de natureza política, quer de natureza econômica, é que forjam seu discurso, ao mesmo tempo, que se disfarçam sob a máscara de “vontade popular”, “sentimento de nação”, “bem comum”, opinião pública”. Na verdade, o que está em jogo é a disputa pelo poder consoante os interesses dos diferentes grupos (VIEIRA *et al.*, 1984, pp. 49–50)

Neste trabalho analisaremos a reportagem especial do Jornal do Commercio a partir do conceito de representação social de Roger Chartier (1991) e utilizaremos o método proposto por Cristine Ponte (2005), pensando esses textos de caráter jornalísticos como produtos que produzem e disseminam representações sociais que colaboram com o processo de emergência ou permanência de contextos sociais, como da infância vulnerável e desvalida.

Figura 09 – Página Cidades: Jornal do Commercio, 15 de setembro de 1991



Fonte: Acervo LAHIN, 2019

As representações criadas a partir da matéria, nos mostra uma construção a partir do texto e da imagem de uma infância pobre, vulnerável, desvalida e explorada, seguindo sua linha editorial⁶⁸. Essa construção se dá a partir de um discurso de denúncia, colocando o Jornal do Commercio como um porta-voz de resultados parciais da pesquisa *Trabalhadores Invisíveis – Centro Josué de Castro*, construindo uma urgência em cuidar daquelas crianças e adolescentes, principalmente relacionada ao processo de escolarização, fazendo sempre a referência entre Escola e Trabalho. Essas crianças e adolescentes foram representadas a partir de uma

⁶⁸ A partir de 1990, quando o *Jornal do Commercio* é comprado pelo empresário João Paes Mendonça, uma das primeiras mudanças se dá na construção de uma nova linha editorial “satisfazer por intermédio dos seus veículos as necessidades de informação e entretenimento, pautando-se pela defesa da democracia, da justiça social e da livre-iniciativa e por uma conduta ética, moral e legal, com o compromisso permanente de apoiar o desenvolvimento e valorizar a cultura de Pernambuco e do Nordeste, buscando a perenidade das empresas e o bem-estar dos associados” (BARROS, R. De P. M. De, 2009, p. 87).

perspectiva de vitimização, com associações superficiais aos problemas sociais que geram essas desigualdades.

Em 1991, o Brasil vivia o primeiro ano pós promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente, em 13 de julho de 1990, esta nova legislação também inaugurava uma nova perspectiva ao olhar a criança e o adolescente como sujeito de direitos. O Estatuto nasce a partir de ampla participação social, que já não aceitava o Código de Menores de 1927, reformulado em 1970, dentro da Ditadura Civil Militar Brasileira, como legislação capaz de garantir a proteção de crianças e adolescentes do País.

Este dispositivo legal passou a estabelecer modos de controle, fundamentadas no princípio da vigilância e punição, constituindo-se como um manual produzido por adultos voltados para a regulação do cotidiano de meninos e meninas que viviam em situação de pobreza, abandono ou em conflito com as leis vigentes. Com o tempo, deixava de estar só no papel e passava a legitimar as relações de poder e saber das pessoas e instituições voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, classificadas como “menores” (MIRANDA, 2019)

O título escolhido pela matéria, “*Menores são explorados nos canaviais*” traz consigo uma das marcas deixadas pelo Código, a ideia do “menor”, criada e pensada para crianças e adolescentes, em sua grande maioria, pretos, pobres e vulneráveis. Para esses menores, os projetos relacionados à educação, assistência, segurança são pensados sempre a partir da lógica da intervenção e controle a partir de discursos salvacionistas. Todo o século XX foi espaço de construção da cultura menorista⁶⁹, permeando todos os aspectos da sociedade e se tornando uma maneira de categorizar as infâncias e adolescências.

Desde sua criação, o Código repercutia para além do campo jurídico e ganhava espaço na imprensa brasileira. Sua promulgação, a criação dos juizados e a atuação dos juízes foram amplamente divulgadas pelos jornais de grande circulação do país. A “questão do menor” recorrentemente esteve presente nas

⁶⁹ “à forma de pensar e praticar ideia do ‘menor’, da criança e do adolescente que estão em situação de perigo ou que representa o ‘próprio perigo’ a partir do controle disciplinar e assistencialista. O menorismo passou a transcender os muros do Sistema de Justiça e passou a permear os espaços onde as crianças e adolescentes pobres e periféricas circulavam, fortalecendo-se de uma estrutura colonial que objetificava meninos e meninas negras, indígenas ou aquelas que pertenciam as camas sociais consideradas subalternas (MIRANDA, 2021).

capas, nos editoriais e principalmente nas colunas policiais. A imprensa brasileira foi uma das grandes disseminadoras do ideário menorista. Ao propagar e reproduzir as práticas fundamentadas no Código, contribuiu para disseminar na sociedade as suas ideias, tornando-se, na maioria das vezes, mais menorista que o próprio Código.

A representação construída pela matéria das infâncias ali presentes são de “menores carentes”, “menores vulneráveis”, frutos de uma cultura menorista, construída socialmente a partir da sua institucionalização e amplamente divulgada e solidificada na sociedade. “A mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdades, mas absorve o imaginário social, revestindo-o de uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica para agradar aos mais diferentes segmentos sociais e aos mais variados gostos” (NJAINÉ; MINAYO, 2002). A Pesquisa *Trabalhadores Invisíveis*, objetivo de divulgação da matéria, não utiliza o termo “menor” em seu relatório final, utilizando a terminologia Criança e Adolescente, mostrando rupturas nas representações construídas pela pesquisa e pela linha editorial do *Jornal do Commercio*.

Mas elas dialogam na representação de uma infância vulnerável e ameaçada a partir das imagens escolhidas pela matéria e a escolhida para a capa da Pesquisa (Figura 10), mostram essa infância na sua maior fragilidade, trabalhando, sem equipamentos de segurança, com fisionomias exaustas, castigadas pelo sol, pelas longas jornadas de trabalho e corpos marcados por acidentes de trabalho nos canaviais. Conforme o historiador Peter Burke (2005) as imagens são evidências históricas por evocarem a invisibilidade do visual, sensibilidades e representações da vida testemunhada de forma ocular. Nos permitindo notar a existência de múltiplas representações da infância, a partir dos diferentes contextos sociais e de territorialidade e nos reforçam realidades vividas pelas crianças em mundos desiguais.

Figura 10 – Capa da Pesquisa Trabalhadores Invisíveis – Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco



Fonte: Centro Josué de Castro. 1993

Algo próprio dessa matéria, quando analisada todas as publicações voltadas para crianças, adolescentes, trabalho e educação, do *Jornal do Commercio*, na década de 1990, é que visibilidade dada para essas infâncias e adolescências a partir dos depoimentos publicado, fazendo com que pudéssemos entender um pouco do cotidiano desses sujeitos. A Pesquisa *Trabalhadores invisíveis*, também realizou entrevistas e conta em seu relatório com alguns depoimentos que, também, auxiliaram em entender os motivos dessas “infâncias fora da escola”.

A matéria entrevistou uma criança e quatro adolescentes, moradores do Cabo de Santo Agostinho nas proximidades do Engenho Ilha, trabalhavam diariamente na Usina Bom Jesus, saindo de casa as 4 horas da manhã, todos os dias da semana, cobrando por cada tonelada de cana-de-açúcar cortada Cr\$ 1.250,00 (em torno de 45 centavos em cotação atual).

José Vicente Ferreira, 16 anos; Vando Vicente Ferreira, 14; Rosélio Vicente Ferreira, 12, são três irmãos que trocaram os livros pela foice. Assim como eles são os irmãos José Ivanildo dos Santos, 18, e Josivaldo Manoel dos Santos, 16. Os cinco são um exemplo da falta de assistência do Estado que deveria garantir escola e saúde, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, para evitar que os menores sejam obrigados a trabalhar.⁷⁰

Todos encontram-se fora da escola, Vando Vicente largou a escola aos 11 anos *“Eu só sei escrever meu nome e fazer umas continhas. Mas quero ver quem é mais ligeiro do que eu no corte da cana”*, Rosélio Vicente, seu irmão, largou a escola ainda na primeira série *“Se eu fosse estudar, não dava para trabalhar. Acho melhor trabalhar do que pegar no que é dos outro”*. O mesmo discurso se percebe também nos depoimentos coletados pela pesquisa *Trabalhadores Inviáveis*, como é o caso da Lúcia, de 15 anos, que relata *“estudo não...eu não tenho tempo... tenho que trabalhar mermo”*. Percebemos uma relação direta entre o afastamento da escola e a necessidade do trabalho no corte da cana, inclusive, o trabalho como algo de maior valor simbólico, tendo o alto desempenho como fator de orgulho, também como perspectiva de elemento dignificador dos pobres, *“melhor trabalhar que roubar”*, discurso que foi ampliado a partir do governo Vargas e sua política de transformação dessas infâncias pobres em cidadãos úteis e produtivos para o País (SILVA, A., 2018). Nanci Lourenço, uma das responsáveis pela pesquisa *Trabalhadores Inviáveis*, descreve bem como essa representação do trabalho como dignificador estava presente no imaginário das crianças, dos adolescentes e também dos responsáveis.

Detectamos que as famílias, os empregadores, sindicalistas e até o próprio adolescente veem o trabalho como uma proteção contra a marginalidade. Todos disseram que é melhor a criança trabalhar no corte da cana do que ficar solta nas ruas. Mas isso é uma faca de dois gumes, [...] essa

⁷⁰ Menores são explorados nos canaviais, Jornal do Commercio, 1991

faca de dois gumes está mais afiada de um lado. Apesar de as crianças e adolescentes serem invisíveis quando o assunto é relação de trabalho, o resultado dos seus serviços é concreto. Mas a mão-de-obra é clandestina e barata⁷¹

A falta de acesso à educação também era fator predominante nas áreas rurais, produzindo um ciclo de oportunidades perdidas e de gerações impossibilitadas de mudança e de novas realidades possíveis. A escolarização de crianças na área rural era feita de maneira desigual, ausente ou fragmentada. Muitas vezes recebiam apenas uma educação básica (ensino de leitura, escrita e cálculo) sem nenhum espaço possível de caráter formativo, mas de letramento básico exigido. (DOURADO; DABAT, C. P. Y. R.; ARAÚJO, 1999)

Pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro, estimou 60 mil crianças, ¼ da força de trabalho rural na zona da mata pernambucana, eram de crianças e adolescentes, destes, 42,2% não recebiam remuneração direta, era vinculada ao pai ou a família. Os dados do levantamento nos trazem a ideia de “naturalização” da iniciação precoce de crianças e adolescentes no trabalho da cana-de-açúcar. 91,2% das crianças que se encontravam em situação de exploração começaram a trabalhar entre 07 e 13 anos. Um dado alarmante é que, ao entrevistar os chefes de domicílios revela que, também estes, iniciaram (84,4%) na mesma faixa etária que seus filhos.

Para as autoras, Podem ser levantadas muitos fatores para a utilização, em larga escala, de crianças e adolescentes no campo. A fuga das fiscalizações referentes a CLT (1943), a docilidade, agilidade, baixo poder de contestação, sentimento de impotência e facilidade da demissão (essa que logo se tornam processos trabalhistas). Também soma-se a necessidade de sobrevivência da própria família, que trabalhavam coletivamente para as Usinas de Açúcar, por conta do enorme monopólio da terra que os grandes proprietários tinham na região, que pagavam baixos salários para os trabalhadores que viam em seus filhos um complemento para a renda familiar, que muitas vezes viviam em um regime de dívida eterna com os proprietários que se utilizavam de vendas/comércio próprio para explorar financeiramente o já mal remunerado trabalhador. José Vicente, 16 anos, descreve como único motivo de descontentamento na matéria do *Jornal do Commercio*, problemas relacionados ao pagamento de seus serviços, fruto da exploração somada com a total falta de regulação de uma prática

⁷¹ Menores são explorados nos canaviais, *Jornal do Commercio*, 1991.

ilegal, como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, *“Às vezes a gente corta mais de uma tonelada e o homem só dá Cr\$ 800,00 pelo serviço. Se não fosse isso, eu estava mais satisfeito.”*

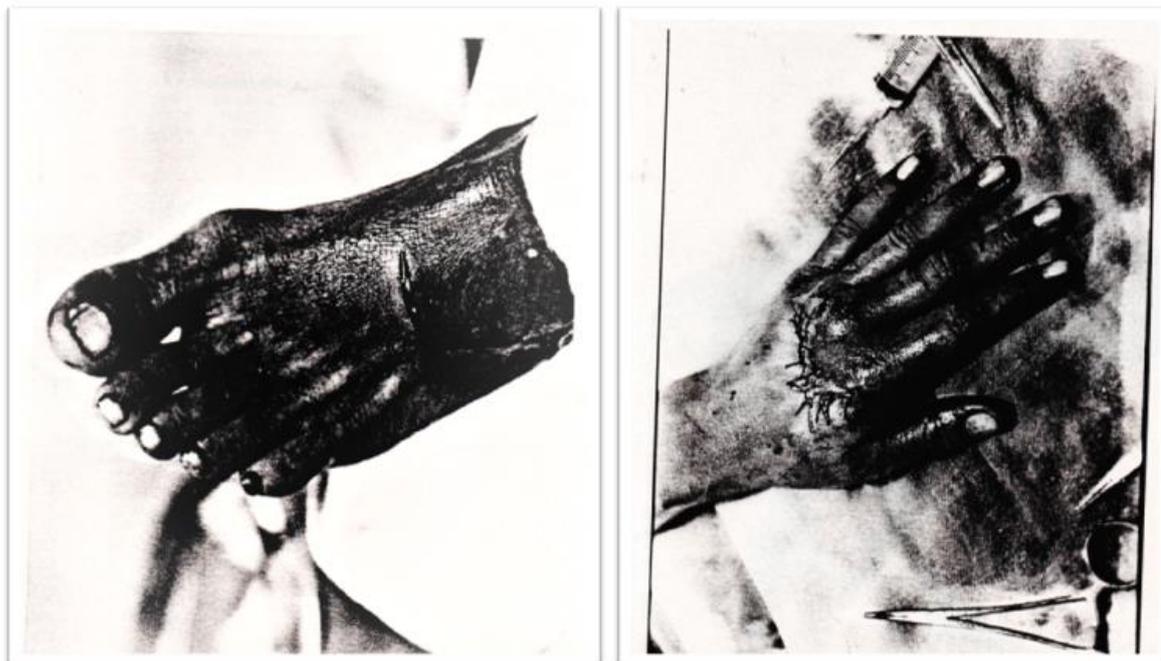
As atividades exercidas por essas crianças e adolescentes eram em 63% diretamente no corte da cana, atividade de altíssimo perigo, e 27% em atividades relacionadas ao corte da cana, plantio, limpeza, adubação, aplicação de agrotóxicos, arrumação/amarração da cana e etc... essas “infâncias fora da escola” eram submetidas, diariamente, a jornadas de trabalho estafantes. Os dados da pesquisa demonstram que, apenas 11,7% delas, têm jornada de trabalho de até 20 horas semanais, 41,7%, suprem jornada acima de 40 horas semanais.

Também se verificava no campo a total falta de fiscalização do Estado sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no campo. Apesar da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, ainda se havia muita dificuldade em efetivar a proteção ao trabalho. Essa realidade traz resquícios do sistema secular de exploração da cana-de-açúcar por meio do trabalho escravo. Muitas práticas escravistas eram vividas pelas crianças e adolescentes já na década de 1990, como péssimas condições de trabalho, alimentação, moradia, saúde e educação.

Essas crianças e adolescentes eram treinadas pelos próprios pais ou responsáveis, eram treinadas na ação, no fazer. Mais de 68,6% desse público não utilizava nenhum equipamento de proteção individuais (EPI), como conta nas figuras 09 e 10 deste trabalho, quando utilizavam, eram equipamentos básicos como: calçado, sapatos ou botas. Diante de um ambiente de trabalho extremamente agressivo, o equipamento de trabalho se resumia a: chapéu de palha, manga comprida, calça comprida e sandálias de borracha. Esses materiais não eram oferecidos pelas empresas, e sim, providos pelos próprios trabalhadores.

Os instrumentos de trabalho utilizados nas atividades de corte da cana, como foice e facão, não são feitos especificadamente para o tamanho e a força de crianças e adolescentes. O artifício utilizado era utilizar os instrumentos que foram usados pelos adultos na safra anterior pois eles estariam mais gastos e assim mais leves para o manuseio. No grupo das “infâncias sem escola” 56,7% já sofreram algum tipo de acidente de trabalho.

Figura 11 – Acidentes de Trabalho com Crianças e Adolescentes Trabalhadoras do Corte de Cana-de-Açúcar



Fonte: Pesquisa Trabalhadores Invisíveis – Centro Josué de Castro.

José Ivanildo, 16 anos, descreve, na matéria, o motivo de um dedo aleijado e marcas de cortes na perna, “*ÉE de foiçada*”. As características da atividade do corte manual da cana-de-açúcar, condicionam o tipo de acidente. O trabalhador segura a cana com uma das mãos e, com a outra, manuseando a foice ou o facão, a corta o mais rente possível no chão. Com um segundo golpe, rapidamente corta o palmito – ponta da cana. (Atividade do corte) A foice é o principal instrumento causador destes acidentes, sendo responsável por 82% dos casos.

Essas “Infâncias fora da Escola”, tiveram diariamente seus direitos violados, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo V, Art. 60 “*É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz*”, viveram em contextos de desigualdades extremas dentro da desigualdade social já existente no espaço rural, não tiveram seus direitos da Educação, Cultura, Esporte e Lazer como determina o Capítulo IV do mesmo Estatuto e tiveram o Direito a viver uma infância ceifados pela exploração do trabalho no mundo adulto. Mas dentre todas essas violações e vulnerabilidades, não lhe foi retirado o direito de sonhar, crianças e adolescentes, participantes da pesquisa *Trabalhadores Invisíveis*: Carlos Adriano, 15 anos, Município de Cortês/PE “*...Eu só sonho coisa boa..., mas,*

na vida não acontece o que eu sonho... só o contrário"; Fernando, 12 anos, Município de Cortês/PE, desejava a liberdade *"Eu queria ter vida boa... andando de bicicleta por todo lugar..."*; Já Lúcia, 15 anos, Município de Cortês/PE, descreve seu maior desejo *"Eu queria deixar de cortar cana... se pudesse, pra mim, esse sonho já bastava!..."*. Eles viveram a desigualdade dentro da desigualdade.

3.3 – Infâncias Dentro e Fora da Escola

tenho boas lembranças, brincadeiras sadias, época muito feliz muito boa. A gente brincava muito nos quintais: peão, pipa, boneca, casinha, pique esconde. [...] Eu aproveitei bastante minha infância na usina.⁷²

minha diversão... é chegar do serviço cansado, tomar banho, trocar de roupa, almoçar e ir deitar... dormir né... porque chego cansado.⁷³

Maria Jose e Claudenilson viveram suas infâncias, na década de 1990, na Zona da Mata Pernambucana, uma região marcada pela concentração de terra nas mãos de Usineiros onde a economia era predominantemente ligada a cana-de-açúcar. Outra marca da região é a extrema pobreza, fruto das desigualdades sociais construídas historicamente na região, suas famílias eram ligadas a cultura canavieira, mas dentro desse ambiente marcado pela desigualdade, Claudenilson vivia uma ainda mais profunda, longe da escola, sua mão-de-obra era explorada a baixo custo no trabalho diário de corte da cana-de-açúcar. Esse cenário de pobreza, exploração e analfabetismo foi bastante discutido na década de 1990 como uma "questão social".

No Brasil, em particular, os principais determinantes estruturais da disparidade de renda no setor primário encontrados na literatura são: a distribuição da riqueza, especialmente da posse da terra, a educação e as desigualdades regionais. Entre eles, estudos coincidem em destacar o capital físico como o principal fator responsável pela enorme concentração da renda agrícola. Sua contribuição marginal em equação de rendimentos estimada por, por exemplo, é de 21,3%, valor muito superior ao da escolaridade (6,5%). Em seguida, vem o tempo semanal

⁷² Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

⁷³ Claudenilson, 13 anos, Município de Palmares/PE. Pesquisa Trabalhadores Invisíveis, Centro Josué de Castro, 1993.

de trabalho (8,0%) e região (7,0%). Outros fatores, como discriminação por raça (0,7%) e sexo (0,5%), poderiam ser citados, mas parecem pouco relevantes na determinação da desigualdade (NEY; HOFFMANN, 2009)

A partir do século XX, a “questão social” passa a ser pensada como parte integrante da sociedade, não mais como meramente do indivíduo como no século XIX⁷⁴, mas como consequência do subdesenvolvimento e das desigualdades existentes na sociedade. Assim, passa a ser uma questão colocada na agenda política, necessitando de estratégias estatais para seu combate, sendo pensada de forma sistêmica mediante as políticas sociais estatais.

Sendo tratado como um problema de distribuição das riquezas produzidas pelo País a partir de um aumento expressivo da oferta de mão-de-obra, uma parte não absorvida pelo mercado, e outra parte absorvida a partir da lógica da exploração e da baixa remuneração, caberia ao Estado absorver e organizar parte das riquezas geradas e redistribuí-las mediante políticas sociais.

Considera-se aqui a “pobreza” como um problema de distribuição. Com isso, desloca-se a gênese da “questão social” da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho, para a esfera política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos carentes e o Estado. Assim, o tratamento da “questão social” e o combate à pobreza se determina como um processo de redistribuição. Trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços por parte da população. Assim, não se questionam os fundamentos da ordem: a exploração de trabalho alheio pelo capital, a partir da separação entre possuidores da força de trabalho e proprietários dos meios e condições para efetivá-los (MONTAÑO, 2012, p. 276)

Arroyo coloca que um dos mecanismos de ocultamento das desigualdades é colocá-las no campo da carência de condições de vida, de emprego, de moradia, de saúde, de renda. Com isso, o Estado tem apenas o dever de suprir carências e não de construir uma sociedade justa e igualitária

⁷⁴ A expressão “questão social” começa a ser empregada amplamente a partir de uma separação positivista entre o econômico e o social, com o objetivo de desvincular as questões que envolvem a economia das “questões sociais”, logo, o social passa a ser visto como algo natural, a-histórico, desarticulado das questões econômicas e políticas. Sendo assim, as “questões sociais”, não teriam fundamento estrutural, logo, sua solução não necessitaria de transformações no sistema (MONTAÑO, 2012)

Dessa visão dos coletivos desiguais como carentes se alimentam as autoimagens do Estado, das políticas e das instituições socioeducativas com a função de suprir carências, de equipar com as habilidades e competências necessárias para diminuir as desiguais condições de inserção na sociedade letrada, na empregabilidade, ao menos na sobrevivência. Políticas de solução de carências para diminuir as desigualdades. Políticas compensatórias, distributivas das competências imprescindíveis para minorar as desiguais condições do viver. Se reduzirmos as desigualdades a carências, caberá ao Estado, a suas políticas e instituições apenas o dever de suprir carências. Um papel menos exigente do que construir uma sociedade igualitária e justa (2010, p. 1389)

Outra forma de ocultar a desigualdade é reduzi-la a exclusão. Logo se deixa de lado a desigualdade por conta da pobreza, do desemprego, da exploração do trabalho para um olhar de excluídos dos bens culturais, das instituições e espaços públicas, do convívio social. Assim ao Estado cabe a tarefa de incluir essa população pobre e vulnerável, de abrir portas, esse discurso aparece nas campanhas massivas de acesso a todos à escola. Esse papel de Estado como órgão que inclui os “excluídos”, é bem mais palatável politicamente do que a obrigação de mudanças estruturais para redução das desigualdades.

Perceber essas desigualdades no espaço rural, nos exige um exercício de olhar para os fatores que as produzem e as impossibilitam vislumbrar uma saída possível. A Pesquisa *Trabalhadores Invívisíveis*, de 1993, produzida pelo Centro Josué de Castro a partir do seu Grupo de Trabalho: Crianças e adolescente, com apoio da Save The Children Fund e a Pesquisa *Levantamento Sócio-econômico das pequenas localidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco*, de 1987, produzida pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco, a partir da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco -FIAM, nos possibilitou olhar os diversos cenários que compõe o quadro de produção de desigualdades na Usina Bom Jesus e na região em que ela faz parte.

O acesso viário dos engenhos, em regra geral é precário, com estradas sem asfalto e intrafegáveis nos períodos chuvosos, o que causava um isolamento total da população residente nessas áreas por períodos que poderiam durar até seis meses. As habitações, predominavam as casas de alvenaria e em taipa, sempre em péssimas condições de conservação, o que apresentava

altos graus de insalubridade, além do espaço extremamente reduzido para famílias, que de acordo com o FIAM, tinham em média 06 a 08 habitantes.

As casas desses trabalhadores são, geralmente, cedidas pelo dono da Usina enquanto trabalham e alguns acabavam recebendo a posse do terreno a partir de indenizações trabalhistas. Nessas moradias, apenas 21% possuíam banheiro interno, 50% com banheiro externo individual e 22% não tinham sequer banheiro. Quando analisamos o acesso a serviços públicos como, água encanada, apenas 48% das residências obtinha, o mais comum era o uso de cacimbas ou chafarizes, com higiene precária, falta de tratamento d'água e instalações inadequadas, tratamento de esgoto em apenas 6,5% das moradias, para os moradores da usina, 32,7%. Em relação a energia elétrica, 65% dos engenhos não a possuíam, e nas poucas localidades que existiam, só era possível um bico de luz por residência.

Esse cenário caracteriza uma série de violações aos direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e escancara a pobreza dessa parcela da população. As condições de habitação para infâncias sem e com escola, permaneciam muito próximas, pois, apesar de morar próximos da Usina, as condições de moradia só se tornavam favoráveis para trabalhadores de altos cargos na indústria. A grande maioria dos trabalhadores moravam em casas com situações muito próximas as famílias moradoras dos engenhos.

Quando se trata de saúde, as condições são ainda mais precárias, de acordo com o FIAM, a maior parte dos engenhos não contavam com postos de saúde ou ambulatório, esse acesso a saúde só era possível nas sedes municipais ou nas Usinas, como era o caso da Bom Jesus, nenhum de seus engenhos possuía ambulatório ou posto de saúde, centralizando todos os atendimentos no centro da Usina, contando com uma ambulância. muitas famílias ficavam sem assistência médica por meses ou até anos, devido as dificuldades de acesso e a periodicidade dos profissionais de saúde nas localidades.

De acordo com a pesquisa *Trabalhadores Invisíveis*, 93,6% dos domicílios tem a figura paterna como chefe da família e presente na vida e no sustento da casa, como já vimos, com uma média entre 06 a 08 pessoas. Dentre essas, evidencia-se a concentração nas famílias, de pessoas com idade inferior a 18 anos, chegando a 60,9%, diferente de um contexto nacional, no ano de 1992, de 33,5%. O que mostra que, além de casas extremamente povoadas e insalubres, sua maioria eram formadas de crianças e adolescentes.

Quando analisamos o quanto essa família consegue remunerar sua mão-obra, nos deparamos com uma renda per capita, de em média, 1/3 do Salário Mínimo oficial de janeiro de 1993. Para garantir uma alimentação mínima para uma família com 7 membros, a renda per

capita domiciliar deveria ser na faixa dos 3,9 Salários Mínimos Oficiais, isso se levarmos em consideração que esses rendimentos seriam apenas para sustento alimentar dos membros.

O abastecimento alimentar, de acordo com o FIAM, era realizado principalmente nos barracões da sede do Engenho ou da Usina, onde o preço dos alimentos era significativamente mais alto. Na Usina bom Jesus os barracões eram se sua propriedade e quando os trabalhadores deviam aos barracões, era descontado automaticamente no pagamento mensal. Importante lembrar que, por conta da extrema dificuldade de locomoção, os custos para chegar até as sedes dos municípios era equivalente a uma semana de trabalho, se tornando inviável o deslocamento de famílias moradoras do engenho para compra de alimentos.

As famílias que possuem em sua base, crianças e adolescentes em situação de trabalho no corte da cana, possuem um déficit alimentar equivalente a 41,37% para aquisição da Ração Essencial Mínima (REM). Se compararmos com famílias, da mesma região, mas que seus filhos são estão em condição de exploração da mão-de-obra, esse valor cai para 15%. O que mostra, a produção de desigualdades dentro das desigualdades para as infâncias fora da escola. 80% das famílias que contém crianças e/ou adolescentes em situação de exploração do trabalho no corte da cana viviam abaixo da linha da pobreza.

Olhando os dados referentes à composição da renda das famílias das “infâncias fora da escola”, podemos perceber real dimensão do que representa o trabalho das crianças na estratégia de sobrevivência da família. Havia uma desigualdade no interior da desigualdade, mesmo as infâncias fora e dentro da escola se encontrando na mesma linha de pobreza, se verifica uma desigualdade nos rendimentos dos chefes de família. Nas famílias onde crianças e adolescentes eram explorados no trabalho a maioria dos chefes de família recebiam até um salário mínimo (54,1%), nas famílias onde as crianças não trabalhavam no corte da cana esses números caem para 30%. No grupo das crianças e adolescentes exploradas 43% não recebiam nenhum tipo de remuneração, o seu trabalho estava embutido na exploração da força de trabalho de seu pai ou responsável. Dos que conseguiam receber, apenas 7% conseguiam um salário mínimo. Muitos deles trabalhavam nas mesmas funções e carga horária que os adultos.

Para as “infâncias dentro da escola” no centro da Usina, a grande parte dos que trabalhavam, não recebiam remuneração, pois o trabalho era relacionado a economia doméstica, como cuidar das plantações e criação de animais, essa remuneração se dava de maneira indireta. A participação do trabalho das crianças e adolescentes em atividades relacionadas a cana-de-açúcar na renda família era direta, havendo remuneração de seu trabalho, de acordo com dados da pesquisa, a participação é em torno de 30-50% na renda familiar. O que nos mostra que as

“infâncias fora da escola” tinham um papel determinante na alimentação e sustento de suas famílias, enquanto as “infâncias dentro da escola”, tinham tarefas mais ligadas a economia doméstica, não interferindo no seu cotidiano escolar e tendo participação reduzida nos rendimentos da família, não sendo um fator determinante para o sustento.

Na educação, de acordo com o FIAM, essas dificuldades eram determinantes para o acesso e permanência escolar de crianças e adolescentes. Nos engenhos, com grande número de alunos, as escolas se encontravam em péssimas condições, muitas vezes sem condição de funcionamento nas épocas de chuva. O ensino era geralmente precário por conta das salas multisseriadas, onde a professora teria que dar conta de várias turmas em um mesmo espaço. A falta de cursos complementares após o ensino primeiro também impedia que adolescentes continuassem os estudos, favorecendo o abandono escolar, pois a distância até as sedes do município e os custos com transporte eram insuperáveis para as famílias das “infâncias fora da escola”.

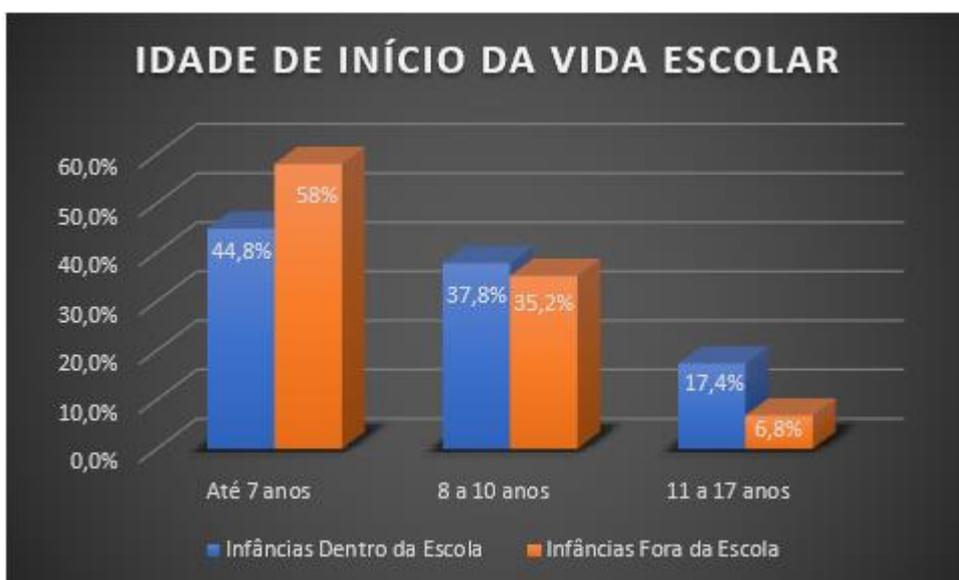
A desigualdade no ambiente escolar sempre foi um assunto instigante no pensamento educacional progressista e foco de atenção e pesquisa na busca pela melhoria das políticas educacionais. Quando falamos de desigualdades educacionais, nas últimas décadas tivemos um aprofundamento das análises para fora do ambiente escolar, dedicando foco nos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. Entendendo como as desigualdades sociais reproduzem outras desigualdades a partir das relações de trabalho, acesso à terra, acumulação e concentração fundiária

Sabemos mais sobre como esse conjunto de desigualdades históricas condiciona as desigualdades educacionais. Análises demasiado incômodas para a paz das instituições educativas gestoras e formuladoras de políticas, de avaliações e de análises. Nas últimas décadas avançamos em mostrar essas estreitas relações entre desigualdades. Um avanço de extrema relevância (ARROYO, M. G., 2010, p. 1383)

Quando analisamos a trajetória escolar de crianças e adolescentes trabalhadores da cana-de-açúcar, verificamos que a grande maioria (85%) conseguiu ingressar na escola, número próximo das crianças e adolescentes que viviam nas usinas e não eram submetidas ao trabalho (98%). Com idade de iniciação variando entre 4-7 anos. O ingresso escolar era possível e viável, até para famílias vivendo nos engenhos, apesar das péssimas condições das escolas, o que

mostra que, apesar do discurso de trabalho como moralizador e importante para a renda familiar, as famílias trabalhadoras vivendo em situação de extrema pobreza colocavam seus filhos inicialmente na escola.

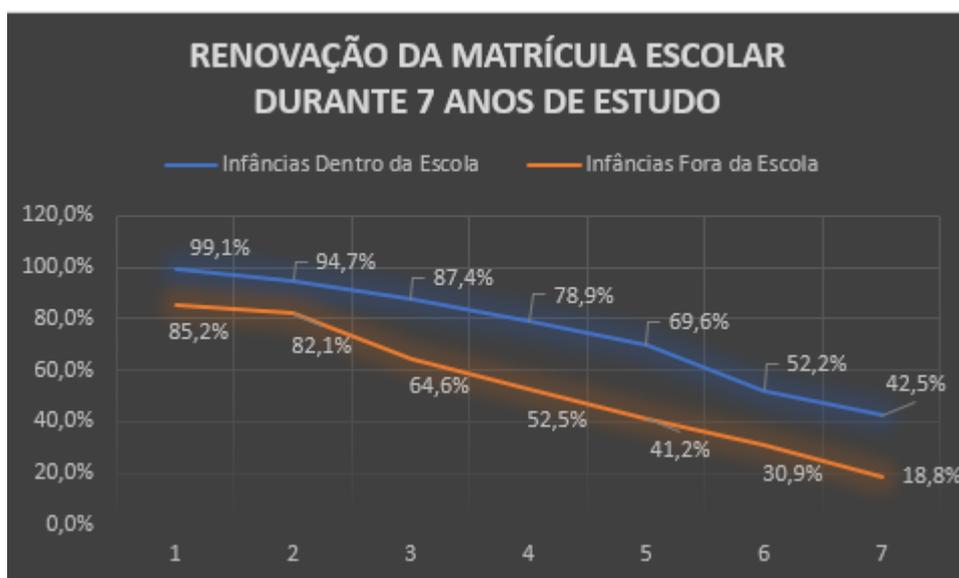
Gráfico 01 – Idade de início da vida escolar



Fonte: *Trabalhadores Invisíveis*, Centro Josué de Castro, 1993

A pesquisa *Trabalhadores Invisíveis* analisou sete anos de estudo com os grupos que identificamos como “infância dentro da escola” e “infância fora da escola”. Os resultados demonstram que os índices de abandono escolar crescem de forma progressiva e acelerada, a partir do 4º ano de estudo, onde apenas 18,8% das crianças que compõe o grupo “fora da escola” se matricularam inicialmente, permanecem na escola por até 07 anos de estudo, e, apenas 10,7% voltam a matricular-se no ano seguinte.

Gráfico 02 – Renovação da matrícula escolar durante 7 anos de estudo



Fonte: Trabalhadores Invisíveis, Centro Josué de Castro, 1993

Os motivos alegados por essas “infâncias fora da escola” quanto aos fatores que influenciaram o fracasso escolar durante esse período de 07 anos de estudo, são, preponderantemente os seguintes: baixo aproveitamento (54%), saída para trabalhar (22%); mudança de domicílio (15%), o restante (8%) aponta motivos diversos: doença, falta de professor, falta de merenda, distância da escola e etc.

Importante observar que a reprovação ou abandono por “baixo aproveitamento” tem como fator de influência o grande número de horas trabalhadas, que, aliadas às difíceis condições materiais de sobrevivência, as levam à frequência baixíssima a sala de aula. Os depoimentos comprovam, inclusive, que o fator “saiu para trabalhar” traduz a ausência permanente da sala de aula, no período mais intenso da safra. O resultado final é uma legião de “reprovados por falta”, ou seja, o não cumprimento de uma carga horária mínima exigida. Onde percebemos que, crianças em situação de exploração do trabalho, “A jornada de trabalho diário se tornava mais pesada e o sonho com aprender a ‘ler, escrever e contar’ se tornava mais distante” (MIRANDA, 2018, p. 4). Essa realidade também se mostrada nos centros urbanos das principais cidades de Pernambuco, mas tinha nas zonas rurais, seus aspectos mais brutais e incessantes.

Os pesquisadores das ruralidades Marlon Ney e Rodolfo Hoffmann (2009) reforçam que, quando o nível geral de escolaridade da população rural cresce, principalmente nos países em desenvolvimento, oferece mais possibilidades a essa população na busca por rendas fora do

ambiente agrícola. Logo, quando uma população rural que vive sob a exploração dos latifúndios canavieiros, começa a elevar seus níveis educacionais, aumenta a possibilidade do desprendimento dessas amarras históricas e possibilitam a abertura de um novo horizonte possível de melhoria de vida.

Se a Usina Bom Jesus oferecesse e estimulasse o uma educação de qualidade para os filhos de seus trabalhadores rurais (infâncias fora da escola), corria-se o risco de perda de mão-de-obra, principalmente pelo processo de migração interna que já se evidenciava nas cidades próximas a capital Recife. Um ambiente de desigualdade educacional, favorecia uma lógica de pertencimento e de renovação da mão-de-obra de trabalhadores pouco remunerados que não imaginavam outro caminho possível.

[...] nos países ou regiões onde o acesso à educação não está restrito quase exclusivamente às famílias ricas e com mais terra, ele constitui um fator fundamental para a redução do nível de desigualdade de renda nas áreas rurais. Seu efeito equalizador inclusive pode se dar com as ocupações RNA [*rural não agrícolas*] servindo de apoio ou incentivo para atividades agrícolas. O pequeno agricultor pode investir parte da renda obtida em atividades industriais e de serviços na produção primária. Por outro lado, onde a educação é mal distribuída, as ocupações não-agrícolas podem elevar a desigualdade de renda. (NEY; HOFFMANN, 2009, p. 154)

Esse contexto é ainda mais evidente quanto ao grau/risco de analfabetismo, nas “infâncias fora da escola”, 59% não sabem ler; enquanto as “infâncias dentro da escola” este percentual cai para 12,3%, uma diferença brutal.

Gráfico 03 – Analfabetismo no Mundo Rural

Fonte: Trabalhadores Invisíveis, Centro Josué de Castro, 1993

De acordo com a pesquisa, os riscos relativos ao analfabetismo a que estão as “infâncias fora da escola” são 10x maior, em comparação, as “infâncias dentro da escola”. O risco de abandono escolar é 15x maior para o grupo explorado nos canaviais. O vínculo do analfabetismo se mostra, também, histórico para as “infâncias fora da escola”, já que entre pais e mães destes, o índice de analfabetismo chega a uma média de 82,8%, enquanto nas “infâncias dentro da escola” chega a 50,5%. Importante notar que os chefes de família do primeiro grupo, são, na totalidade, trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, enquanto os do grupo controle, apenas 13% estão engajados neste tipo de ocupação.

Gráfico 04 – Analfabetismo na composição domiciliar



Fonte: Trabalhadores Invisíveis, Centro Josué de Castro, 1993

Essa composição, na realidade, esconde os analfabetos funcionais dentro dos trabalhadores ligados ao corte de cana, pois muitos só sabem ler e assinar o próprio nome, levando isto em consideração, a taxa de analfabetismo pode chegar a 82,8%. O grau de instrução dos poucos que conseguiram escapar do analfabetismo pode ser dividida em duas categorias, inicialmente os informais, que sabem ler, escrever e contar, mas esses conhecimentos não foram adquiridos dentro do ambiente escolar; e uma pequena parcela está dividida entre, 1,7%, que não conseguiram concluir o primário e 2,7% que conseguiram completar o curso primário, ou seja, a antiga 4ª série. Quando percebemos as desigualdades educacionais, percebemos que o público mais afetado é, justamente, os pertencentes as classes mais pobres, com diferenças significativas para infâncias de melhores condições (UCHÔA SIMÕES; BENGERT LIMA, 2016).

A análise desses indicadores nos levam a concluir que a condição de vida de crianças e adolescentes no mundo Rural na década de 1990 era marcada por profunda pobreza, desigualdade, controle e exploração, situação que coloca suas famílias em extrema vulnerabilidade social, e dentro desse contexto, conseguimos identificar desigualdades no interior das desigualdades, onde crianças tinham seu direito a educação negados a partir de uma lógica de reprodução de mão-de-obra barata e de fácil controle, gerando uma história de

oportunidades perdidas de geração em geração. O espaço rural carrega multiplicidades do viver a infância e enxergar elas é possibilitar que não incorreremos no erro de padronizar infâncias a partir de determinantes territoriais sem possibilitar o olhar sobre as múltiplas infâncias que esses espaços podem vivenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria, Cristina, Creuza, Renato, Nesiane, José, Vando e tantas outras crianças e adolescentes experienciaram sua infância no espaço rural, em um ambiente marcado pela cultura da cana-de-açúcar, que historicamente foi marcada pelo latifúndio e escravização de pretos vindos de África e que deixaram marcas de exploração e controle sobre o corpo e a mente dos sujeitos que lhes forneciam a mão-de-obra de uma cultura que foi por muito tempo a economia principal do País.

A escravidão foi extinguida em 1888, mas as estruturas de funcionamento dos ambientes canavieiros resistiram a mudança, uma Modernização sem Mudança, como caracterizou o Peter Eisenberg, ao analisar o funcionamento das Usinas de Açúcar no início do século XIX. Em 1990, demarcação temporal desta pesquisa, concluímos que as estruturas de produção da pobreza, desigualdade e do controle dentro dos espaços da Usina ainda permaneciam com muitas práticas do século XIX. Os Usineiros continuavam com únicos donos da terra, das plantações, do gado, das casas, das igrejas, do armamento e policiamento, das estradas, dos veículos de transforme, dos barracões e da distribuição e esse poder influenciava diretamente nas infâncias que ali viviam.

A partir das narrativas orais de crianças que viveram no espaço do centro da Usina em 1990, entendemos a construção do cotidiano de crianças que viviam, circulavam e também estudavam naquele espaço, na Escola Dr. João Lopes. Essas crianças viviam um contexto de desigualdade e pobreza, mas, por conta de fatores relacionados ao espaço onde moravam e o trabalho de seus responsáveis ligadas a área industrial da Usina, experienciaram uma infância de pobreza, mas também de acesso e permanência escolar, permitindo o desenvolvimento educacional dessas infâncias. Concluímos também que essas infâncias, que categorizamos como “infâncias dentro da escola”, também tiveram a oportunidade de viver uma infância a partir da possibilidade de circulação no espaço da Usina, promovendo o brincar e experiências com o território como um espaço de construção de subjetividades, como nos ajuda a pensar a geografia da infância.

Concluímos também que a Escola Dr. João Lopes, localizada no centro da Usina Bom Jesus, funcionava como uma das estruturas estruturantes de poder e produção de desigualdades dentro da Usina Bom Jesus, apesar de não ter interferência direta da administração da Usina, a equipe que dirigia a escola tinha práticas extremamente de acordo com a lógica de

funcionamento daquele espaço. A Escola era um espaço de disciplina e punição, onde crianças tinham acesso a uma educação, mas eram constantemente impedidas de viver sua infância dentro do ambiente escolar e para isso, um conjunto de punições eram aplicadas, aquelas crianças que se utilizavam de táticas de resistência para burlar a forma disciplinarização que ocorria naquele espaço. Era na escola também que as infâncias eram iniciadas religiosamente e a partir de festividades ligadas ao trabalho, também experienciavam os ofícios da Usina desde a infância, concluímos assim, que essas estratégias são visando uma educação para o trabalho, onde crianças eram alfabetizadas e constantemente integradas ao ambiente de trabalho da Usina. Isso demonstra ao perceber, a partir das narrativas orais, que todos os entrevistados desta pesquisa, quando adultos, trabalharam em alguma função dentro da Usina Bom Jesus.

A partir das contribuições da sociologia da infância e das concepções de múltiplas infâncias, buscamos analisar também como viviam as infâncias que eram exploradas no trabalho rural na Usina Bom Jesus e na região próxima durante a década de 1990, esses sujeitos, caracterizamos como “infâncias fora da escola”. Concluímos que essas infâncias viviam uma desigualdade no interior da desigualdade, inicialmente pela profissão e remuneração que seus responsáveis ganhavam pelo trabalho no corte da cana-de-açúcar, que os colocavam abaixo da linha da pobreza, os ambientes dos Engenhos, ao contrário do centro da Usina, eram espaços extremamente precários e insalubres, faltando condições mínimas para uma vida saudável, sem acesso a esgoto, água encanada, saúde e transporte. Essas infâncias, apesar de compartilhar o mesmo espaço rural com as que viviam nos centros da Usina, experienciaram uma infância completamente diferente, marcada pela exploração de sua mão-de-obra, acidentes de trabalho, carga de trabalho exaustivas e principalmente a negação da permanência escolar.

Diante desses contextos de desigualdades no interior das desigualdades, concluímos que haviam duas estratégias educacionais na Usina Bom Jesus, uma primeira, praticada no centro da Usina, seria uma “educação para o trabalho”, onde filhos dos trabalhadores da área industrial, eram educados e constantemente estimulados a se tornarem futuros funcionários da Usina. A outra estratégia era o “trabalho sem educação”, onde crianças e adolescentes experienciavam escolas precárias e multisseriadas, além da necessidade de iniciação precoce ao trabalho rural para complemento da renda familiar na busca pela sobrevivência, nessa estratégia também havia o objetivo de produção de futuros trabalhadores, mas aqui, a partir de uma lógica da ignorância e da exploração.

A década de 1990, também foi marcada por amplas mobilizações sociais em torno da proteção de crianças e adolescentes, temos a promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente de 1990, a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 entre outros. Também se construíram nessa década programas que buscavam resolver o problema das crianças e adolescentes exploradas no mundo rural, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que em 1997, chegou até a Cidade do Cabo de Santo Agostinho, município onde a Usina Bom Jesus se localizava. Até o final da década de 1990, pouco o PETI pode contribuir para a diminuição de crianças em situação de exploração, mas inaugurou a lógica do Estado com políticas de distribuição de renda, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais existentes no País.

Também na área da educação, tivemos a criação do FUNDAF – Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em 1996, transferindo recursos para Estados e Municípios a partir do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Ao longo da década de 1990, a maioria dos municípios do Brasil passa a priorizar essa etapa do ensino, dedicando maiores esforços e recursos para essa etapa do ensino (UCHÔA SIMÕES; BENGERT LIMA, 2016).

Também em 1994 tivemos a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Instituição autônoma de controle social com o objetivo de formular levantamentos e propostas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Até o final da década o fórum estadual de Pernambuco (FEPETIPE) também era criado e a partir disso várias campanhas foram criadas, sempre com o objetivo de erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no mundo adulto. O último relatório do FEPETIPE, de 2019, informa que no Estado de Pernambuco 64.980 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ainda se encontram em um contexto de exploração do trabalho, deste, 47%, nas piores formas de trabalho (FNPETI, 2019), apesar das garantias conquistadas pelo Estatuto em seu *Capítulo V: Do Direito a profissionalização e a Proteção no Trabalho*, ainda hoje, temos em nosso Estado, crianças sendo violadas a partir da exploração de sua mão de obra. Sabe-se que esse tipo de levantamento incorre, naturalmente, em muitas subnotificações, o que nos leva a dimensionar que esse número seja ainda maior.

A História não é apenas a compreensão do passado e sua narrativa, é também a análise das mudanças e a compreensão do presente, e entender os contextos múltiplos que diferentes crianças e adolescentes experienciaram suas infâncias dentro do espaço das Usinas de Açúcar, é possibilitar, também, entender como essa luta pela erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no mundo adulto ainda não foi conseguida no Estado de Pernambuco. É também

um ato político, de luta pela efetivação do que garante o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o desejo que um dia, conseguimos garantir a proteção ao trabalho de nossas crianças e adolescentes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Os Trabalhadores Invisíveis: Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco, Relatório de Pesquisa 1992/1993, Centro Josué de Castro. Recife, 1993.

JORNAL DO COMMERCIO. *Menores são explorados nos canaviais*. Recife, 13 de setembro de 1991.

Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Maria Josefa. [out. 2020]. Gravação. VLC [90 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Creuza Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [44 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Marinalva Silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Nesiane Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [28 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020. Entrevista concedida para este trabalho.

ABRAMOWICZ, A.; MORUZZI, A. B. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância (Childhood in the contemporary world: questions for the sociological studies of childhood). **Crítica Educativa**, 13 fev. 2017. v. 2, n. 2, p. 25. Disponível

em: <<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/94>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar. Textos em História Oral**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, E. P. De; ALMEIDA, J. R. De. Em busca de tempos da experiência: História de vida, profissão e narrativas de professores na pesquisa educacional. *In*: ANDRADE, E. P. De; ALMEIDA, J. R. De (Org.). **História oral e educação: Experiência, tempo e narrativa**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 13–40.

ANDRADE, M. C. De O. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. [S.l.]: Cortez Editora, 2005.

ARAÚJO, T. C. **os trabalhadores invisíveis - crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco**.

ARCHARD, D. **Children: Rights and Childhood**. [S.l.]: Routledge, 2014.

AREND, S. M. F. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). **Revista Tempo e Argumento**, 21 out. 2015. v. 7, n. 14, p. 29–47. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307142015029>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, jul. 2017. v. 17, n. 01, p. 24.

ARIÈS. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, M. Prefácio. **Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada**. [S.l.]: Autêntica Editora, 2013.

_____. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. *In*: SANTOS, S. E. Dos (Org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória desde o nascimento**. Maceió: Edufal, 2018, p. 27–58.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, dez. 2010. v. 31, n. 113, p. 1381–1416. Disponível em: <10/gkr8kj>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BARROS, A. M. D. **O crescimento urbano formal e informal da cidade do Cabo de Santo Agostinho/pe e a consolidação de uma questão habitacional**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Dissertação.

BARROS, R. De P. M. De. **Das relações Políticas à Racionalização das Indústrias Culturais: A Trajetória do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Mestrado em Comunicação. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/16457/1/arquivo1915_1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

BOSI, E. **Memória e sociedade lembranças de velhos**. Rio de Janeiro: companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRAGA, D. De A. R. A infância como objeto da história um balanço historiográfico. **Revista USP**, 2015. v. 10, p. 26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>>.

BURKE, P. **Testemunha Ocular - História E Imagem**. [S.l.]: EDUSC, 2005.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993, p. 262.

CERTEAU, M. De. **Invenção do cotidiano Vol. 1: Artes de fazer: Volume 1**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____; GIARD, L.; MAYOL, P. **Invenção do cotidiano Vol. 2: Morar, cozinhar: Volume 2**. 12ª edição ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, abr. 1991. v. 5, p. 173–191. Disponível em: <10/dqc4rq>. Acesso em: 15 out. 2021.

DABAT, C. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2a. edição revisada ed. Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2012.

DABAT, C. P. Y. R. **MORADORES DE ENGENHO**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7297>>.

DOURADO, A.; DABAT, C. P. Y. R.; ARAÚJO, T. C. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 1. ed. [S.l.]: Editora Contexto, 1999.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. Campinas: Editora Paz e Terra, 1977.

FELIPE, I. **História do Cabo**. Cabo de Santo Agostinho: Arquivo Público Estadual, 1962.

FILHO, J. M. M. F. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: UFPE, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17280>>. Acesso em: 1º ago. 2020.

GUIMARÃES, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: Questões metodológicas. In: LAVERDI, R. *et al.* (Org.). **História Oral Desigualdades e Diferenças**. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 15–37.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vertice Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. 2013. v. 22, n. 49, p. 12.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. [S.l.]: Paz e Terra, 1978.

LUCA, T. R. De. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. 1º Reimpressão ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 304.

MARCHI, R. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação & Realidade**, 2009. v. 34, n. 1. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>>. Acesso em: 15 out. 2021.

MARCO, C. D. Las (Pequeñas) Manos Que Trabajaron La Tierra. Vida Infantil Y Recuerdos En El Periurbano Rural De Buenos Aires (Argentina, 1950-1960). 2018. v. 26, n. 47, p. 34.

_____. Echar raíces en tierra fértil. Producciones, domesticidad y memorias de familias rurales en la colonización tardía argentina (medianos de siglo XX). **Revista Tempo e Argumento**, 22 out. 2019. v. 11, n. 28, p. 08–46. Disponível em: <<10/gh48f5>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. [S.l.]: Loyola, 2000.

MENEZES, E. T. De. Classes Multisseriadas. *In*: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/classes-multisseriadas/>>.

MIRANDA, H. Da S. Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920-1930). **História Unicap**, 1 dez. 2018. v. 5, n. 9, p. 146. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1167>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. O menorismo nosso de cada dia. **Empório do Direito**, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-menorismo-nosso-de-cada-dia>>. Acesso em: 7 set. 2021.

_____. Precisamos falar de menorismo estrutural. **Empório do Direito**, 7 set. 2021. Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/leitura/precisamos-falar-de-menorismo-estrutural>>. Acesso em: 5 set. 2021.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, jun. 2012. n. 110, p. 270–287. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

MONTENEGRO, A. T. Travessias e desafios. *In*: LAVERDI, R. *et al.* (Org.). **História Oral Desigualdades e Diferenças**. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 38–54.

MOURA, S. R. De. **Senhores de Engenho e Usineiros: a nobreza de Pernambuco**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, mar. 2009. v. 47, n. 1, p. 147–181. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000100006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. De S. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2002. v. 7, p. 285–297. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/csc/a/SQ7V5H7wwKDNkch88wqYy7F/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

NOGUEIRA, C. M. M.; FORTES, M. De F. A. A Importância Dos Estudos Sobre Trajetórias Escolares Na Sociologia Da Educação Contemporânea. **Paidéia**, 1 jan. 2004. v. 2, n. 2. Disponível em: <<http://fumeec.br/revistas/paideia/article/view/1339>>. Acesso em: 30 out. 2020.

PERROT, M. Figuras e papéis. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada 4 - da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, 1 jun. 1989. v. 2, n. 3, p. 3–15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PONTE, C. **Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo discurso jornalístico 1970-2000**. Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. **Mnemosine**, 2010. v. 6, n. 2, p. 2–13. Disponível em: <publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41498>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PRIORE, M. Del. **História das crianças no Brasil**. 7ª edição ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1997.

ROCHA, D.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANNA, V. L. De A. A ENTREVISTA EM SITUAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA: REFLEXÕES NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA. **Polifonia**, 1 mar. 2004. v. 8, n. 08. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1132>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO. **Diálogo Educ.**, 2006. 19. v. 6, p. 37–50. Disponível em: <<https://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>>.

SAVIANI, D. História da educação e política educacional. In: SAVIANI, D. (Org.). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SCHMIDT, B. B. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral?. In: LAVERDI, R. *et al.* (Org.). **História Oral Desigualdades e Diferenças**. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 83–96.

SELLES, S. E.; SANTOS, T. C. Dos. A entrevista na pesquisa educacional, seus usos etnográficos e a perspectiva da história oral. *In*: ANDRADE, E. P. De; ALMEIDA, J. R. De (Org.). **História oral e educação: Experiência, tempo e narrativa**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 13–40.

SILVA, A. **Da proteção ao menor trabalhador - Estado novo, política e legislação para a criança no mundo do trabalho.pdf**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018. Monografia.

SILVA, G. G. Da. **Engenho e arquitetura**. 2a. ed. ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

THOMPSON, P. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. *In*: WORCMAN, K.; PEREIRA, J. V. (Org.). **História falada: memória, rede e mudança social**. [S.l.]: SESC SP, 2006.

UCHÔA SIMÕES, P. M.; BENGERT LIMA, J. Infância, educação e desigualdade no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, 1 set. 2016. v. 72, p. 45–64. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/35>>. Acesso em: 3 out. 2021.

VIEIRA, M. Do P. De A. *et al.* IMPRENSA COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 1984. v. 3. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12495>>. Acesso em: 4 nov. 2021.